



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM
MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL - PROFMAT
INSTITUIÇÃO ASSOCIADA: IFPI - CAMPUS FLORIANO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA AO CURRÍCULO
ESCOLAR: uma abordagem contextualizada para estudantes do ensino
básico**

JOSELYTO BARROS DE AGUIAR

Orientador: Prof. Dr. Roberto Arruda Lima Soares

**FLORIANO – PI
2026**

JOSELYTO BARROS DE AGUIAR

**INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA AO CURRÍCULO
ESCOLAR: uma abordagem contextualizada para estudantes do ensino
básico**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) do Instituto Federal do Piauí-Campus Floriano, como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Matemática.

Área de concentração: Matemática

Orientador: Prof. Dr. Roberto Arruda Lima Soares

**FLORIANO – PI
2026**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Aguiar, Joselyto Barros de
A284i Integração da educação financeira ao currículo escolar : uma abordagem contextualizada para estudantes do ensino básico / Joselyto Barros de Aguiar. - 2026.
 193 p.: il. color.

 Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Floriano, 2026.
 Orientador : Prof Dr. Roberto Arruda Lima Soares.

 1. educação financeira. 2. ensino básico. 3. cidadania. 4. desigualdades sociais. I.Título.

CDD - 510

Elaborado por Neuda Fernandes Dias CRB 3/1375


JOSELYTO BARROS DE AGUIAR

**INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA AO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA
ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR PARA ESTUDANTES DO ENSINO BÁSICO**


Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) do Instituto Federal do Piauí/*Campus* Floriano, como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Matemática.

Aprovada em: 22/05/2026


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTO ARRUDA LIMA SOARES**
Data: 26/05/2026 10:57:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Roberto Arruda Lima Soares
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **RONALDO CAMPELO DA COSTA**
Data: 26/05/2026 14:23:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ronaldo Campelo da Costa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI
Avaliador Interno

Documento assinado digitalmente
 **AFONSO NORBERTO DA SILVA**
Data: 26/05/2026 18:22:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Afonso Norberto da Silva
Universidade Estadual do Piauí – UESPI
Avaliador Externo

“As lágrimas te ensinam o valor de um sorriso. As lutas te ensinam o valor de uma vitória. O tempo te ensina o valor da espera. E Deus te ensina o valor da fé.” (Autor desconhecido).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ter andado junto comigo nessa caminhada difícil e ter dado forças e sabedoria para não desistir nos momentos de desânimo que existiram ao longo dessa jornada. Aos meus pais Maria da Conceição e João Elias que nos momentos difíceis sempre falavam palavras de motivação e apoio para nunca desistir e que tudo iria dar certo. Aos meus irmãos Taciana, Betânia e em especial meu irmão Maurício que me ajudou muito na minha graduação.

Aos meus amigos que considero como irmãos Francisco de Assis, Marcos Gomes, Rogério Efraim, Alexandre Magno, Aleandro, Eduardo, Rubens Alves e Netanias, que sempre incentivaram com palavras de motivação e minha amiga Onelia pelo apoio lá em Floriano.

Aos meus professores do mestrado que sempre incentivaram a não desistir e que tudo iria dar certo no final da jornada e em especial o meu orientador Prof. Dr. Roberto Arruda Lima Soares, que registro minha gratidão por sempre estar disponível para contribuir com suas orientações para moldar e melhorar esse trabalho de pesquisa.

Aos meus amigos de mestrado Lays, Janiel, Marcos Vivian, Neto Ribeiro, Marquinhos, Niltomar, Vanessa, Genilson, Marlus e Davi – minha eterna gratidão pelo apoio nos momentos tristes, pela motivação para não desistir, pela amizade fraterna e pelas brincadeiras que também foram marcas da nossa turma, que vai deixar saudade dos nossos encontros nos finais de semana em Floriano – PI.

Agradeço à CAPES, pelo fomento, por meio da bolsa que ajudou muito nessa caminhada para custear as despesas de alimentação e hospedagem em outro estado onde resido e que foi importante para a realização desse trabalho de pesquisa e com isso fortalecendo a pesquisa e a educação básica no Brasil.

“Não sou pobre, sou sóbrio, leve de bagagem, vivo com o essencial para que as coisas não me roubem a liberdade.” Pepe Mujica, 2015.

RESUMO

AGUIAR, J. B. **INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA AO CURRÍCULO ESCOLAR:** uma abordagem contextualizada para estudantes do ensino básico. 2026. (193 folhas) f. Dissertação de Mestrado – Instituto Federal do Piauí-Campus Floriano, Floriano, 2026.

A pesquisa analisou a importância da educação financeira no ensino básico, com o objetivo de compreender como sua inclusão no currículo escolar pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes, críticos e responsáveis quanto à gestão de recursos financeiros. Considerou-se como ponto de partida a constatação de que a sociedade contemporânea é marcada por um consumo e pela facilidade de acesso ao crédito, o que demanda competências financeiras desde a infância. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, e se estruturou a partir da pesquisa-ação, revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários diagnósticos e observações em sala de aula. Com base nos dados coletados foram desenvolvidas oficinas pedagógicas e sequências didáticas voltadas à educação financeira, cuja importância foi avaliada por meio de análise de conteúdo. Com isso, foi identificado o nível de conhecimento financeiro dos estudantes, desenvolveram-se competências básicas de planejamento e consumo consciente, e elaboraram-se práticas pedagógicas que auxiliaram os professores na abordagem do tema de forma contextualizada. O estudo também visou à produção de materiais de apoio, organizados em sequências didáticas e um artigo científico que ampliou a disseminação dos conhecimentos gerados. Ao fortalecer a educação financeira nas escolas, a pesquisa buscou colaborar com a formação de uma geração mais preparada para enfrentar os desafios econômicos, promovendo a cidadania e a redução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Educação Financeira. Ensino Básico. Cidadania. Desigualdades Sociais.

ABSTRACT

AGUIAR, J. B. **INTEGRATING FINANCIAL EDUCATION INTO THE SCHOOL CURRICULUM: a contextualized approach for basic education students.** 2026. (193 sheets) f. Dissertation Master's Degree - Federal Institute of Piauí - Campus Floriano, Floriano, 2026.

This research analyzed the importance of financial education in basic education, aiming to understand how its inclusion in the school curriculum can contribute to the formation of conscious, critical, and responsible citizens regarding the management of financial resources. The starting point was the observation that contemporary society is marked by excessive consumption and easy access to credit, which demands financial skills from childhood. The research adopted a qualitative, exploratory, and descriptive approach, structured through action research, literature review, semi-structured interviews, diagnostic questionnaires, and classroom observations. Based on the collected data, pedagogical workshops and didactic sequences focused on financial education were developed, the importance of which was evaluated through content analysis. This allowed for the identification of students' level of financial knowledge, the development of basic planning and conscious consumption skills, and the creation of pedagogical practices to assist teachers in addressing the topic in a contextualized way. The study also aimed to produce supporting materials, organized into didactic sequences, and a scientific article that broadened the dissemination of the knowledge generated. By strengthening financial education in schools, the research sought to contribute to the formation of a generation better prepared to face economic challenges, promoting citizenship and reducing social inequalities.

Keywords: Financial Education. Basic Education. Citizenship. Social Inequalities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto no dia da reunião para apresentar a pesquisa aos estudantes	38
Figura 2 – Fotos dos grupos 1 e 2.....	41
Figura 3 – Fotos dos grupos 3 e 4.....	41
Figura 4 – Foto da página de visualização do Excel.....	43
Figura 5 – Fotos da oficina 1 com os grupos 1 e 2.....	44
Figura 6 – Fotos da oficina 1 com os grupos 3 e 4.....	47
Figura 7 – Foto da aplicação da atividade sobre orçamento real com o grupo 1.....	51
Figura 8 – Foto da aplicação da atividade sobre orçamento real com o grupo 2.....	52
Figura 9 – Foto da aplicação da atividade sobre orçamento real com o grupo 3.....	53
Figura 10 – Foto da aplicação da atividade sobre orçamento real com o grupo 4.....	54
Figura 11 – Foto da oficina 3 com os grupos 1 e 2.....	55
Figura 12 – Foto da oficina 4 com os grupos 3 e 4.....	56
Figura 13 – Fotos da oficina 4 sobre reserva de emergência.....	59
Figura 14 – Foto da fatura de cartão de crédito.....	64
Figura 15 – Foto da fatura de cartão de crédito.....	65
Figura 16 – Foto da fatura de cartão de crédito.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Disponibilidade de recursos didáticos para a educação financeira nas escolas públicas.....	24
Gráfico 2 – Percentual de escolas que implementaram educação financeira.....	25
Gráfico 3 – Eficácia percebida das metodologias ativas em educação financeira.....	28
Gráfico 4 – Evolução do número de inadimplentes no Brasil nos últimos 3 anos.....	30
Gráfico 5 – Evolução do montante em juros simples de um investimento.....	45
Gráfico 6 – Evolução do montante em juros compostos de um investimento.....	46
Gráfico 7 – Evolução do montante em juros simples de uma dívida.....	48
Gráfico 8 – Evolução do montante em juros compostos de uma dívida.....	49
Gráfico 9 – Porcentagem de acertos no quiz sobre reserva de emergência.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensão da educação financeira como formação cidadã.....	27
Quadro 2 – Mecanismo de prevenção do endividamento via educação financeira.....	31
Quadro 3 – Desigualdade no acesso à educação financeira no Brasil.....	32
Quadro 4 – Atividade sobre orçamento real do grupo 1.....	50
Quadro 5 – Atividade sobre orçamento real do grupo 2.....	51
Quadro 6 – Atividade sobre orçamento real do grupo 3.....	53
Quadro 7 – Atividade sobre orçamento real do grupo 4.....	54
Quadro 8 – Conceitos envolvendo cartão de crédito.....	60
Quadro 9 – Comparativo entre vantagens e desvantagens no uso do cartão de crédito.....	60
Quadro 10 – Dicas para o uso consciente do cartão de crédito.....	61
Quadro 11 – Depoimento dos estudantes após aplicação das oficinas pedagógicas.....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Formação dos professores para a educação financeira.....	24
Tabela 2 – Comparação entre indivíduos com e sem educação financeira formal.....	30
Tabela 3 – Conhecimentos prévios dos estudantes sobre educação financeira no questionário diagnóstico inicial (pré-teste)	40
Tabela 4 – Cálculo dos juros simples e montante no período de seis meses de um investimento.....	44
Tabela 5 – Cálculo dos juros compostos e montantes no período de seis meses de um investimento.....	46
Tabela 6 – Cálculo dos juros simples e montante no período de seis meses de uma dívida.....	47
Tabela 7 – Cálculo dos juros compostos e montante no período de seis meses de uma dívida.....	48
Tabela 8 – Simulação de uma Aplicação da reserva de emergência da família A.....	57
Tabela 9 – Simulação de uma aplicação da reserva de emergência da família B.....	57
Tabela 10 – Simulação de uma aplicação da reserva de emergência da família C.....	58
Tabela 11 – Simulação de uma aplicação da reserva de emergência da família D.....	58
Tabela 12 – Atividade sobre uso consciente do cartão de crédito do grupo 1.....	62
Tabela 13 – Atividade sobre uso consciente do cartão de crédito do grupo 2.....	62
Tabela 14 – Atividade sobre uso consciente do cartão de crédito do grupo 3.....	63
Tabela 15 – Atividade sobre uso consciente do cartão de crédito do grupo 4.....	63
Tabela 16 – Resultados do questionário diagnóstico final (pós-teste)	67
Tabela 17 – Comparação entre os questionários diagnósticos de pré-teste e pós-teste.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANBIMA	- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
BCB	- Banco Central do Brasil
BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
CDB	- Certificado de Depósito Bancário
CET	- Custo Efetivo Total
CEP	- Comitê de Ética em Pesquisa
ENEF	- Estratégia Nacional de Educação Financeira
IFPI	- Instituto Federal do Piauí
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IOF	- Imposto sobre Operações Financeiras
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIA+	- Diversidade de Orientações Sexuais e Identidade de Gênero
MEC	- Ministério da Educação
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIX	- Sistema de Pagamentos Instantâneos
PROFMAT	- Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TALE	- Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
URV	- Unidade Real de Valor

LISTA DE SÍMBOLOS

+ - adição

- - subtração

= - igualdade

. - multiplicação

% - percentual

R\$ - real

C - capital

i - taxa de juros

J - juros

M - montante

n - período

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL.....	22
2.2 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO BÁSICO.....	23
2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA.....	25
2.4 METODOLOGIAS ATIVAS COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	27
2.5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO AO ENDIVIDAMENTO.....	29
2.6 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PERSPECTIVA DA EQUIDADE E INCLUSÃO SOCIAL.....	31
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	33
3.1 MODALIDADE DE PESQUISA.....	33
3.2 CENÁRIO DE PESQUISA.....	36
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	36
3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	37
3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	38
3.6 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS.....	39
3.7 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	40
4.1 RESULTADO DO QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO INICIAL (PRÉ-TESTE)	40
4.2 OFICINAS PEDAGÓGICAS.....	42
4.2.1 Oficina 1 - O valor do dinheiro e o poder dos juros.....	42
4.2.2 Oficina 2 - Meu orçamento, minhas escolhas.....	49
4.2.3 Oficina 3 - Circuito financeiro (Jogo das receitas e despesas)	55
4.2.4 Oficina 4 - A importância da reserva de emergência em uma situação de desemprego.....	56
4.2.5 Oficina 5 - O uso consciente do cartão de crédito.....	59
4.3 RESULTADO DO QUESTIONÁRIO APÓS A APLICAÇÃO DAS OFICINAS PEDAGÓGICAS -PÓS-TESTE.	67
4.3.1 Comparação entre o questionário diagnóstico de pré-teste e pós-teste.....	68

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
6 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	70
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO INICIAL (PRÉ-TESTE)	75
APÊNDICE 2 - ATIVIDADE DA OFICINA 1 DO GRUPO 1.....	77
APÊNDICE 3 - ATIVIDADE DA OFICINA 1 DO GRUPO 2.....	78
APÊNDICE 4 - ATIVIDADE DA OFICINA 1 DO GRUPO 3.....	79
APÊNDICE 5 - ATIVIDADE DA OFICINA 1 DO GRUPO 4.....	80
APÊNDICE 6 - ATIVIDADE DA OFICINA 2 DO GRUPO 1.....	81
APÊNDICE 7 - ATIVIDADE DA OFICINA 2 DO GRUPO 2.....	82
APÊNDICE 8 - ATIVIDADE DA OFICINA 2 DO GRUPO 3.....	83
APÊNDICE 9 - ATIVIDADE DA OFICINA 2 DO GRUPO 4.....	84
APÊNDICE 10 - CIRCUITO OLÍMPICO - ATIVIDADE DA OFICINA 3 DO GRUPO 1.....	85
APÊNDICE 11 - CIRCUITO OLÍMPICO - ATIVIDADE DA OFICINA 3 DO GRUPO 2.....	86
APÊNDICE 12 - CIRCUITO OLÍMPICO - ATIVIDADE DA OFICINA 3 DO GRUPO 3.....	87
APÊNDICE 13 - CIRCUITO OLÍMPICO - ATIVIDADE DA OFICINA 3 DO GRUPO 4.....	88
APÊNDICE 14 - ATIVIDADE DA OFICINA 4 DO GRUPO 1.....	89
APÊNDICE 15 - ATIVIDADE DA OFICINA 4 DO GRUPO 2.....	90
APÊNDICE 16 - ATIVIDADE DA OFICINA 4 DO GRUPO 3.....	91
APÊNDICE 17 - ATIVIDADE DA OFICINA 4 DO GRUPO 4.....	92
APÊNDICE 18 - QUIZ DE PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE RESERVA DE EMERGÊNCIA.....	93
APÊNDICE 19 - ATIVIDADE DA OFICINA 5 DO GRUPO 1.....	96
APÊNDICE 20 - ATIVIDADE DA OFICINA 5 DO GRUPO 2.....	97
APÊNDICE 21 - ATIVIDADE DA OFICINA 5 DO GRUPO 3.....	98
APÊNDICE 22 - ATIVIDADE DA OFICINA 5 DO GRUPO 4.....	99
APÊNDICE 23 - APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO FINAL (PÓS-TESTE)	100
ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	102

ANEXO 2 - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TALE).....	105
ANEXO 3 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	108
ANEXO 4 - PRODUTO EDUCACIONAL.....	110

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é marcada pelo consumo constante, pela facilidade de acesso ao crédito e pelas rápidas transformações econômicas e tecnológicas, fatores que impactam diretamente a vida financeira dos indivíduos desde a infância (Vieira; Cavalcanti, 2020). Nesse contexto, a tomada de decisões financeiras tornou-se uma necessidade cotidiana, exigindo conhecimentos e atitudes que, muitas vezes, não são formalmente ensinados no ambiente familiar ou escolar.

Crianças e adolescentes, ainda em processo de formação, são expostos precocemente a práticas de consumo e a responsabilidades econômicas básicas sem o devido preparo para lidar com essas situações de maneira consciente e crítica (Silva, 2018).

A educação financeira surge, nesse cenário, como um elemento fundamental para a formação de cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios econômicos do mundo contemporâneo. Mais do que ensinar práticas de economia ou cálculos financeiros, a educação financeira busca desenvolver nos estudantes uma visão clara sobre o uso responsável do dinheiro, a distinção entre necessidades e desejos, o planejamento financeiro e a capacidade de tomar decisões econômicas conscientes (D'Amorin, 2015).

Com base no exposto, elencou-se a seguinte questão: de que forma a inclusão da educação financeira no currículo do ensino básico pode contribuir para o desenvolvimento de competências que desenvolvam a autonomia, a consciência crítica e a responsabilidade dos alunos na gestão de recursos financeiros e na tomada de decisões econômicas cotidianas?

O aumento das relações econômicas na sociedade contemporânea exige que os indivíduos desenvolvam habilidades e competências que os qualifiquem a tomar decisões financeiras conscientes, responsáveis e sustentáveis, neste sentido, integrar atividades cotidianas com o uso consciente de recursos, impulsiona o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia em relação ao uso dos recursos financeiros.

No entanto, no Brasil a inclusão da educação financeira no ambiente escolar ainda enfrenta inúmeros desafios, principalmente no que diz respeito à sua integração efetiva ao currículo e à abordagem interdisciplinar de seus conteúdos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador da educação básica brasileira, destaca a importância da educação financeira como um tema transversal que deve ser incorporado às práticas pedagógicas em diferentes componentes curriculares, sobretudo na área de matemática, mas também de forma integrada às ciências humanas e às demais áreas do conhecimento (BRASIL, 2017). Contudo, a implementação prática dessa diretriz tem se mostrado desigual e pouco sistematizada nas escolas brasileiras, devido, principalmente, à

ausência de formação específica dos docentes, à carência de materiais pedagógicos adequados e à falta de estratégias didáticas interdisciplinares que articulem o tema com o cotidiano dos estudantes (Santos; Silva, 2020).

Diante disso, o estudo da educação financeira no ensino básico justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre como a educação financeira vem sendo integrada ou não ao currículo escolar e de que maneira uma abordagem contextualizada pode contribuir para torná-la relevante para os estudantes do ensino básico.

Segundo Freire (1996), a educação deve estar conectada com a realidade dos educandos, promovendo a reflexão crítica e a emancipação social, compreendendo que educar para administrar finanças não é apenas apresentar um conjunto de conhecimentos técnicos, mas desenvolver uma prática social e cultural.

Além disso estudos recentes (Martins; Sousa, 2021), apontam que o ensino da educação financeira desde os primeiros anos escolares pode ter impacto positivo na formação de hábitos financeiros saudáveis, na redução do consumo impulsivo e na valorização do planejamento e da poupança. Esses benefícios se tornam relevantes em contextos de vulnerabilidade social, onde a organização financeira pode atuar como ferramenta de enfrentamento das desigualdades e promoção de justiça social.

Com isso, a proposta de integrar a educação financeira ao currículo escolar por meio de uma abordagem contextualizada dialoga com as diretrizes legais e pedagógicas e busca responder a uma demanda social essencial. Ao articular teoria e prática, este estudo pretende contribuir com subsídios para a elaboração de propostas didáticas, formação de professores e a consolidação de uma cultura educacional voltada à autonomia financeira, à responsabilidade social e à cidadania.

A pesquisa teve como objetivo geral: analisar a importância da educação financeira no ensino básico, investigando de que forma sua inclusão no currículo escolar pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e responsáveis quanto à gestão de recursos financeiros e à tomada de decisões econômicas no cotidiano. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa com alunos do Ensino Fundamental II, de uma Escola no Interior do Maranhão, envolvendo a aplicação de questionários diagnósticos e a realização de atividades pedagógicas voltadas ao tema, com o intuito de compreender e melhorar o aprendizado financeiro.

Já os objetivos específicos arrolados: investigar como a educação financeira tem sido abordada nas diretrizes curriculares nacionais para o ensino básico e sua aplicação prática nas escolas; analisar práticas pedagógicas contextualizadas que incorporam conteúdos de educação

financeira em diferentes situações cotidianas; identificar os desafios e oportunidades enfrentados por professores na implementação da educação financeira no ambiente escolar e avaliar o impacto dessas práticas pedagógicas no desenvolvimento de competências financeiras e na formação cidadã dos estudantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação financeira vem ganhando espaço no debate educacional como ferramenta fundamental para o desenvolvimento de competências que permitam aos estudantes lidar de forma consciente e crítica com dinheiro, em especial nas escolas do Brasil, onde a educação para as finanças ainda não é presente, mas faz-se necessária diante da realidade social que assola a maioria das famílias em razão do endividamento, inclusive os jovens e adolescentes.

De acordo com o Banco Central (2018), programas de educação financeira são fundamentais para a promoção de uma sociedade mais equilibrada financeiramente, contribuindo para o bem-estar individual e a justiça social, neste cenário, a escola ocupa um espaço privilegiado de formação e tem papel importante nesse processo, pois pode oferecer aos alunos oportunidades de aprendizagem, através de práticas curriculares, que ultrapassem os conteúdos tradicionais, conectando o conhecimento acadêmico com o cotidiano.

De acordo com D'Amorim (2015), a educação financeira ultrapassa o ensino de fórmulas matemáticas e cálculos orçamentários, tratando-se de um processo formativo que deve considerar aspectos éticos, sociais e culturais relacionados à gestão de recursos. Ao ser trabalhada de forma contextualizada e interdisciplinar, ela pode favorecer o desenvolvimento de competências essenciais para a autonomia e a cidadania dos estudantes.

Silva (2018) enfatiza que, quando introduzida precocemente no processo educativo, a educação financeira contribui para que as crianças desenvolvam noções básicas de economia doméstica, poupança e priorização de necessidades, criando hábitos financeiros saudáveis. A ausência dessa formação pode levar à reprodução de padrões consumistas e ao endividamento desde a juventude.

Diante disso, a revisão de literatura tem como objetivo analisar os principais fundamentos teóricos que sustentam a integração da educação financeira ao currículo escolar, com ênfase em uma abordagem interdisciplinar voltada aos estudantes do ensino básico. Com isso, busca-se compreender como a educação financeira vem sendo discutida no campo educacional, suas bases conceituais, diretrizes curriculares, metodologias de ensino e contribuições para a formação cidadã, estabelecendo relações entre diferentes áreas do conhecimento.

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

A educação financeira no Brasil apresenta um percurso histórico recente quando comparada a outras áreas do conhecimento incorporadas ao sistema educacional. Durante grande parte do século XX, os conteúdos relacionados ao uso do dinheiro, poupança, consumo e planejamento financeiro estiveram restritos ao âmbito familiar ou a iniciativas pontuais, sem integração sistemática ao currículo escolar formal (D'Amorin, 2011).

Até a década de 1990, o tema era pouco discutido no contexto educacional brasileiro, apesar das constantes crises econômicas, da inflação elevada e das mudanças no sistema monetário nacional. Nesse período, o ensino de matemática financeira nas escolas concentrava-se majoritariamente em cálculos abstratos, desvinculados das práticas sociais e do cotidiano dos estudantes, o que dificultava a formação de uma consciência crítica sobre o consumo e a gestão de recursos (Savoia; Saito; Santana, 2007).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), abriu-se espaço para a discussão de temas transversais e para a contextualização dos conteúdos escolares. Ainda que a educação financeira não fosse explicitamente mencionada na legislação, a LDB incentivou práticas pedagógicas voltadas à formação integral do estudante, criando condições para inclusão de temas relacionados à cidadania econômica e social (BRASIL, 1996).

Um marco importante na consolidação da educação financeira no Brasil ocorreu a partir dos anos 2000, especialmente com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto nº 7.397/2010. A ENEF surgiu como uma política pública voltada à promoção da educação financeira e previdenciária, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da cidadania, a tomada de decisões financeiras conscientes e a sustentabilidade do sistema financeiro nacional (BRASIL, 2010). Essa iniciativa representou um avanço significativo ao reconhecer oficialmente a relevância da educação financeira como instrumento de inclusão social e desenvolvimento econômico.

No âmbito educacional, o tema passou a ganhar maior visibilidade com a implementação de projetos-piloto em escolas públicas e privadas, articulando conteúdos de matemática, ciências humanas e linguagens. Segundo Savoia, Saito e Santana (2007), essas experiências reforçaram a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, capaz de relacionar conceitos financeiros com aspectos sociais, culturais e éticos do consumo.

A consolidação da educação financeira no currículo escolar brasileiro ocorreu de forma mais clara com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, na

qual se estabeleceu um tema contemporâneo transversal, a ser trabalhado de maneira integrada às diferentes áreas do conhecimento, especialmente no ensino fundamental.

Nesse contexto, compreender como administrar finanças deixa de ser um mero domínio de técnicas matemáticas e passa a ser concebida como um processo educativo mais amplo, voltado à formação de cidadãos conscientes, capazes de analisar criticamente o sistema econômico, o endividamento, o consumo excessivo e a desigualdade social (Lusardi; Mitchell, 2014).

Assim, compreender o percurso histórico da educação financeira no Brasil é fundamental para analisar seus desafios atuais e potencialidades futuras, especialmente no que se refere à sua integração efetiva ao currículo escolar e à formação interdisciplinar dos estudantes da educação básica.

2.2 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO BÁSICO

A implementação da educação financeira no ensino básico brasileiro, embora reconhecida como necessidade estratégica tanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto na Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), enfrenta obstáculos estruturais, pedagógicos e culturais de considerável extensão.

Como observa Santos (2022, “p. 45”), a inclusão da educação financeira como tema transversal representa um avanço normativo que ainda não se converteu em realidade pedagógica na maioria das escolas brasileiras. No Brasil, sua inclusão no currículo é prevista pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como tema contemporâneo transversal, contudo, sua aplicação prática enfrenta diversos desafios que limitam sua eficácia no ensino básico (Nascimento Junior, 2025).

A educação financeira tem sido reconhecida globalmente como uma competência essencial para a vida contemporânea, voltada ao desenvolvimento da capacidade de gerir recursos, planejar o futuro econômico e tomar decisões financeiras responsáveis (Silva et al., 2023).

Um dos maiores desafios apontados na literatura refere-se à formação insuficiente dos professores para ensinar o tema. A carência de conhecimento aprofundado sobre conceitos financeiros dificulta a mediação didática e limita a qualidade do ensino. Esse obstáculo é recorrente em estudos sobre implementação no contexto escolar brasileiro, como apontam os dados de uma pesquisa nacional sobre formação docente realizada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2022 (Tabela 1).

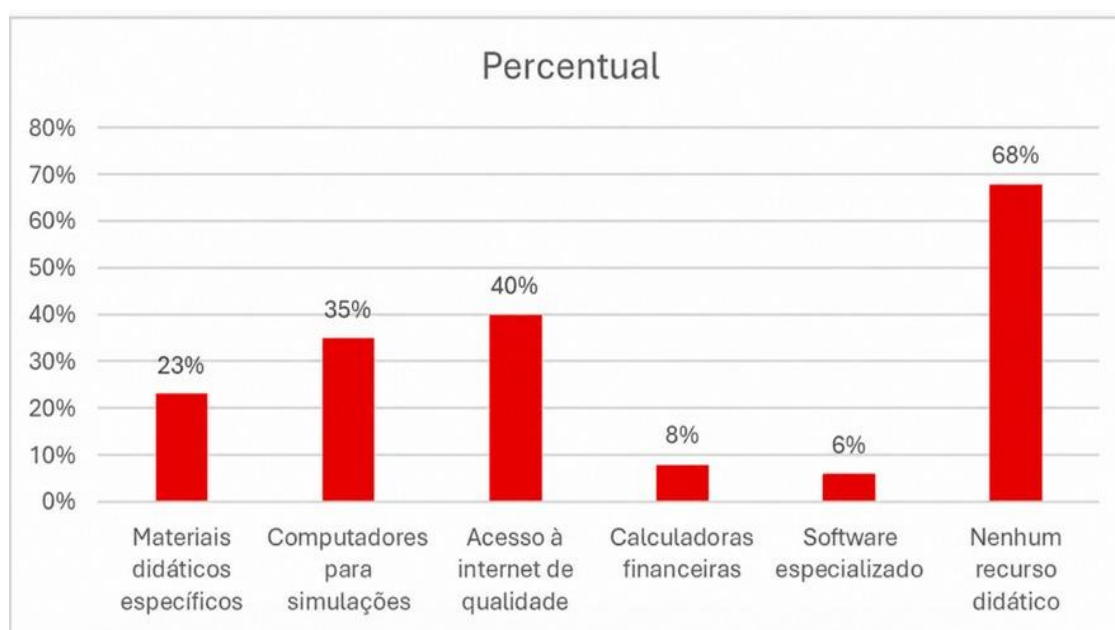
Tabela 1 – Formação dos professores para a educação financeira.

Área de Formação	% Com Formação Específica	Principal Necessidade Identificada
Matemática	28	Metodologias aplicadas ao cotidiano
História	15	Conteúdo de economia básica
Geografia	15	Conteúdo de economia básica
Língua Portuguesa	12	Análise de textos financeiros
Ciências	8	Matemática financeira básica
Pedagogia	21	Abordagem transdisciplinar

Fonte: Pesquisa nacional sobre formação docente – MEC (2022).

A limitação de materiais didáticos adequados, como livros, simuladores e ferramentas pedagógicas, é outro entrave para a efetivação da educação financeira, ou seja, sem recursos apropriados, os professores muitas vezes se veem obrigados a improvisar ou tratar o tema de forma superficial como mostra uma pesquisa feita sobre disponibilidade de recursos didáticos nas escolas públicas do Brasil (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Disponibilidade de recursos didáticos para a educação financeira nas escolas públicas.



Fonte: Censo escolar 2022 – Módulo especial sobre recursos didáticos.

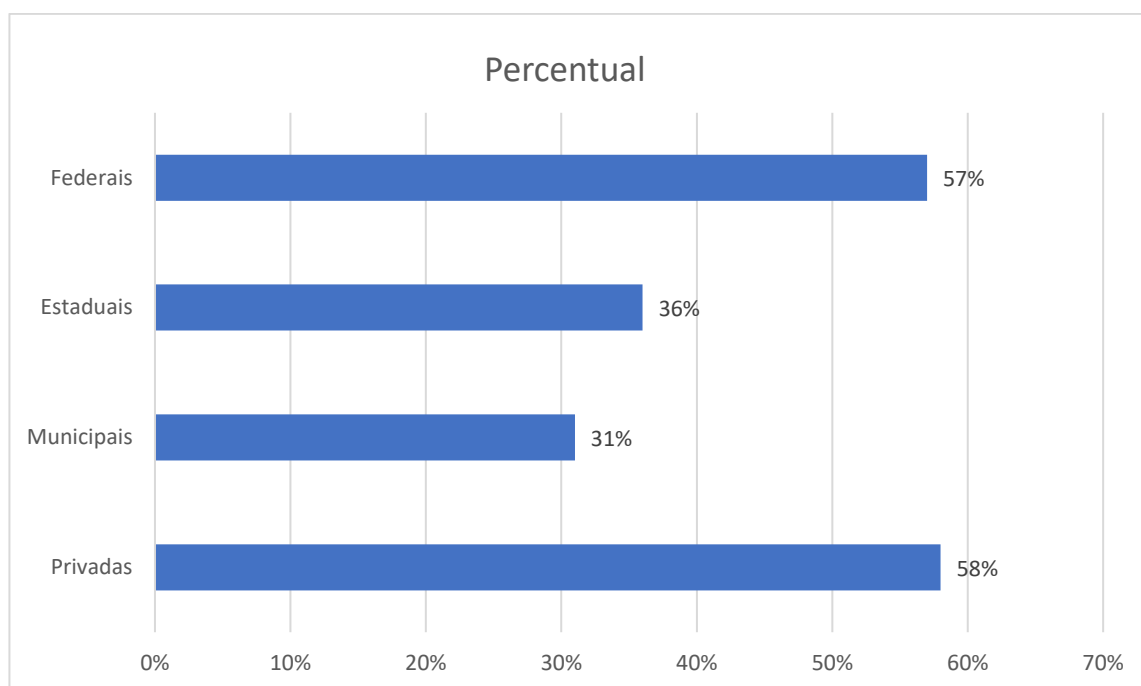
Embora a BNCC preveja a educação financeira de forma transversal, sua ausência estruturada dentro dos currículos escolares e a priorização de outros componentes curriculares, acabam por relegá-la a segundo plano. Isso ocorre especialmente em escolas que ainda não internalizaram o tema como parte essencial da formação básica.

Com isso, acredita-se que algumas estratégias para superar esses entraves, podem estar atreladas a investimentos em programas de formação inicial e continuada que abordem tanto os

conteúdos conceituais quanto metodologias pedagógicas para educação financeira, com o intuito de fortalecer a confiança dos docentes em ensinar esse conteúdo; a criação de materiais contextualizados, que considerem a realidade sociocultural dos estudantes, também pode favorecer a participação e a compreensão dos temas financeiros; a adoção de metodologias ativas como resolução de problemas, estudos de caso e projetos interdisciplinares, podem tornar o ensino mais interessante para os estudantes.

Outro dado importante foi apontado por uma pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre o percentual de escolas que implementaram a educação financeira conforme a BNCC (2023) (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Percentual de escolas que implementaram educação financeira.



Fonte: INEP – Pesquisa nacional sobre implementação de educação financeira.

Diante do exposto, a educação financeira, se devidamente implementada, pode contribuir para a formação de cidadãos críticos e autônomos na gestão de seus recursos, reduzindo vulnerabilidades econômicas ao longo da vida.

2.3 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

A educação financeira tem sido tradicionalmente associada ao desenvolvimento de competências técnicas para gestão de orçamento doméstico, poupança e investimentos. Contudo, uma análise mais profunda revela sua importância na formação para a cidadania. Com isso, a educação financeira ultrapassa a dimensão econômica individual, constituindo-se como

prática social emancipatória que capacita o indivíduo para participação ativa, consciente e crítica na sociedade contemporânea.

A educação financeira vem sendo reconhecida como componente essencial na formação integral do indivíduo, contribuindo não apenas para a compreensão de conceitos econômicos e financeiros, mas também para o fortalecimento de competências relacionadas ao exercício pleno da cidadania (OCDE apud BCB, 2025). No contexto escolar, essa relação entre educação financeira e formação cidadã cria pontes entre teoria, prática social e tomada de decisões responsáveis na vida pessoal e na comunidade onde ele está inserido.

Como observa Silva (2019, “p. 45”), a exclusão financeira representa uma das formas mais perversas de exclusão social na modernidade, perpetuando ciclos de desigualdade e limitando o exercício da cidadania. Neste contexto, a educação financeira emerge não como opção, mas como direito social básico em sociedades onde decisões financeiras impactam desde o acesso à moradia até a participação política.

A concepção contemporânea de cidadania segundo Marshall (1967), engloba três dimensões inter-relacionadas: civil, política e social. A educação financeira dialoga com estas dimensões, ou seja, a cidadania civil consiste em exercer direitos de propriedade, celebrar contratos e acessar serviços financeiros básicos, já a cidadania política compreende como políticas econômicas afetam a vida cotidiana dos cidadãos e por fim a cidadania social compreende em ter condições dignas de existência, onde a autonomia financeira é componente essencial para superar as desigualdades existentes.

Por outro lado, Santos (2020, “p. 78”), amplia esta perspectiva ao argumentar que “na sociedade capitalista contemporânea, a cidadania econômica representa a quarta geração de direitos, sem a qual os demais direitos tornam-se formalismos vazios”.

Na tradição freiriana, a educação financeira pode ser compreendida como práxis transformadora, ou seja, é um conceito central da pedagogia de Paulo Freire, que une a ação (prática) e reflexão (teoria) em um ciclo dialético contínuo visando a transformação consciente da realidade. Diante do exposto, Freire (1996, “p. 32”) defendia que a educação verdadeiramente libertadora é aquela que capacita o educando a ler o mundo para nele intervir. Aplicando ao contexto financeiro, significa desenvolver a capacidade de ler estruturas econômicas e relações de poder nelas embutidas, interpretar mecanismos de exclusão e exploração financeira e reescrever trajetórias pessoais e coletivas através de ações conscientes.

Apresentam-se as dimensões da educação financeira como formação (Quadro 1).

Quadro 1 – Dimensão da educação financeira como formação cidadã

Dimensões	Competências desenvolvidas	Impacto na cidadania
Pessoal	Autogestão, planejamento e autorregulação.	Autonomia e autodeterminação
Social	Consumo consciente e ética financeira.	Responsabilidade coletiva
Política	Análise de políticas econômicas e advocacy.	Participação democrática
Crítica	Desnaturalização do consumismo e leitura das relações de poder.	Emancipação e transformação social.

Fonte: Adaptada de Klein (2021, p. 112 – 115).

A cidadania, por sua vez, também remete ao exercício de direitos e deveres do indivíduo na sociedade, incluindo a capacidade de agir de forma crítica, responsável e participativa em diversas esferas da vida social, política e econômica. Quando associada à educação financeira, a formação cidadã ultrapassa a mera aquisição de conhecimentos técnicos para abarcar valores éticos e sociais relacionados ao consumo, à sustentabilidade e à justiça socioeconômica.

Em consonância com os pressupostos educacionais, compreender mecanismos financeiros, deixa claro que não se trata apenas de um conteúdo específico de matemática ou economia, mas um instrumento pedagógico para desenvolver conhecimentos e atitudes que favorecem a inclusão e a crítica dos estudantes na sociedade, estimulando práticas de consumo consciente e planejamento financeiro, habilidades fundamentais para que os indivíduos possam exercer seus direitos de consumidores de forma responsável e ética.

Com isso, ao capacitar estudantes para avaliar de forma crítica as implicações de decisões financeiras, como endividamento, investimentos, poupança e uso do crédito, a educação financeira contribui para ampliar a participação dos cidadãos em debates públicos sobre políticas econômicas e sociais.

2.4 METODOLOGIAS ATIVAS COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A incorporação das metodologias ativas no ensino de educação financeira tem se mostrado uma estratégia pedagógica importante para promover aprendizagens fundamentais, contextualizadas e voltadas ao desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Diferentemente das abordagens tradicionais, centradas na transmissão de conteúdos, as metodologias ativas colocam o estudante como protagonista do processo educativo, estimulando a participação, a reflexão crítica e a tomada de decisões — elementos essenciais para a compreensão e a prática da educação financeira no cotidiano (Moran, 2015).

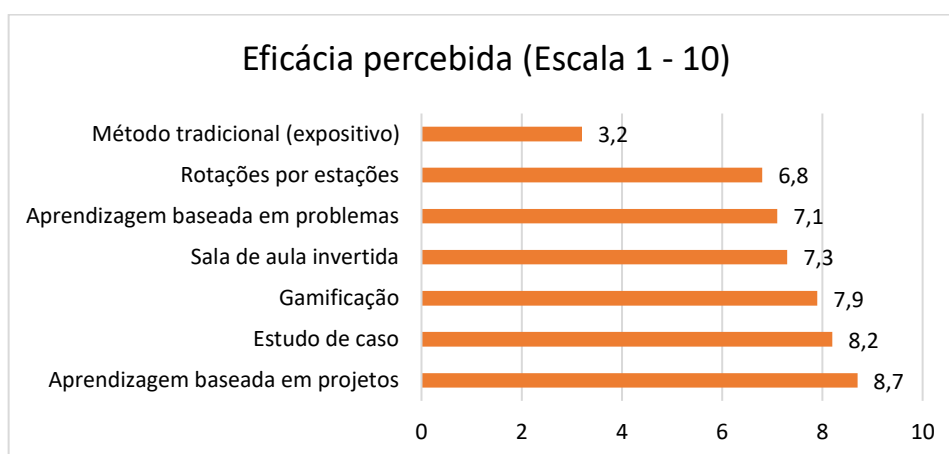
O uso de metodologias ativas possibilita articular conceitos teóricos como orçamento, consumo, poupança, crédito e juros com situações reais vivenciadas pelos estudantes. Essa aproximação entre teoria e prática favorece a construção de conhecimentos aplicáveis à vida social e econômica, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes e responsáveis em relação ao uso do dinheiro. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a educação financeira eficaz deve ir além da simples memorização de conceitos, promovendo habilidades, atitudes e comportamentos que auxiliem os indivíduos a tomar decisões financeiras informadas ao longo da vida (OCDE, 2016).

No contexto brasileiro, onde apenas 34% dos adultos demonstram alfabetização financeira adequada segundo a OCDE (2020), a reinvenção das práticas pedagógicas torna-se imperativa e com o uso das metodologias ativas podem potencializar o ensino de vários temas nas escolas de ensino básico.

Entre os métodos mais utilizados no ensino do tema, destacam-se a aprendizagem baseada em problemas, a aprendizagem baseada em projetos, os jogos educativos, as simulações, rotações por estações, as salas de aula invertidas e os estudos de caso. Essas estratégias permitem que os estudantes analisem situações financeiras reais ou simuladas, identifiquem problemas, proponham soluções e avaliem as consequências de suas escolhas. Para Freire (1996), práticas pedagógicas que valorizam a problematização da realidade contribuem para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e transformar o contexto em que estão inseridos, o que dialoga diretamente com os objetivos da educação escolar.

Com base no uso das metodologias ativas apresentam-se dados que mostram sua eficácia na educação financeira feita com um grupo de professores brasileiros (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Eficácia percebida das metodologias ativas em educação financeira.



Fonte: Pesquisa “práticas pedagógicas em educação financeira” (Oliveira et al., 2022, p. 156).

Nesse contexto, as metodologias ativas se alinham às diretrizes curriculares ao favorecerem o trabalho interdisciplinar e a contextualização dos conteúdos financeiros em diferentes áreas do conhecimento, especialmente Matemática, Ciências Humanas e Linguagens.

Estudos apontam que o uso de metodologias ativas no ensino de educação financeira contribui para maior engajamento dos estudantes, melhora da compreensão conceitual e desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como cooperação, planejamento e responsabilidade (Campos et al., 2020). Além disso, ao vivenciarem experiências práticas, como a elaboração de orçamentos fictícios, simulações de compras ou projetos de planejamento financeiro, os alunos passam a refletir de forma mais crítica sobre seus hábitos de consumo e suas implicações sociais e econômicas.

Portanto, as metodologias ativas configuram-se como instrumentos pedagógicos potentes no ensino de educação financeira, pois favorecem a aprendizagem significativa, a autonomia dos estudantes e a construção de conhecimentos voltados à vida prática. Ao promoverem a participação ativa e a reflexão crítica, essas metodologias contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes, capazes de tomar decisões financeiras responsáveis e alinhadas às demandas da sociedade contemporânea.

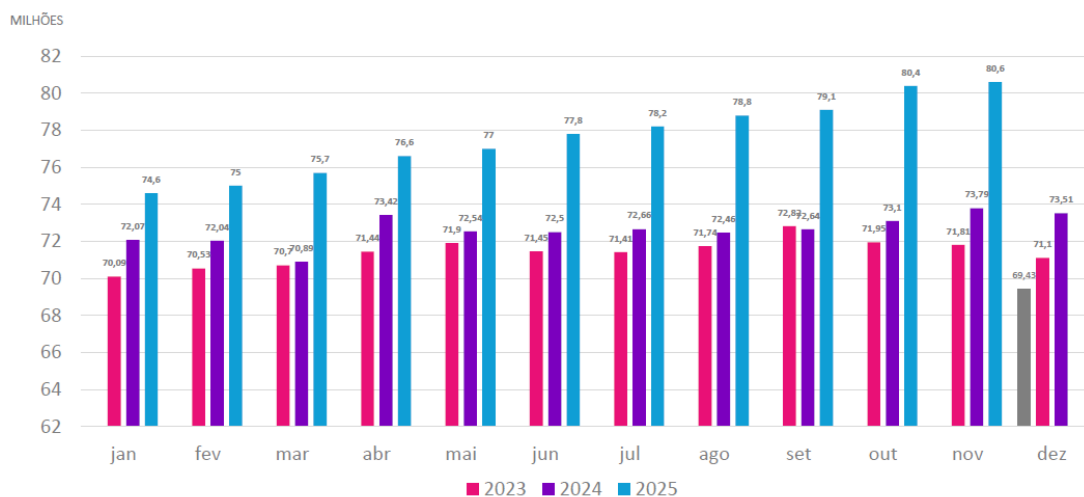
2.5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO AO ENDIVIDAMENTO

A educação financeira tem sido amplamente reconhecida como um instrumento fundamental de prevenção ao endividamento, especialmente em um contexto social marcado pela ampliação do acesso ao crédito, pelo estímulo ao consumo imediato e pela insuficiência de conhecimentos financeiros básicos por parte da população. O endividamento excessivo, quando não planejado, compromete a renda familiar, afeta a qualidade de vida e pode gerar impactos sociais e psicológicos significativos, o que reforça a necessidade de ações educativas voltadas à formação financeira dos indivíduos desde a infância (OCDE, 2016).

Nesse sentido, compreende-se conhecimento financeiro como um processo formativo que visa desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à gestão consciente dos recursos, permitindo que os indivíduos planejem seus gastos, entendam o funcionamento do crédito, avaliem riscos e tomem decisões mais responsáveis ao longo da vida. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, indivíduos financeiramente educados tendem a apresentar maior capacidade de planejamento, menor propensão ao endividamento e maior resiliência diante de situações econômicas adversas (OCDE, 2016).

No contexto brasileiro, o elevado índice de endividamento das famílias evidencia a fragilidade da população quanto ao domínio de conceitos financeiros elementares, como orçamento doméstico, juros simples, juros compostos, taxa de juros, inflação e uso consciente do crédito. O índice de endividamento das famílias brasileiras é evidenciado com a evolução do número de inadimplentes no Brasil nos últimos três anos conforme mostra (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução do número de inadimplentes no Brasil nos últimos 3 anos



Fonte: Serasa – novembro 2025.

De acordo com estudos realizados por instituições financeiras e acadêmicas, a ausência de educação financeira está diretamente relacionada ao uso inadequado de instrumentos como cartão de crédito e empréstimos, frequentemente associados a altas taxas de juros e ao comprometimento prolongado da renda (Silva; Teixeira, 2020).

Pesquisas indicam que indivíduos que tiveram acesso à educação financeira apresentam maior propensão à elaboração de orçamentos, ao controle de gastos e à formação de reservas financeiras, práticas essenciais para evitar o endividamento excessivo (Lusardi; Mitchell, 2014). Para comprovar essa afirmação temos uma pesquisa feita no Brasil em 2023 comparando indivíduos com educação financeira formal e sem educação financeira formal (Tabela 2).

Tabela 2 – Comparação entre indivíduos com e sem educação financeira formal.

Indicador	Com educação financeira	Sem educação financeira
Com dívidas em atraso	18 %	34 %
Usam rotativo do cartão de crédito	22 %	47 %
Nível de endividamento/renda	31 %	52 %
Com reserva de emergência	65 %	28 %
Comparam CET antes de financiar	78 %	32 %

Fonte: Pesquisa nacional de educação financeira – BCB/ANBIMA (2023).

Esses resultados reforçam a importância de políticas públicas e iniciativas educacionais que promovam a alfabetização financeira como estratégia de prevenção, e não apenas como resposta a situações de crise financeira já instaladas.

Além disso, educar para as finanças não se limita à transmissão de conceitos técnicos, mas envolve a reflexão crítica sobre o consumo, a publicidade e os padrões sociais que incentivam o gasto sem controle. Para Bauman (2008), a sociedade contemporânea estimula constantemente o consumo como sinônimo de felicidade e status, o que contribui para práticas financeiras irresponsáveis, mas ao estudar sobre finanças, o conhecimento pode funcionar como um mecanismo de conscientização, permitindo que os indivíduos diferenciem necessidades reais de desejos induzidos pelo mercado, fortalecendo o autocontrole financeiro e a capacidade de planejamento.

Pode-se utilizar, mecanismos de prevenção do endividamento como conhecimentos técnicos, habilidades comportamentais, atitudes críticas e preparação para imprevistos com base em Lusardi e Mitchell (2014) (Quadro 2).

Quadro 2 – Mecanismo de prevenção do endividamento via educação financeira.

Mecanismos de prevenção			
Conhecimento técnico	Habilidades comportamentais	Atitudes críticas	Preparação para imprevistos
Cálculo de Juros	Autocontrole e adiamento de gratificações.	Resistência ao marketing predatório.	Formação de reserva de emergência.
Custo efetivo total (CET)	Planejamento orçamentário.	Desconstrução do consumismo.	Seguros adequados
Comparação de produtos financeiros.	Definição de prioridades financeiras.	Leitura crítica de contratos	Diversidade de rendas.

Fonte: Modelo criado pelos autores com base em Lusardi e Mitchell (2014).

Sua aplicação depende da integração entre escola, família e sociedade, bem como de práticas pedagógicas contextualizadas que considerem a realidade socioeconômica dos indivíduos. Ao contribuir para a formação de sujeitos mais preparados para lidar com desafios financeiros, a educação financeira fortalece não apenas a saúde econômica individual, mas também o equilíbrio social e econômico coletivo.

2.6 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PERSPECTIVA DA EQUIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

Quando analisamos através do viés da equidade e da justiça social o ensino de educação financeira vai além de sua concepção tradicional para se configurar como instrumento de justiça

social e de democratização do acesso às oportunidades econômicas. Como afirma Santos (2023, “p. 28”), a educação financeira não pode ser neutra ou reproduz desigualdades estruturais ou se constitui como ferramenta de emancipação para grupos historicamente excluídos do sistema financeiro.

A inclusão social está diretamente relacionada à capacidade de indivíduos participarem da economia, reduzindo barreiras que ao longo dos anos excluíram grupos de baixa renda do sistema financeiro formal. Conforme o exposto, o diagnóstico das desigualdades no acesso à educação financeira formal no Brasil por grupos populacionais conforme mostra (quadro 3).

Quadro 3 – Desigualdade no acesso a educação financeira formal no Brasil.

Grupo populacional	% Acesso a educação financeira formal	Principais barreiras	Consequências
População negra	31	Racismo estrutural e menor acesso a escolas de qualidade.	Endividamento 42 % maior que a população branca.
Mulheres	38	Sobre carga de trabalho reprodutivo e menor acesso a capacitação.	Dependência financeira e vulnerabilidade.
População rural	24	Distância geográfica e falta de infraestrutura.	Maior uso do crédito rural (juros médios de 20 % ao mês).
Pessoas com deficiência	28	Falta de materiais acessíveis e barreiras arquitetônicas.	Exclusão digital e dificuldade de autonomia financeira.
População LGBTQIA +	34	Discriminação no ambiente educacional.	Maior informalidade laboral e menos direitos.
Idosos (+60 anos)	29	Exclusão digital e preconceito etário.	Vulnerabilidade a golpes e dificuldades com bancos digitais.

Fonte: Pesquisa nacional de inclusão financeira – BCB (2023).

Para compreender a educação financeira como ferramenta de equidade, é necessário diferenciar conceitos-chaves e situá-los em um marco teórico que considera as dimensões estruturais da desigualdade.

A literatura recente diferencia os conceitos de alfabetização financeira, inclusão financeira e equidade. Enquanto a alfabetização se refere às competências individuais, a inclusão diz respeito ao acesso aos produtos e serviços. Já a equidade implica que o sistema se adapte às diferentes necessidades e pontos de partida dos cidadãos.

As desigualdades no conhecimento financeiro não são acidentais, mas refletem e reproduzem hierarquias sociais historicamente constituídas. A população negra, por exemplo, recebe em média 3,2 vezes menos informações sobre investimentos que a população branca (Costa, 2023, “p. 89”).

Diante do exposto, a equidade no contexto da educação financeira significa garantir que todos os indivíduos independentemente de gênero, renda ou localização geográfica tenham oportunidades iguais de adquirir conhecimentos e habilidades financeiras que lhes permitam participar plenamente da vida econômica do país.

Portanto, a educação financeira quando integrada a um arcabouço de equidade, proteção ao consumidor, empoderamento legal e políticas estruturantes, ela se transforma em uma poderosa ferramenta de transformação social, isto é, investir em uma população financeiramente capaz e incluída de forma justa gera retornos econômicos significativos e reduz as desigualdades e o desafio para sua implementação exige colaboração dos governos, instituições financeiras, escolas e a sociedade civil organizada com um objetivo de construir um ecossistema onde o bem-estar não seja um privilégio, mas um direito de todos.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este capítulo foi destinado aos procedimentos metodológicos adotados para a realização do estudo que buscou analisar a importância da educação financeira no ensino básico, investigando de que forma sua inclusão no currículo escolar contribuiu para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e responsáveis quanto à gestão de recursos financeiros e à tomada de decisões econômicas no cotidiano. A metodologia, os instrumentos de coleta e a análise dos dados foram feitos para observar como a teoria e a prática podem se integrar para promover um aprendizado de forma interdisciplinar e transformadora.

3.1 MODALIDADE DE PESQUISA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo visando contemplar os objetivos apresentados, valendo-se da pesquisa-ação durante a realização das oficinas propostas.

A pesquisa-ação configura-se como uma abordagem metodológica de caráter participativo e interventivo, amplamente empregada no campo educacional e nas ciências sociais aplicadas, por articular a produção de conhecimento científico à transformação da realidade investigada. Diferentemente de métodos tradicionais, essa abordagem pressupõe a colaboração ativa entre pesquisadores e participantes, promovendo a construção coletiva de

soluções para problemas concretos. Nesse sentido, caracteriza-se como uma metodologia que integra teoria e prática, sendo definida como um processo que prevê a solução de problemas reais, assegurando como resultado uma nova realidade (Silva; Mentges, 2023, “p. 55”). Tal perspectiva evidencia seu potencial transformador, uma vez que o conhecimento produzido não se limita à descrição dos fenômenos, mas se orienta à intervenção qualificada no contexto social.

Além disso, a pesquisa-ação desenvolve-se por meio de um movimento cíclico e reflexivo, envolvendo etapas interdependentes de diagnóstico, planejamento, ação, observação e avaliação, o que permite constantes ajustes e aprimoramentos ao longo do processo investigativo. Essa dinâmica favorece a produção de conhecimentos contextualizados e socialmente relevantes, ao mesmo tempo em que fortalece o protagonismo dos sujeitos envolvidos. Conforme apontam estudos recentes, trata-se de uma metodologia participativa que “integra teoria e prática para promover mudanças contextuais” (Pereira, 2024, “p. 3”), reforçando sua aplicabilidade em contextos educacionais e formativos. Dessa forma, a pesquisa-ação consolida-se como um instrumento metodológico robusto, capaz de aliar rigor científico, engajamento coletivo e impacto social.

Quanto aos objetivos, essa pesquisa classifica-se como descritiva. De acordo com Gil (2007, “p. 35”), A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Segundo Creswell (2014), a pesquisa de abordagem qualitativa possibilita uma compreensão mais ampla do fenômeno investigado, ao combinar a interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos com a mensuração de resultados observáveis.

Segundo Marconi e Lakatos (2009, “p. 269”):

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências etc.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Os estudiosos que utilizam a abordagem qualitativa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

Quanto ao ambiente de investigação, trata-se de uma pesquisa de campo, que foi realizada em uma escola de Ensino Fundamental II, em uma cidade no interior do Maranhão,

com a participação direta dos estudantes. A coleta de dados foi desenvolvida por meio de questionários diagnósticos, entrevistas semiestruturadas com os estudantes, jogos sobre educação financeira e observações em sala de aula, que permitiu uma compreensão mais detalhada das práticas pedagógicas vigentes e do nível de conhecimento financeiro dos alunos.

Além disso, a pesquisa se caracterizou-se como bibliográfica, pois contempla uma revisão da literatura para embasamento teórico, e também como pesquisa-ação, já que teve a intervenção direta no ambiente escolar por meio do desenvolvimento e aplicação de oficinas pedagógicas e sequências didáticas voltadas à educação financeira.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (Fonseca, 2002, “p. 32”).

A análise dos dados foi realizada com base na análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016), buscando identificar padrões e categorias que revelam os efeitos da intervenção pedagógica.

Um conjunto de técnicas de análises de comunicações, visando obter por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens (Bardin, 2016, “p. 31”).

A adoção de um delineamento metodológico híbrido — de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, apoiado em procedimentos bibliográficos e de campo e orientado pelos pressupostos da pesquisa-ação — possibilitou uma compreensão abrangente e aprofundada do fenômeno investigado. Tal configuração metodológica favoreceu não apenas a análise sistemática das evidências empíricas e teóricas, mas também a intervenção direta no contexto estudado, promovendo um processo cíclico de diagnóstico, ação, reflexão e replanejamento.

Adicionalmente, a articulação entre diferentes estratégias de coleta e análise de dados contribuiu para a triangulação das informações, ampliando a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos. A dimensão qualitativa permitiu captar percepções, significados e práticas dos sujeitos envolvidos, enquanto a abordagem quantitativa viabilizou a mensuração de padrões e tendências relevantes ao objeto de estudo. Paralelamente, a pesquisa bibliográfica forneceu o embasamento teórico necessário, e a investigação de campo assegurou a contextualização das evidências à realidade educacional analisada.

Nesse sentido, a incorporação da pesquisa-ação revelou-se particularmente relevante, uma vez que viabilizou a construção de soluções práticas, participativas e contextualizadas,

alinhadas às demandas reais do ambiente escolar. Como resultado, o estudo não apenas contribuiu para o avanço do conhecimento na área de educação financeira, mas também ofereceu subsídios concretos para o aprimoramento de práticas pedagógicas, fortalecendo a formação de estudantes mais críticos, autônomos e conscientes em relação à gestão de recursos financeiros.

3.2 CENÁRIO DA PESQUISA

O cenário desta pesquisa aconteceu no ambiente escolar de uma instituição pública de Ensino Fundamental II, localizada na zona urbana de uma cidade maranhense, onde observou-se uma diversidade social, econômica e cultural significativa entre os estudantes. Esses espaços educacionais são marcados por desafios como a falta de recursos didáticos, a limitação de formação continuada dos docentes e a ausência sistemática de conteúdos voltados à educação financeira nos currículos formais. Essas características tornaram-se relevantes para os objetivos do estudo, uma vez que permitiram analisar como essas condições impactam o desenvolvimento de competências financeiras básicas entre os estudantes.

Além disso, o ambiente escolar escolhido representa um espaço de socialização e formação cidadã, onde é possível compreender as práticas de consumo e a relação dos estudantes com o dinheiro. O envolvimento entre os sujeitos participantes e o contexto físico e social da escola influenciou diretamente na maneira como o tema da educação financeira é percebido, abordado e assimilado.

Dessa forma, o cenário da pesquisa ofereceu elementos fundamentais para interpretar os resultados obtidos, identificando oportunidades de intervenção pedagógica que contribuíram para uma formação consciente, crítica e autônoma dos estudantes no que diz respeito à gestão de recursos financeiros.

3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes desta pesquisa foram estudantes do Ensino Fundamental II, especificamente da turma do 9º ano, de uma escola pública localizada em área urbana periférica. A escolha desse público justificou-se pela fase de desenvolvimento cognitivo e social em que esses estudantes se encontram, sendo um momento oportuno para a introdução de conceitos básicos de educação financeira, além de estarem propensos à reflexão crítica sobre consumo e planejamento financeiro. A seleção dos participantes foi organizada pelos seguintes critérios de inclusão: estar regularmente matriculado na escola, frequentar regularmente as aulas e apresentar consentimento dos responsáveis legais para participação na pesquisa.

A participação dos estudantes foi fundamental para avaliar o nível de conhecimento prévio sobre educação financeira, além de testar o conhecimento deles diante das oficinas e materiais pedagógicos desenvolvidos, contribuindo para a validação das estratégias propostas pelo estudo.

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Nesta pesquisa, os instrumentos de coleta de dados foram selecionados de acordo com os objetivos da investigação e com a abordagem de natureza qualitativa adotada. Foram utilizados quatro instrumentos: questionários diagnósticos, entrevistas semiestruturadas, jogos sobre educação financeira e observações em sala de aula.

O questionário diagnóstico foi aplicado no primeiro momento com um pré-teste para identificar seu nível de conhecimento prévio sobre educação financeira, seus hábitos de consumo, percepção sobre poupança, planejamento financeiro e comportamento relacionado ao uso de dinheiro. Esse instrumento foi estruturado com perguntas objetivas de múltipla escolha e subjetivas, proporcionando uma visão inicial do perfil dos participantes, sendo essencial para embasar o desenvolvimento de intervenções pedagógicas posteriores. Ao final da pesquisa, foi realizado o questionário pós-teste para saber o nível de aprendizagem dos estudantes em relação aos conceitos estudados sobre educação financeira.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com três grupos de seis alunos e um grupo com cinco alunos, totalizando 23 alunos na sala, de forma que permitiu uma compreensão mais aprofundada de suas noções, experiências e dificuldades relacionadas ao tema. Esse instrumento combina perguntas previamente elaboradas que explorou de forma flexível aspectos emergentes durante a conversa, favorecendo a obtenção de dados mais ricos e contextualizados.

Os jogos sobre educação financeira tornaram o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e incentivaram os alunos a tomar decisões relacionadas a consumo consciente, poupança, orçamento, receitas e despesas que estimulou o raciocínio lógico e matemático, planejamento e resolução de problemas financeiros do dia a dia. Também foram observadas no desenvolvimento dessas atividades, o nível de conhecimento dos estudantes, como aplicações de conceitos financeiros em situações simuladas e como o grau de compreensão e retenção de conteúdos foram adquiridos após as oficinas pedagógicas.

O acompanhamento em sala de aula, por sua vez, foi realizado durante a aplicação das oficinas pedagógicas e sequências didáticas sobre educação financeira, onde foi possível

registrar, de forma sistemática, as reações, interações e a participação dos estudantes diante das atividades propostas.

Esses quatro instrumentos foram fundamentais para coletar dados necessários à análise de conteúdo e avaliação da efetividade das intervenções pedagógicas propostas. Ao combinar diferentes fontes e formas de coleta de dados, o estudo assegurou maior confiabilidade e profundidade na compreensão dos conteúdos elaborados.

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS

Os procedimentos de coleta de dados desta pesquisa foram organizados em três etapas principais, com o objetivo de assegurar a consistência e a confiabilidade das informações obtidas. A primeira etapa foi realizada a preparação dos instrumentos de coleta de dados para informar aos estudantes como seria feito o desenvolvimento da pesquisa que, incluíram questionários diagnósticos (pré-teste e pós-teste), entrevistas semiestruturadas, jogos sobre educação financeira e ficha de observação. Essas informações foram transmitidas para os alunos como mostra a figura 1 a seguir.

Figura 1 – Foto no dia da reunião para apresentar a pesquisa aos estudantes.



Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Na segunda etapa foi feita a aplicação dos instrumentos de coleta de dados, começando pelo questionário diagnóstico (pré-teste), que foi aplicado em sala de aula com os estudantes do nono ano do Ensino Fundamental II e que teve a supervisão do professor regente para que fosse garantida a compreensão das perguntas.

Na sequência as entrevistas semiestruturadas foram feitas de forma individual, o que permitiu aprofundar as noções sobre conteúdos relacionados à educação financeira como consumo, poupança, cartão de crédito, investimento, orçamento familiar e planejamento financeiro.

Os jogos e as observações em sala de aula foram feitos e registrados durante as oficinas pedagógicas de forma contextualizada para que os alunos compreendessem como lidar com dinheiro e suas aplicações no dia a dia. Em seguida foi aplicado o questionário diagnóstico final (pós-teste), com o intuito de mensurar os conhecimentos adquiridos, ponderando o nível de absorção e evolução no aprendizado dos conteúdos estudados durante essa pesquisa.

Por fim, a terceira etapa envolveu a organização e validação dos dados coletados, que foram organizados em planilhas e categorizados conforme o objetivo da pesquisa e as entrevistas foram transcritas e analisadas com base na análise de conteúdo.

3.6 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente, foi realizada a pré-análise, que envolveu a organização do material bruto e a leitura flutuante dos dados coletados. Em seguida, ocorreu a exploração do material, com a definição de categorias temáticas a partir das falas recorrentes dos alunos e dos registros de observações em sala de aula.

Os dados provenientes dos questionários diagnósticos foram dispostos em tabelas, gráficos e resumos numéricos, com o intuito de traçar o perfil de conhecimentos e comportamentos financeiros dos estudantes.

3.7 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A pesquisa foi conduzida com base nos princípios éticos estabelecidos pelas normas da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos nas ciências humanas e sociais (Brasil, 2016). Todos os participantes e seus responsáveis foram informados sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa e sua participação foi voluntária mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 1) e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Anexo 2), já que os alunos são menores de idades, respeitando o direito à recusa ou desistência a qualquer momento sem prejuízos. Também houve uma reunião com a direção da escola para a assinatura do Termo de Autorização da Instituição (Anexo 3) antes da realização da pesquisa como mostra a figura 2.

Os riscos envolvidos na realização desta pesquisa são mínimos, podendo incluir desconfortos de ordem psicológica, como sentimentos de constrangimento ao responder perguntas sobre hábitos de consumo ou dificuldades relacionadas à gestão financeira pessoal. No entanto, tais riscos foram mitigados por meio da condução empática e acolhedora das entrevistas, além do anonimato e sigilo das informações coletadas, garantindo assim a privacidade dos dados.

Não houveram riscos físicos, ergonômicos ou sociais para os participantes, nem foram utilizadas qualquer forma de indução, coerção ou remuneração que puderam comprometer a liberdade de decisão dos envolvidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo apresentam-se os resultados que foram obtidos com aplicação das atividades desenvolvidas no decorrer de dez encontros, com cinco oficinas sobre importância da educação financeira na formação básica, especialmente ao integrar essa temática ao currículo escolar de forma contextualizada.

4.1 RESULTADO DO QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO INICIAL (PRÉ-TESTE)

Aqui apresentou-se para os estudantes um questionário diagnóstico inicial (Apêndice 1) com perguntas objetivas e subjetivas sobre receitas, despesas, juros, poupança, cartão de crédito, consumo consciente, reserva de emergência, planejamento financeiro, com isso, avaliamos o nível de conhecimento inicial dos estudantes que fizeram parte da pesquisa sobre educação financeira como mostra (Tabela 3).

Tabela 3 – Conhecimentos prévios dos estudantes no questionário diagnóstico inicial (Pré-teste).

Tema Avaliado	Sim	Não	% Sim	% Não
Sabe o que significa educação financeira?	8	15	35	65
Sabe o conceito de juros?	9	14	39	61
Sabe diferenciar receitas e despesas?	10	13	43	57
Sabe o que é reserva de emergência?	6	17	26	74
Sabe usar o cartão de crédito?	5	18	22	78
Sabe o que é planejamento financeiro?	9	14	39	61
Sabe sobre consumo consciente?	7	16	30	70
Sabe o que é poupança?	9	14	39	61

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Essa etapa foi realizada com quatro grupos, onde três grupos foram formados com seis estudantes e um grupo com 5 estudantes, totalizando 23 estudantes, que compõem a turma do nono ano do ensino fundamental II como mostra (Figuras 2 e 3).

Figura 2 – Fotos dos grupos 1 e 2



Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Figura 3 – Foto dos grupos 3 e 4.



Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

A análise dos dados evidencia um nível heterogêneo de conhecimento dos participantes acerca dos principais conceitos de educação financeira, com tendência geral a níveis moderados e elevados de compreensão em itens mais presentes no cotidiano. Observa-se que a maioria dos respondentes declara compreender noções básicas, como diferenciação entre receitas e despesas (57%) e uso do cartão de crédito (78%), bem como conceitos associados ao consumo consciente (70%). Esses resultados sugerem que práticas financeiras mais diretamente vivenciadas tendem a ser mais assimiladas, possivelmente em função da exposição cotidiana a tais situações. Contudo, itens como o entendimento sobre reserva de emergência (74%) e planejamento financeiro (61%) ainda indicam espaço para consolidação do conhecimento, especialmente quando considerados os percentuais intermediários e baixos, que somam parcelas relevantes da amostra. Esse padrão corrobora a literatura ao indicar que a familiaridade prática não

necessariamente se traduz em domínio conceitual aprofundado, evidenciando lacunas na formação financeira sistematizada (OCDE, 2023).

Adicionalmente, verifica-se que conceitos mais abstratos ou tradicionalmente vinculados ao ensino formal, como juros e poupança, apresentam distribuição mais equilibrada entre os níveis de conhecimento, com percentuais significativos em categorias intermediárias (39% para ambos), o que pode indicar compreensão parcial ou superficial. Esse cenário reforça a necessidade de intervenções pedagógicas estruturadas, que promovam não apenas o reconhecimento dos termos, mas a sua aplicação crítica no cotidiano. A predominância de respostas em níveis médios sugere que os indivíduos possuem noções iniciais, porém carecem de aprofundamento e sistematização do conhecimento financeiro. Assim, os dados analisados convergem com estudos recentes que apontam a educação financeira como elemento essencial para o desenvolvimento de competências que favoreçam a tomada de decisões conscientes e sustentáveis, especialmente quando integrada ao contexto escolar (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

4.2 OFICINAS PEDAGÓGICAS

Neste capítulo iremos abordar a aplicação das oficinas pedagógicas sobre vários temas de educação financeira com o intuito de realizar as atividades de forma contextualizada para que o aprendizado se torne mais significativo.

4.2.1 Oficina 1 – O valor do dinheiro e o poder dos juros.

Essa etapa foi contemplada por uma oficina, onde realizou-se simulações de aplicações financeiras como juros simples e compostos sobre investimentos e dívidas com o objetivo de compreender e diferenciar juros simples e juros compostos e também fizemos um breve histórico da evolução do uso do dinheiro ao longo do tempo no Brasil e a relação que temos com o dinheiro.

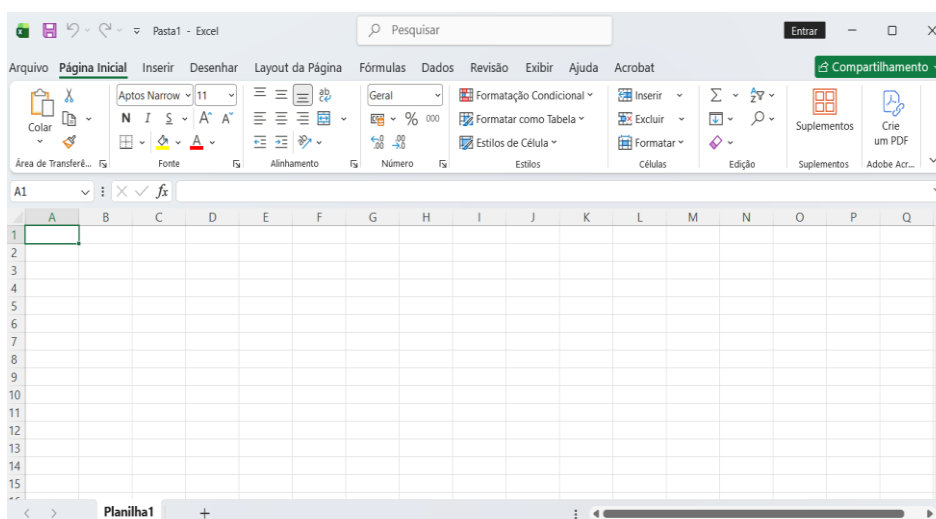
A história monetária do Brasil reflete sua trajetória econômica e política com a escassez de moedas no período colonial, passando pela fragmentação e hiperinflação entre os anos de 1964 e 1993, até a estabilidade com o plano real em 1994, em que criou a Unidade Real de Valor (URV), como indexador transitório, seguido do Real (R\$) e a tendência atual é o declínio do dinheiro físico com o aumento de pagamentos de forma digital via celular como, por exemplo, o sistema de pagamento instantâneo brasileiro (PIX) que permite transferências e pagamentos em segundos, 24 horas por dia, todos os dias, incluindo finais de semana e feriados,

ou seja, cada mudança representou uma respostas aos desafios de cada época , com o dinheiro evoluindo de objeto físico para os dias atuais de forma digital.

Alguns fatores moldam nossa relação com o dinheiro, dentre eles o histórico familiar, ou seja, muitas vezes começa com as lições que aprendemos na infância observando como nossos pais e familiares lidam com as finanças e inconscientemente adotamos muitos desses comportamentos. Outro fator é a influência social e cultural, isto é, a cultura e a sociedade em que vivemos moldam nossa percepção do dinheiro com o estilo de vida do seu círculo social e impacta suas decisões financeiras, atualmente as redes sociais criam hábitos de ostentação, comparação entre seus usuários, e por último nossas experiências passadas também moldam nossa relação com o dinheiro, como ter passado por dificuldades financeiras pode gerar medo de gastar e o contrário também, ou seja, ter vivido períodos de fartura pode gerar consumo impulsivo.

Nesta oficina os estudantes tiveram contato com a ferramenta Excel que é um software da Microsoft utilizado para a organização, análise e visualização de dados e sua principal função é facilitar o trabalho com informações numéricas e textuais por meio de planilhas eletrônicas, sendo essencial em ambientes empresariais, acadêmicos e pessoais. A seguir temos a visualização da página de visualização do Excel como mostra (Figura 4).

Figura 4 – Foto da página de visualização do Excel



Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Foram aplicadas atividades de juros simples e compostos em duas situações diferentes que são investimentos e dívidas para analisar o que acontece com seus gráficos, com isso, obtermos conclusões sobre a evolução dos juros e montantes.

Foram analisados os dados coletados através do preenchimento de tabelas e na construção de gráficos sobre o investimento de um determinado capital nos regimes de juros

simples e juros compostos aplicando atividades para os grupos 1 com juros simples e para o grupo 2 com juros compostos como mostra as fotos da oficina 1 (Figura 5).

Figura 5 – Fotos da oficina 1 com os grupos 1 e 2



Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

A atividade proposta para o grupo 1 (Apêndice 2) consiste em calcular quanto terá, se investir R\$ 5.000,00 por mês, em regime de juros simples com taxa de juros 15 % ao mês por um período de 6 meses (Faça os cálculos mês a mês).

A seguir, a tabela expõe como os estudantes resolveram os cálculos dos juros simples e do montante e depois preencheram a tabela mês a mês (Tabela 4).

Tabela 4 – Cálculo dos juros simples e montante no período de seis meses de um investimento.

n (Tempo)	Capital	Cálculo dos juros	Juros	Montante
1	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	5.750,00
2	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	6.500,00
3	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	7.250,00
4	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	8.000,00
5	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	8.750,00
6	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	9.500,00

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

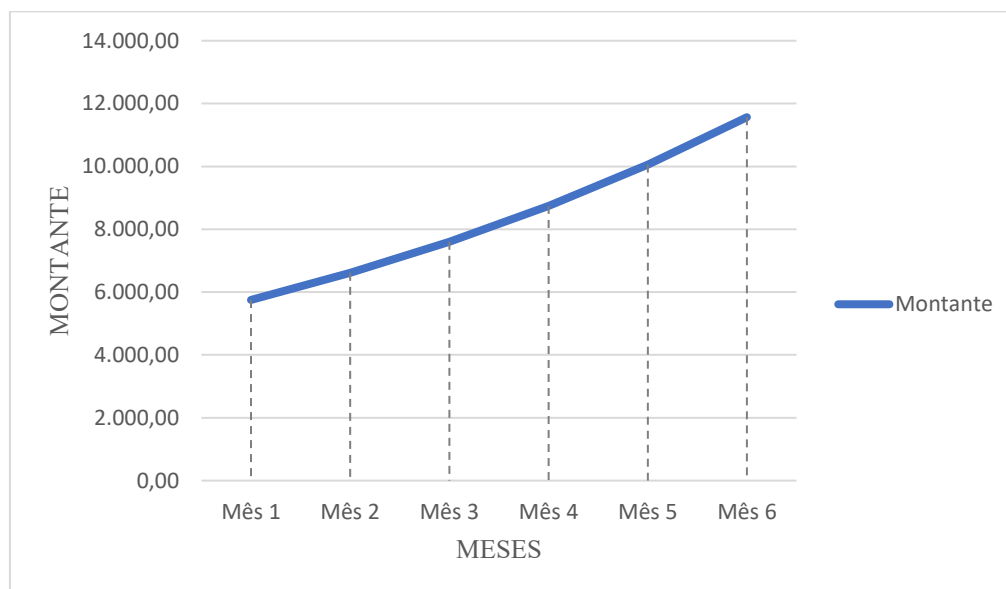
A análise dos dados evidencia a aplicação de um regime de juros simples, no qual o valor dos juros permanece constante ao longo do tempo, independentemente do período considerado. Observa-se que, para um capital fixo de R\$ 5.000,00 e uma taxa de 15% ao período, os juros calculados são invariáveis (R\$ 750,00), sendo posteriormente somados ao montante acumulado de forma linear. Esse comportamento resulta em um crescimento aritmético do montante, que evolui de R\$ 5.750,00 no primeiro período para R\$ 9.500,00 no sexto período, caracterizando uma progressão linear típica desse regime. Tal padrão confirma

que, nos juros simples, a base de cálculo permanece constante (o capital inicial), o que limita o potencial de crescimento ao longo do tempo quando comparado a outros regimes financeiros (Assaf Neto, 2021).

Além disso, os dados demonstram que, embora haja aumento contínuo do montante, esse crescimento ocorre de forma proporcional ao tempo, sem incidência de juros sobre juros. Esse aspecto reforça a distinção fundamental entre juros simples e compostos, sendo o primeiro mais previsível e de menor complexidade operacional, porém menos vantajoso em termos de rentabilidade em horizontes temporais mais longos. A constância do acréscimo de R\$ 750,00 por período indica uma relação direta entre tempo e ganho financeiro, o que pode ser pedagogicamente relevante para introdução de conceitos básicos de matemática financeira. Nesse sentido, estudos na área destacam que a compreensão do regime de juros simples constitui etapa fundamental para o desenvolvimento do letramento financeiro, favorecendo a tomada de decisões mais conscientes em contextos econômicos cotidianos (Iezzi et al., 2022).

Diante do exposto, os estudantes concluíram que o montante em cada mês em regime de juros simples apresenta crescimento linear conforme a evolução do montante no decorrer dos seis meses (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Evolução do montante em juros simples de um investimento



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Verifica-se na atividade do grupo 2 (Apêndice 3) que consiste em um investimento realizado a juros compostos, calcular quanto terá, se investir R\$ 5.000,00 com taxa de juros 15 % ao mês por um período de 6 meses (Faça os cálculos mês a mês).

Abaixo elencou-se como os estudantes resolveram os cálculos dos juros compostos e do montante e depois preencheram a tabela mês a mês (Tabela 5).

Tabela 5 – Cálculo dos juros compostos e montante no período de seis meses de um investimento.

n (Tempo)	Capital	Cálculo dos juros	Juros	Montante
1	5.000,00	$J = 5000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	5.750,00
2	5.750,00	$J = 5.750,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	862,50	6.612,50
3	6.612,50	$J = 6.612,50 \cdot 0,15 \cdot 1$	991,87	7.604,37
4	7.604,37	$J = 7.604,37 \cdot 0,15 \cdot 1$	1.140,65	8.745,02
5	8.745,02	$J = 8.745,02 \cdot 0,15 \cdot 1$	1.311,75	10.056,77
6	10.056,77	$J = 10.056,77 \cdot 0,15 \cdot 1$	1.508,51	11.565,28

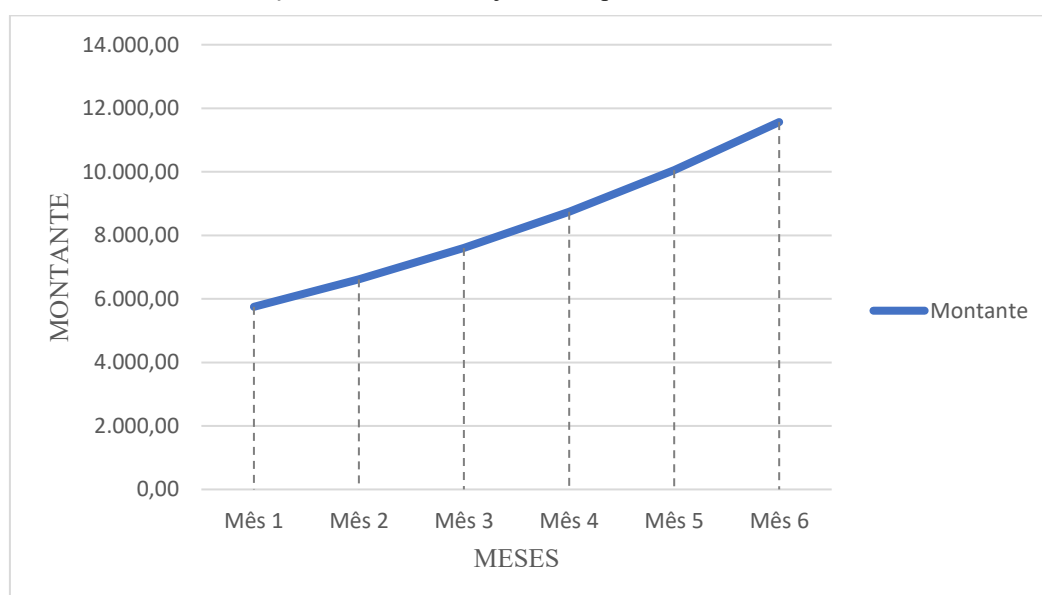
Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Os estudantes do grupo 2 analisaram a tabela 5 e observaram que o montante no último mês foi de R\$ 11.565,28 e que o capital inicial investido foi de R\$ 5.000,00. Logo os juros nesses seis meses foram calculados pela diferença entre o montante do último mês e o valor inicial investido, ou seja, R\$ 6.565,28. Os estudantes também observaram que poderiam calcular os juros nesses seis meses somando os juros de cada mês obtendo o mesmo valor que é de R\$ 6.565,28.

Portanto, os estudantes concluíram que a evolução dos juros em cada mês no regime de juros compostos apresenta um crescimento exponencial, pois os juros de cada período são incorporados ao capital anterior, aumentando assim os rendimentos ao longo do tempo.

Neste sentido, mostraremos a evolução do montante em juros compostos no decorrer dos meses de investimento (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Evolução do montante em juros compostos de um investimento



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Na atividade dos grupos 3 e 4 analisou-se os dados através do preenchimento de uma tabela e construção dos gráficos de uma dívida com um determinado capital nos regimes de juros simples para o grupo 3 e de juros compostos para o grupo 4 como mostra as fotos da oficina 1 com os grupos 3 e 4 (Figura 6).

Figura 6 – Fotos da oficina 1 com os grupos 3 e 4



Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

A atividade do grupo 3 (Apêndice 4) consistiu em calcular quanto irá pagar de juros, se uma dívida de R\$ 3.000,00 no cartão de crédito no regime de juros simples com taxa de juros 15% ao mês, não for paga no período de 6 meses.

A seguir os estudantes do grupo 3 construíram uma tabela com os cálculos dos juros simples e do montante e depois preencheram a tabela mês a mês (Tabela 6).

Tabela 6– Cálculo dos juros simples e montante no período de seis meses de uma dívida.

n (Tempo)	Capital	Cálculo dos juros	Juros	Montante
1	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	3.450,00
2	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	3.900,00
3	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	4.350,00
4	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	4.800,00
5	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	5.250,00
6	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	5.700,00

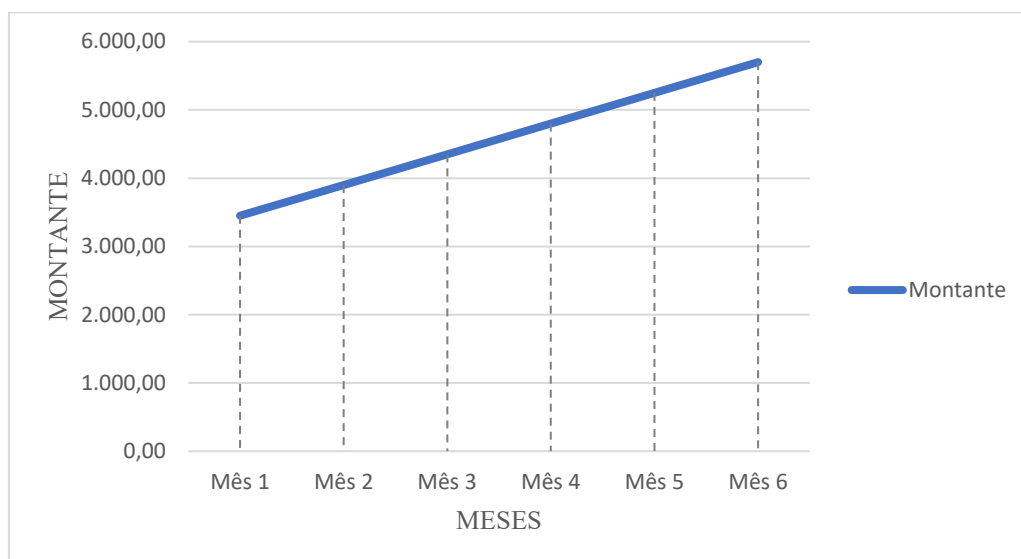
Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Os estudantes do grupo 3 analisaram a tabela 6 e observaram que os juros simples são calculados sempre em função do valor inicial da dívida, ou seja, sempre será o mesmo e os juros no final dos seis meses será a soma dos juros em cada mês que é de R\$ 2.700,00 e no final desses seis meses a dívida será de R\$ 5.700,00 caso não for paga.

Com isso, concluíram que os juros simples apresentam crescimento linear também para dívidas, pois esses juros sempre serão calculados sobre o valor inicial da dívida.

A seguir os estudantes do grupo 3 mostraram que o montante tem um crescimento linear durante o período de seis meses analisado como mostra (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Evolução do montante em juros simples de uma dívida



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2025.

A atividade proposta ao grupo 4 (Apêndice 5), consistiu em calcular quanto irá pagar de juros, se uma dívida de R\$ 3.000,00 no cartão de crédito no regime de juros compostos com taxa de juros de 15% ao mês, não for paga no período de 6 meses.

A tabela apresenta como os estudantes do grupo 4 resolveram os cálculos dos juros compostos e do montante e depois preencheram a tabela mês a mês conforme mostra (Tabela 7).

Tabela 7 - Cálculo dos juros compostos e montante no período de seis meses de uma dívida.

n (Tempo)	Capital (R\$)	Cálculo dos juros	Juros	Montante
1	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	3.450,00
2	3.450,00	$J = 3.450,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	517,50	3.967,50
3	3.967,50	$J = 3.967,50 \cdot 0,15 \cdot 1$	595,12	4.562,62
4	4.562,62	$J = 4.562,62 \cdot 0,15 \cdot 1$	684,39	5.247,01
5	5.247,01	$J = 5.247,01 \cdot 0,15 \cdot 1$	787,05	6.034,06
6	6.034,06	$J = 6.034,06 \cdot 0,15 \cdot 1$	905,11	6.939,17

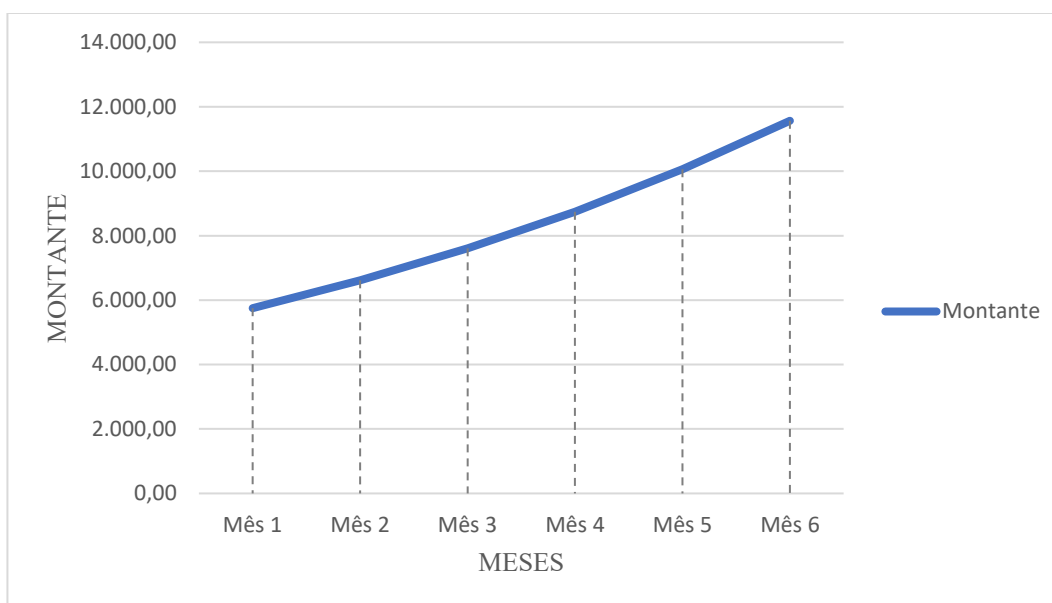
Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Os estudantes do grupo 4 analisaram a tabela 7 e observaram que a dívida a ser paga nesses seis meses foi de R\$ 6.939,17 e que o capital inicial investido foi de R\$ 3.000,00. Logo, os juros nesses seis meses é a diferença entre o montante do último mês e o valor inicial investido que foi de R\$ 3.939,17. Os alunos também calcularam os juros nesses seis meses através da soma dos juros de cada mês e encontraram o mesmo valor de R\$ 3.939,17.

Os alunos do grupo 4 apontaram que a evolução dos juros em cada mês no regime de juros compostos apresenta um crescimento exponencial, pois os juros de cada período são incorporados ao capital anterior, aumentando assim os rendimentos ao longo do tempo.

O gráfico abaixo mostra a evolução do montante em juros compostos no decorrer dos seis meses da dívida (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Evolução do montante em juros compostos de uma dívida



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Finalizando a oficina 1, os estudantes concluíram que tanto em investimentos e em dívidas os regimes de juros compostos e juros simples se diferenciam porque no regime de juros simples o crescimento do montante ocorre de forma linear e no regime de juros compostos o crescimento ocorre de forma exponencial e isso faz com que o regime de juros compostos tanto os juros como o montante cresce rapidamente e caso uma dívida se não for paga no período certo o devedor poderá ter problemas financeiros em um médio e longo prazo.

4.2.2 OFICINA 2 – Meu orçamento, minhas escolhas.

O objetivo dessa oficina foi compreender o conceito de orçamento pessoal, familiar, desenvolver hábitos de planejamento financeiro, saber diferenciar uma receita de uma despesa e aplicar esses conceitos no orçamento real, com isso analisar como o desequilíbrio entre receitas e despesas afeta o planejamento financeiro. Os resultados esperados é a construção de uma planilha em forma de quadro de receitas e despesa, fazer com que os estudantes tenham uma reflexão sobre hábitos de consumo consciente e saber os conceitos de receitas, despesas, saldo e equilíbrio financeiro.

A atividade do grupo 1 (Apêndice 6), consistiu em construir a seguinte planilha de um orçamento real em forma de quadro com receitas e despesas como mostra (Quadro 4).

Quadro 4 – Atividade sobre orçamento real do grupo 1

Item	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai	3.500,00	Receita
Salário da mãe	2.000,00	Receita
Renda extra (freelancer)	600,00	Receita
Total de Receitas	+ 6.100,00	
Aluguel	700,00	Despesas fixa
Contas de consumo (água, luz e internet)	550,00	Despesas fixa
Alimentação	1.200,00	Despesas variável
Transporte	300,00	Despesas variável
Educação (mensalidade e material escolar)	700,00	Despesas fixa
Lazer e entretenimento	400,00	Despesa variável
Plano de saúde	500,00	Despesa fixa
Outras despesas	450,00	Despesas variável
Total de despesas	- 4.800,00	
Saldo no final do mês	1.300,00	Poupança

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2025.

Os participantes do grupo 1 fazendo uma análise do orçamento real, observaram que as receitas foram maiores que as despesas, ou seja, obteve-se um saldo positivo de R\$ 1.300,00. Daí eles concluíram que houve uma sobra de caixa que poderá ser investido ou guardado para situações emergências que surgirem.

A seguir temos a foto do grupo 1 realizando a atividade sobre orçamento real como mostra (Figura 7).

Figura 7 – Foto da atividade sobre orçamento real com o grupo 1



Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

A atividade do grupo 2 (Apêndice 7), consistiu em construir a seguinte planilha de um orçamento real em forma de quadro com receitas e despesas como mostra (Quadro 5).

Quadro 5 – Atividade sobre orçamento real do grupo 2

Item	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai	2.500,00	Receita
Salário da mãe	2.000,00	Receita
Renda extra (freelancer)	650,00	Receita
Total de receitas	5.150,00	
Aluguel	450,00	Despesas fixa
Contas de consumo (água, luz e internet)	600,00	Despesas fixa
Alimentação	1.400,00	Despesas variável
Transporte	400,00	Despesas variável
Educação (mensalidade e material escolar)	700,00	Despesas fixa
Lazer e entretenimento	300,00	Despesa variável
Plano de saúde	550,00	Despesa fixa
Outras despesas	450,00	Despesas variável
Total de despesas	4.850,00	
Saldo final do mês	300,00	Poupança

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Os participantes do grupo 2, realizaram uma análise do orçamento real, observaram que as receitas foram maiores que as despesas, ou seja, obteve-se um saldo positivo de R\$ 300,00. Daí eles concluíram que houve uma sobra de caixa que poderá ser investido ou guardado para situações emergências que surgirem.

A seguir temos a foto do grupo 1 realizando a atividade sobre orçamento fictício como mostra (Figura 8).

Figura 8 – Foto da atividade sobre orçamento real com o grupo 2



Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

A atividade do grupo 3 (Apêndice 8), consistiu em construir a seguinte planilha de um orçamento real em forma de quadro com receitas e despesas como mostra (Quadro 6).

Quadro 6 – Atividade sobre orçamento real do grupo 3

Item	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai	2.200,00	Receita
Salário da mãe	1.800,00	Receita
Renda extra (freelancer)	700,00	Receita
Total de receitas	4.700,00	
Aluguel	500,00	Despesas fixa
Contas de consumo (água, luz e internet)	450,00	Despesas fixa
Alimentação	1.100,00	Despesas variável
Transporte	400,00	Despesas variável
Educação (mensalidade e material escolar)	600,00	Despesas fixa
Lazer e entretenimento	350,00	Despesa variável
Plano de saúde	300,00	Despesa fixa
Outras despesas	450,00	Despesas variável
Total de despesas	4.150,00	
Saldo final do mês	550,00	Poupança

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Os estudantes do grupo 3 observaram o orçamento real e concluíram que as receitas foram maiores que as despesas, ou seja, um saldo positivo de R\$ 550,00, com uma sobra de caixa que poderá ser investido ou guardado para situações emergências que surgirem.

A seguir temos a foto do grupo 3 realizando a atividade sobre orçamento real como mostra (Figura 9).

Figura 9 – Foto da atividade sobre orçamento real com o grupo 3



Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

A atividade do grupo 4 (Apêndice 9), construiu uma planilha de orçamento real com receitas e despesas como mostra (Quadro 7).

Quadro 7 – Atividade sobre orçamento real do grupo 4

Item	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai	2.700,00	Receita
Salário da mãe	2.100,00	Receita
Renda extra (freelancer)	800,00	Receita
Total de receitas	5.600,00	
Aluguel	800,00	Despesas fixa
Contas de consumo (água, luz e internet)	600,00	Despesas fixa
Alimentação	1.400,00	Despesas variável
Transporte	550,00	Despesas variável
Educação (mensalidade e material escolar)	450,00	Despesas fixa
Lazer e entretenimento	350,00	Despesa variável
Plano de saúde	400,00	Despesa fixa
Outras despesas	650,00	Despesas variável
Total de despesas	5.200,00	
Saldo final do mês	400,00	Poupança

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Os alunos do grupo 4 perceberam que as receitas foram maiores que as despesas, ou seja, um saldo positivo de R\$ 400,00, que poderá ser investido ou guardado para situações emergências que surgirem.

A seguir temos a foto do grupo 4 realizando a atividade sobre orçamento real como mostra (Figura 10).

Figura 10 - Foto da atividade sobre orçamento real com o grupo 4



Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Os estudantes concluíram que na oficina 2, os saldos do orçamento real nas atividades de todos os grupos foram positivos e o grupo 1 apresentou o melhor saldo positivo com R\$ 1.300,00.

Finalizando a oficina 2, registrou-se alguns depoimentos dos estudantes através de entrevistas transcritas a respeito de se ter um orçamento equilibrado e saber gastar o dinheiro conforme as necessidades do dia a dia e evitar fazer dívidas desnecessárias.

Depoimento 1: “Sempre gastar primeiro com as necessidades básicas do dia a dia e o que sobrar economizar” (Depoimento da Estudante AC).

Depoimento 2: “Para se ter um orçamento equilibrado devemos gastar menos do que ganhamos” (Depoimento do Estudante LG).

Depoimento 3: “Utilizar planilhas para organizar e acompanhar os gastos e as despesas do orçamento do mês poderá evitar dívidas desnecessárias” (Depoimento da Estudante LV).

Depoimento 4: “Definir de maneira clara as receitas e as despesas do mês para obter um controle financeiro adequado a sua realidade” (Depoimento do Estudante SH).

4.2.3 OFICINA 3 – Circuito Financeiro (Jogo das receitas e despesas).

Nessa etapa, foi realizado um jogo de receitas e despesas, onde um dado era lançado para selecionar uma carta, se no lançamento caísse um número par, o grupo retirava uma carta azul de receita e se fosse um número ímpar, o grupo retirava uma carta preta de despesa. No início do jogo cada grupo entrou com um saldo no valor já definido de R\$ 5.000,00 e seria vencedor quem conseguisse o maior saldo positivo no circuito financeiro que contemplava seis jogadas de dado para cada grupo.

A atividade do grupo 1 (Apêndice 10) e a atividade do grupo 2 (Apêndice 11), realizada pelos estudantes como mostra (Figura 11).

Figura 11 – Fotos da oficina 3 com os grupos 1 e 2



Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

As tarefas do grupo 3 (Apêndice 12) e grupo 4 (Apêndice 13), como mostra (Figura 12).

Figura 12 – Fotos da oficina 3 com os grupos 3 e 4



Fonte: elaborada pelo Autor, 2026.

Com o encerramento do jogo de receitas e despesas os participantes aprenderam a diferenciar receitas, despesas fixas, despesas variáveis, despesas essenciais e não essenciais, saldo positivo e negativo em um planejamento financeiro.

4.2.4 OFICINA 4 – A importância da reserva de emergência em uma situação de desemprego.

Nessa oficina tratou-se de um conceito da educação financeira que é a reserva de emergência que visa guardar um determinado valor em dinheiro para suprir despesas inesperadas em situações de desemprego por um determinado período de tempo, este fundo evita que a pessoa recorra a empréstimos, a cartão de crédito ou outras dívidas para lidar com imprevistos financeiros e é recomendado que essa reserva de emergência cubra gastos em um período de 3 a 6 meses do seu custo de vida.

A construção da reserva de emergência é feita através de seu custo de vida durante o mês e deve ser guardada em um local seguro com alta liquidez, ou seja, facilidade de saque e baixo risco como por exemplos, uma conta digital, tesouro direto e CDBs.

O uso da reserva de emergência é aconselhável em situações de desemprego, problemas de saúde, consertos urgentes e imprevistos familiares e não devemos usar a reserva de emergência em situações de viagens e lazer, compras por impulso e investimentos arriscados.

Nessa oficina 4 realizou-se a simulação de uma reserva de emergência para cada grupo envolvido em que os pais perderam o emprego e levariam quatro meses para se recolocarem no mercado de trabalho.

O grupo 1 fez uma atividade (Apêndice 14) de simulação de reserva de emergência para uma família A com um custo de vida mensal de R\$ 4.500,00 e uma reserva de emergência de R\$ 20.000,00 como mostra (Tabela 8).

Tabela 8 – Simulação de uma aplicação da reserva de emergência da família A.

Mês	Saldo inicial (R\$)	Saque (R\$)	Saldo final (R\$)
0	20.000,00	–	20.000,00
1	20.000,00	4.500,00	15.500,00
2	15.500,00	4.500,00	11.000,00
3	11.000,00	4.500,00	6.500,00
4	6.500,00	4.500,00	2.000,00

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Dos resultados expostos na tabela 8, os estudantes do grupo 1 concluíram que a reserva de emergência da família A foi suficiente para cobrir o custo de vida durante os quatro meses, pois ainda sobrou R\$ 2.000,00, nesse período em que foi usado a reserva de emergência.

O grupo 2 fez uma atividade (Apêndice 15) de simulação de reserva de emergência para uma família B com um custo de vida mensal de R\$ 6.500,00 e uma reserva de emergência de R\$ 26.000,00 como mostra (Tabela 9).

Tabela 9 – Simulação de uma aplicação da reserva de emergência da família B

Mês	Saldo inicial (R\$)	Saque (R\$)	Saldo final (R\$)
0	26.000,00	–	26.000,00
1	26.000,00	6.500,00	19.500,00
2	19.500,00	6.500,00	13.000,00
3	13.000,00	6.500,00	6.500,00
4	6.500,00	6.500,00	0,00

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Diante do exposto na tabela 9, os estudantes do grupo 2 concluíram que a reserva de emergência da família B foi suficiente para cobrir o custo de vida durante os quatro meses, porém não sobrou nada da reserve de emergência.

O grupo 3 fez uma atividade (Apêndice 16) de simulação de reserva de emergência para uma família C com um custo de vida mensal de R\$ 3.500,00 e uma reserva de emergência de R\$ 15.000,00 como mostra (Tabela 10).

Tabela 10 – Simulação de uma aplicação da reserva de emergência da família C

Mês	Saldo inicial (R\$)	Saque (R\$)	Saldo final (R\$)
0	15.000,00	–	15.000,00
1	15.000,00	3.500,00	11.500,00
2	19.500,00	3.500,00	8.000,00
3	13.000,00	3.500,00	4.500,00
4	6.500,00	3.500,00	1.000,00

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

De acordo com os resultados apontados na tabela 10, os alunos do grupo 3 concluíram que a reserva de emergência da família C foi suficiente para cobrir o custo de vida durante os quatro meses, pois ainda sobrou R\$ 1.000,00 nesse período em que foi usado a reserva de emergência.

O grupo 4 fez uma atividade (Apêndice 17) de simulação de reserva de emergência para uma família D com um custo de vida mensal de R\$ 5.000,00 e uma reserva de emergência de R\$ 18.000,00 como mostra (Tabela 11).

Tabela 11 – Simulação de uma aplicação da reserva de emergência da família D

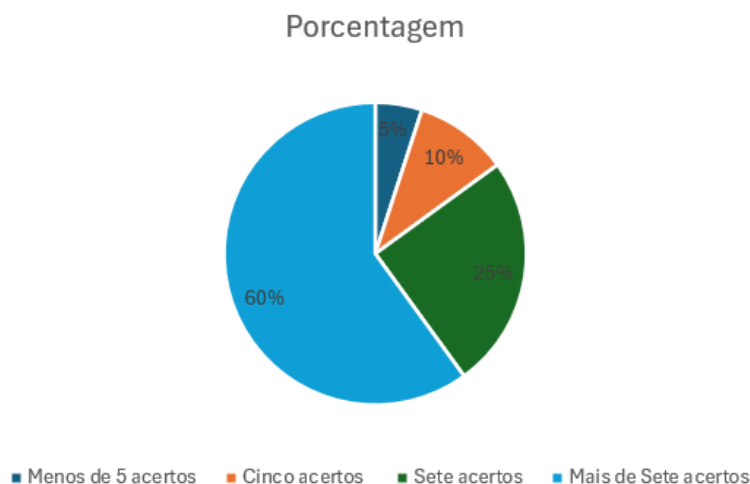
Mês	Saldo inicial (R\$)	Saque (R\$)	Saldo final (R\$)
0	18.000,00	–	18.000,00
1	13.000,00	5.000,00	13.000,00
2	8.000,00	5.000,00	8.000,00
3	3.000,00	5.000,00	3.000,00
4	– 2.000,00	5.000,00	– 2.000,00

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Diante do exposto na tabela 11, os estudantes do grupo 4 concluímos que a reserva de emergência da família D não foi o suficiente para cobrir o custo de vida durante os quatro meses, pois o saldo nesse período em que foi usado a reserva de emergência ficou negativo em R\$ 2.000,00.

Para concluir essa rodada de atividades, foi aplicado um quiz de perguntas e respostas objetivas sobre reserva de emergência (Apêndice 18), para verificar o aprendizado dos estudantes nesse tema sobre educação financeira e através do gráfico como mostra (Gráfico 9) os resultados obtidos.

Gráfico 9 – Porcentagem de acertos no quiz sobre reserva de emergência



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

A seguir temos as fotos da realização da oficina 4 sobre reserva de emergência como mostra (Figura 13).

Figura 13 – Fotos da oficina 4 sobre reserva de emergência.



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

4.2.5 OFICINA 5 – O uso consciente do cartão de crédito.

O cartão de crédito é um meio de pagamento eletrônico em que um banco ou uma instituição financeira concede um limite em dinheiro para o cliente gastar com a expectativa de que a fatura seja paga integralmente no ato do vencimento. Quando isso não ocorre, irão incidir juros que estão entre os mais altos do mercado financeiro no Brasil, isto é, o seu uso inadequado pode causar o endividamento.

Espera-se que ao concluir essa atividade, os estudantes sejam capazes de compreender o funcionamento do cartão de crédito (fatura, limite, parcelamento e juros), diferenciar crédito rotativo e parcelamento, identificar riscos do não pagamento integral da fatura, calcular o

impacto dos juros do rotativo, saber as vantagens e desvantagens do uso do cartão de crédito e dar dicas práticas para a utilização do cartão de crédito.

A seguir, um quadro construído a partir das aprendizagens dos alunos sobre as definições de alguns conceitos que envolvem o uso do cartão de crédito como mostra (Quadro 8).

Quadro 8 – Conceitos que envolvem cartão de crédito

Nome	Definição
Cartão de crédito.	Meio de pagamento que permite comprar agora e pagar depois.
Limite.	Valor máximo que o banco ou administradora permite gastar.
Fatura.	Conta mensal com todas as compras realizadas, com vencimento em uma data específica.
Pagamento integral.	É a quantia total da fatura naquele determinado mês.
Pagamento mínimo.	É a menor quantia exigida pelo banco para evitar a inadimplência e o bloqueio do cartão de crédito.
Juros rotativo.	São encargos financeiros cobrados quando o consumidor não paga a quantia total da fatura.

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Quadro comparativo entre as vantagens e as desvantagens do uso do cartão de crédito como mostra (Quadro 9).

Quadro 9 – Comparativo entre vantagens e desvantagens no uso do cartão de crédito

Aspecto	Vantagens	Desvantagens
Segurança	Proteção contra fraudes, bloqueio imediato e chargeback.	Risco de clonagens e golpes virtuais.
Custo	Pode ser gratuito se isento de anuidade.	Juros altíssimos (300 – 400 % a.a), IOF e multas.
Planejamento	Permite parcelar compras e adiar pagamentos	Compromete renda futura.
Controle financeiro	Fatura unificada facilitando o controle.	Estimula consumo impulsivo e descontrole nas compras.
Benefícios	Pontos, milhas, cashback e seguros	Os benefícios podem estimular consumo desnecessário.
Acesso	Facilidade para compras internacionais e online.	Limite pode ser reduzido sem aviso.
Histórico de crédito	Constrói score de crédito quando bem utilizado.	Inadimplência prejudica score por anos.

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Baseado na análise das vantagens e desvantagens no uso do cartão de crédito, os alunos criaram um quadro com algumas dicas práticas para a utilização consciente do cartão de crédito como mostra (Quadro 10).

Quadro 10 – Dicas para o uso consciente do cartão de crédito

Número	Dica	Explicação
1	Pague a fatura integralmente.	Evitar os juros rotativo e se não conseguir pagar a fatura total, busque alternativas de créditos mais baratas.
2	Defina um limite pessoal.	Estabeleça um teto de gastos mensais no cartão, inferior ao seu limite total.
3	Registre todos os gastos.	Anote as compras em uma planilha ou aplicativo antes de a fatura chegar.
4	Evite parcelamentos longos.	Parcelas longas compromete sua renda por longos períodos.
5	Questione anuidade.	Monitore os gastos em tempo para evitar surpresas.
6	Acompanhar a fatura online.	Limite pode ser reduzido sem aviso.

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Antes de realizar a atividade, algumas observações foram feitas sobre o crédito rotativo, pois quando o cliente não paga a quantia total da fatura, o saldo devedor entra no chamado crédito rotativo e, sobre essa quantia incide os juros rotativo no mês seguinte e além dos juros, também podem incidir imposto sobre operações financeiras (IOF), mas para simplificar os cálculos com a turma do nono ano do ensino fundamental II, vamos considerar apenas os juros.

A proposta dessa oficina 5, foi dividir os estudantes em quatro grupos e cada grupo realizou uma atividade com uma determinada situação fictícia.

O grupo 1 realizou a atividade (Apêndice 19), em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 500,00 e fez somente um pagamento mínimo de R\$ 100,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses após a compra fazendo os cálculos mês a mês.

Os cálculos dos juros e da dívida (saldo devedor) mês a mês como mostra (Tabela 12).

Tabela 12 – Atividade sobre o uso consciente do cartão de crédito do grupo 1

Mês	Cálculo dos juros (R\$)	Juros (R\$)	Dívida (Saldo devedor)
1	–	–	400,00
2	$J = 10 \% \text{ de } 400,00 = 40,00$	40,00	440,00
3	$J = 10 \% \text{ de } 440,00 = 44,00$	44,00	484,00
4	$J = 10 \% \text{ de } 484,00 = 48,40$	48,40	532,40

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Com isso, o grupo concluiu que a dívida era de R\$ 400,00 e passou para R\$ 532,40 no período de três meses e o devedor pagará juros de R\$ 132,40 nesse período, caso não pague a dívida de forma integral.

O grupo 2 realizou a atividade (Apêndice 20), em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 1.000,00 e fez somente um pagamento mínimo de R\$ 400,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses após a compra fazendo os cálculos mês a mês.

Os estudantes fizeram os cálculos dos juros e da dívida (saldo devedor) mês a mês como mostra (Tabela 13).

Tabela 13 – Atividade sobre o uso consciente do cartão de crédito do grupo 2.

Mês	Cálculo dos juros (R\$)	Juros (R\$)	Dívida (Saldo devedor)
1	–	–	600,00
2	$J = 10 \% \text{ de } 600,00 = 60,00$	60,00	660,00
3	$J = 10 \% \text{ de } 660,00 = 66,00$	66,00	726,00
4	$J = 10 \% \text{ de } 726,00 = 72,60$	72,60	798,60

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Portanto, os estudantes do grupo 2 concluíram que a dívida era de R\$ 600,00 e passou para R\$ 798,60 nos três meses após o não pagamento integral da dívida, com isso o devedor irá pagar juros de R\$ 132,40.

O grupo 3 realizou a atividade (Apêndice 21), em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 700,00 e fez somente um pagamento mínimo de R\$ 300,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses fazendo os cálculos mês a mês.

Os estudantes fizeram os cálculos dos juros e da dívida (saldo devedor) mês a mês como mostra (Tabela 14).

Tabela 14 – Atividade sobre o uso consciente do cartão de crédito do grupo 3.

Mês	Cálculo dos juros (R\$)	Juros (R\$)	Dívida (Saldo devedor)
1	–	–	400,00
2	$J = 10\% \text{ de } 400,00 = 40,00$	40,00	440,00
3	$J = 10\% \text{ de } 440,00 = 44,00$	44,00	484,00
4	$J = 10\% \text{ de } 484,00 = 48,40$	48,40	532,40

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Diante disso, os estudantes do grupo 3 concluíram que a dívida era de R\$ 400,00 e saltou para R\$ 532,40 no período de três meses, ocorrendo um pagamento de juros de R\$ 132,40 nesse período, caso não pague a dívida de forma integral.

O grupo 4 realizou a atividade (Apêndice 22), em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 2.000,00 e fez somente um pagamento mínimo de R\$ 800,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses fazendo os cálculos mês a mês.

Os estudantes fizeram os cálculos dos juros e da dívida (saldo devedor) mês a mês como mostra (Tabela 15).

Tabela 15 – Atividade sobre o uso consciente do cartão de crédito do grupo 4.

Mês	Cálculo dos juros (R\$)	Juros (R\$)	Dívida (Saldo devedor)
1	–	–	1.200,00
2	$J = 10\% \text{ de } 2.000,00 = 120,00$	120,00	1.320,00
3	$J = 10\% \text{ de } 1.320,00 = 132,00$	132,00	1.452,00
4	$J = 10\% \text{ de } 1.452,00 = 145,20$	145,20	1597,20

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Com isso, os estudantes do grupo 4 concluíram que a dívida era de R\$ 1.200,00 e aumentou para R\$ 1.597,20 no período de três meses e o devedor pagou juros de R\$ 397,20 nesse período, caso não pague a dívida de forma total.

A seguir temos uma demonstração da fatura de cartão de crédito explicando o vencimento da fatura, o limite único, as opções de pagamento e o resumo da fatura como mostra (Figura 14).

Figura 14 – Foto da fatura do cartão de crédito

novembro	Vencimento 10/11/2025	Resumo da fatura
Valor R\$1.267,21	Limite único R\$3.502,00	Saldo fatura anterior R\$ 2.352,97
		Pagamentos/Créditos R\$ -2.352,97
		Compras nacionais R\$ 1.267,21
		Compras internacionais R\$ 0,00
		Tarifas, encargos e multas R\$ 0,00
		Total R\$ 1.267,21
		Saldo parcelado em faturas futuras R\$ 1.482,65

Opções de pagamento - Esta fatura está em Débito em Conta

Pague a fatura com Pix e libere o limite na hora



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code acima para pagar a fatura

Pagando pelo App BB, App Ourocard, WhatsApp ou www.bb.com.br, você também tem seu limite liberado na hora.

Pague com boleto e libere o limite em até 3 dias úteis



Você pode pagar selecionando e copiando ou digitando o código a seguir

00190.00009 02803.164017 16139.302661 9 00000000000000

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

A seguir temos a demonstração de uma fatura de cartão de crédito explicando o pagamento mínimo, a entrada, o parcelamento mínimo e máximo da fatura como mostra (Figura 15).

Figura 15 – Foto da fatura de cartão de crédito

 **Pagamento mínimo**

R\$ 190,09

Este é o valor mínimo que você pode pagar para não ficar em atraso. Você também pode pagar qualquer valor entre o valor mínimo e o valor total da fatura.

Se você escolher esta opção, o valor restante será cobrado na próxima fatura + juros de 13,76% ao mês (CET 501,23% ao ano).

- Mensalidades de parcelamentos anteriores existentes nesta fatura serão incluídas no valor do pagamento mínimo.
- O saldo não pago desta fatura deverá ser quitado ou parcelado até o próximo vencimento.
- Em caso de pagamento mínimo, o valor de encargos cobrados no próximo vencimento será de R\$152,52 (conforme CET na tabela de Encargos financeiros).

 **Parcelamento em até 14x (entrada + 13 parcelas)**

Número mínimo de parcelas:

Entrada de R\$ 466,93
+2x de R\$ 465,89
Total R\$ 1.398,71

Os juros para o parcelamento desta fatura: 10,21% a.m. (CET 242,60% a.a.).

Número máximo de parcelas:

Entrada de R\$ 173,02
+11x de R\$ 172,92
Total R\$ 2.075,14

Os juros para o parcelamento desta fatura: 10,21% a.m. (CET 235,60% a.a.).

- Para fazer o parcelamento da sua fatura, escolha uma opção acima e pague exatamente o valor de entrada informado. As parcelas serão lançadas mensalmente nas próximas faturas e seu limite será liberado à medida que elas forem pagas
- Se você preferir parcelar com um valor ou número de parcelas diferentes, basta acessar um de nossos canais de autoatendimento, ligar na Central de Relacionamento BB ou ir até um caixa eletrônico.
- Se for pago um valor que seja menor que o valor mínimo da fatura e superior ao valor da menor entrada indicada acima, alertamos que no 5º dia útil após o vencimento o saldo devedor será parcelado automaticamente pelo BB no prazo máximo de parcelamento.
- Se você possuir parcelamentos anteriores, a mensalidade que seria debitada nesta fatura já está incluída no valor da entrada.
- Para mais informações sobre o parcelamento da fatura, acesse: www.bb.com.br/ppf

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

A seguir temos a demonstração de uma fatura de cartão de crédito mostrando as informações complementares como limite do cartão, taxas de juros do crédito rotativo, taxa de juros do crédito parcelado, juros de mora, a data de fechamento da fatura e a melhor data de compras como mostra (Figura 16).

Figura 16 – Foto da fatura de cartão de crédito

Informações complementares

Limite do cartão		IOF nesta fatura		Juros nesta fatura	
Limite único	R\$ 3.502,00	Saques e crédito rotativo	R\$ 0,00	Crédito rotativo	R\$ 0,00
Limite único utilizado	R\$ -1.132,00	Pagamento de contas	R\$ 0,00	Saque na função crédito	R\$ 0,00
Limite único disponível	R\$ 4.634,00	Parcelamento da fatura	R\$ 0,00	Pagamento de contas	R\$ 0,00
Limite de saque (incluído no limite único)	R\$ 3.300,00	Compra parcelada com juros	R\$ 0,00	Parcelamento da fatura	R\$ 0,00
Limite de saque utilizado	R\$ 0,00	Parcelamento de compras à vista	R\$ 0,00	Compra parcelada com juros	R\$ 0,00
Limite de saque disponível	R\$ 3.300,00	Total	R\$0,00	Parcelamento de compras à vista	R\$ 0,00
<p>O limite único é o válido para todos os cartões de crédito que você possui no BB. Consulte seu limite sempre que quiser pelo App BB, App Ourocard, WhatsApp ou bb.com.br. Se preferir, você também pode personalizá-lo nesses canais, de acordo com a sua necessidade.</p>				<p>Total</p> <p>R\$0,00</p>	

Encargos financeiros próxima fatura		Encargos financeiros nesta fatura		Pontos Livelo	
Crédito rotativo*		Crédito rotativo*		No BB você tem flexibilidade para usar seus pontos como e quando quiser, direto pelo App BB. Escolha entre Pontos, Cashback ou Investimentos no Menu Cartões do App BB e aproveite!	
14,16% (CET 16,53% a.m. / 526,98% a.a.)		13,76% (CET 16,12% a.m. / 501,23% a.a.)		Se preferir, verifique seus pontos pelo site www.livelo.com.br ou App Livelo.	
Crédito parcelado*		Crédito parcelado*			
5,54% (CET 6,09% a.m. / 103,24% a.a.)		4,74% (CET 5,28% a.m. / 85,32% a.a.)			
Juros de mora		Juros de mora			
1,00% - Multa por atraso: 2,00%		1,00% - Multa por atraso: 2,00%			
*Considerando o valor base de R\$1.000,00 de contratação para o cálculo do CET.		*Considerando o valor base de R\$1.000,00 de contratação para o cálculo do CET.			

Datas fatura		Valor máximo de juros e encargos (parcelamento)	
Fatura fechada em	29/10/2025	Valor original	R\$ 0,00
Fechamento da próxima fatura	28/11/2025	Juros e encargos	R\$ 0,00
Melhor data de compra	29/11/2025		

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

4.3 RESULTADO DO QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO APÓS A APLICAÇÃO DAS OFICINAS PEDAGÓGICAS (PÓS-TESTE).

Após a aplicação das oficinas pedagógicas, aplicou-se um questionário diagnóstico final (pós-teste) (Apêndice 23), para verificar o nível de aprendizado dos estudantes e com isso fazer uma comparação com os resultados obtidos no questionário inicial (pré-teste).

A seguir temos os resultados do questionário diagnóstico final (pós-teste) como mostra (Tabela 16).

Tabela 16 – Resultados do questionário diagnóstico final (pós-teste)

Tema Avaliado	Sim	Não	% Sim	% Não
Sabe o que significa educação financeira?	18	5	78	22
Sabe o conceito de juros?	16	7	70	30
Sabe diferenciar receitas e despesas?	20	3	87	13
Sabe o que é reserva de emergência?	19	4	83	17
Sabe usar o cartão de crédito?	14	9	61	39
Sabe o que é planejamento financeiro?	15	8	65	35
Sabe sobre consumo consciente?	17	6	74	26
Sabe o que é poupança?	19	4	83	17

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

A análise dos dados provenientes do questionário diagnóstico final (pós-teste) evidencia um avanço significativo no desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos de educação financeira. Tal resultado corrobora a literatura ao indicar que abordagens pedagógicas que integram temas transversais de forma contextualizada, que favorecem a construção de aprendizagens significativas, sobretudo quando articuladas à realidade dos discentes e às demandas do cotidiano (Creswell, 2014; D'aquino; Cerbasi, 2008). Nesse sentido, a inserção sistemática da educação financeira no currículo escolar contribui não apenas para a assimilação conceitual, mas também para o desenvolvimento de competências práticas relacionadas à tomada de decisões econômicas conscientes.

Adicionalmente, destaca-se que a alfabetização financeira no ensino básico constitui um elemento estruturante para a formação de cidadãos críticos, autônomos e preparados para lidar com a complexidade de um contexto socioeconômico marcado pela digitalização, competitividade e incertezas. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2024), estudantes provenientes de contextos socioeconômicos menos favorecidos tendem a apresentar níveis mais baixos de literacia financeira, o que limita suas oportunidades de aprendizado e participação econômica. Assim, a promoção da educação financeira desde as etapas iniciais da escolarização mostra-se essencial para reduzir desigualdades, ampliar o bem-estar individual e coletivo e fortalecer práticas de planejamento financeiro familiar. Evidências indicam que investimentos nessa área geram impactos positivos

de longo prazo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa, consciente e economicamente sustentável (OECD, 2024; Lusardi; Mitchell, 2014).

4.3.1 Comparação entre o questionário diagnóstico de pré-teste e pós-teste.

Ao comparar o questionário diagnóstico inicial (pré-teste), e o novo questionário diagnóstico (pós-teste) observou-se um aumento significativo no aprendizado dos estudantes em todos os temas avaliados como mostra (Tabela 17).

Tabela 17 – Comparação entre os questionários diagnósticos de pré-teste e pós-teste.

Tema Avaliado	Pré-teste (%)	Pós-teste (%)	Varição (%)
Sabe o que significa educação financeira?	35	78	43
Sabe o conceito de juros?	39	70	31
Sabe diferenciar receitas e despesas?	43	87	44
Sabe o que é reserva de emergência?	26	83	57
Sabe usar o cartão de crédito?	22	61	39
Sabe o que é planejamento financeiro?	39	65	26
Sabe sobre consumo consciente?	30	74	44
Sabe o que é poupança?	39	83	54

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026

Ao verificar os dados da Tabela 17, percebe-se um percentual de aumento do aprendizado correspondente aos temas avaliados e ao conceito e aplicação de reserva de emergência, um menor percentual sobre o conceito de planejamento financeiro, mas no geral a compreensão dos conceitos e aplicação sobre os temas avaliados sobre educação financeira na pesquisa foi satisfatório após a aplicação do novo questionário diagnóstico (pós-teste).

Para encerrar essa rodada de atividades, foi realizada uma entrevista com alguns estudantes de cada grupo após a aplicação do novo questionário diagnóstico (pós-teste), conforme mostra (Quadro 11).

Quadro 11 – Depoimentos dos estudantes após a aplicação das oficinas pedagógicas

Estudantes	Entrevistas (depoimento)	Grupo
C.A	“após as oficinas sobre educação financeira comecei a fazer uma planilha de meus gastos de forma mensal para controlar meu dinheiro”.	1
I.L	“Agora meus pais diminuíram as compras no cartão de crédito porque os juros são altos”.	1
L.M	“Não sabia que existia os juros rotativo quando atrasamos o pagamento da fatura do cartão de crédito”.	2
S.H	“A oficina que mais gostei foi a do uso consciente do cartão de crédito porque aprendi conceitos que não sabia que existia”.	2
M.W	“A educação financeira deveria ser uma disciplina obrigatória no ensino básico porque ensina muitos temas que usamos no dia a dia”.	3
L.F	“Primeira vez que ouvi falar sobre reserva de emergência, não tinha ideia do que é isso”.	3
R. L	“As oficinas proporcionaram aprendizados de temas que usamos no dia a dia e que antes não tínhamos conhecimento.”	4
I.P	“Aprendi a economizar meu dinheiro e comprar somente aquilo que realmente preciso”.	4

Fonte: Elaborado pelos Autor, 2026.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, desenvolvida por meio de uma pesquisa-ação com estudantes do Ensino Fundamental II de uma escola do interior do Maranhão, permitiu analisar de forma consistente a relevância da educação financeira no contexto da educação básica, evidenciando seu potencial formativo na construção de sujeitos críticos, conscientes e responsáveis em relação à gestão de recursos financeiros e à tomada de decisões econômicas no cotidiano. A investigação demonstrou que a inserção desse tema no currículo escolar, especialmente quando conduzida de maneira contextualizada, contribui significativamente para o desenvolvimento de competências essenciais à vida em sociedade, alinhando-se às demandas de um cenário econômico cada vez mais complexo e dinâmico.

No que se refere aos objetivos específicos, constatou-se que, embora a educação financeira esteja prevista em documentos orientadores, sua efetivação nas práticas escolares ainda ocorre de forma incipiente e desigual. A análise das atividades desenvolvidas ao longo

da pesquisa evidenciou potencializa o processo de ensino-aprendizagem, ao promover a articulação entre saberes e a contextualização dos conteúdos. As oficinas realizadas mostraram-se estratégias eficazes para o engajamento dos estudantes, favorecendo a construção de conhecimentos aplicáveis à realidade cotidiana, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo.

Adicionalmente, a pesquisa evidenciou desafios importantes para a implementação da educação financeira no ambiente escolar, destacando-se a necessidade de formação continuada de professores, a escassez de materiais didáticos específicos e a limitada integração curricular. Tais entraves indicam que, apesar dos avanços normativos, ainda há lacunas estruturais que dificultam a consolidação dessa temática nas escolas. Por outro lado, também foram identificadas oportunidades relevantes, especialmente no que diz respeito ao uso de metodologias ativas como caminho para uma educação mais significativa e transformadora.

Os resultados obtidos a partir dos questionários diagnósticos e das intervenções pedagógicas demonstraram avanços no aprendizado dos estudantes, evidenciando o impacto positivo das práticas desenvolvidas no fortalecimento das competências financeiras e na ampliação da consciência cidadã. Nesse sentido, a pesquisa reafirma que a educação financeira vai além da aprendizagem de conceitos matemáticos ou econômicos, abrangendo dimensões sociais, éticas e culturais fundamentais para a formação integral dos indivíduos.

Por fim, destaca-se que a consolidação da educação financeira no ensino básico requer o fortalecimento de políticas públicas educacionais que garantam sua efetiva implementação, como as propostas pela Estratégia Nacional de Educação Financeira e pela Base Nacional Comum Curricular. Entretanto, tais diretrizes precisam ser acompanhadas de ações concretas, como investimento na formação docente, produção de materiais pedagógicos contextualizados. Assim, conclui-se que a educação financeira constitui um elemento fundamental para a promoção da cidadania e da justiça social, sendo indispensável para a formação de indivíduos mais preparados para enfrentar os desafios econômicos e sociais do século XXI.

6 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A pesquisa desenvolvida evidenciou a relevância da educação financeira integrada ao currículo escolar por meio de oficinas pedagógicas, bem como os desafios e potencialidades dessa implementação no ensino básico. Com base nos resultados e nas limitações identificadas ao longo do estudo, apresentamos as seguintes recomendações para trabalhos futuros.

Recomenda-se a ampliação para diferentes etapas de ensino como por exemplo nos anos iniciais do ensino fundamental e ao ensino médio, permitindo comparar as especificidades

metodológicas e os impactos formativos em cada etapa de escolarização básica. Aprofundar os estudos em diferentes contextos socioeconômicos e geográficos, ou seja, a pesquisa poderá ser realizada em escolas localizadas em áreas rurais, comunidades periféricas em diferentes regiões do país e em instituições privadas, a fim de compreender como as desigualdades estruturais e as especificidades regionais influenciam a implementação e os resultados da educação financeira.

Reconhece-se a necessidade do aprofundamento com estudos longitudinais ao longo de um período de 2 a 5 anos para avaliar a permanência dos conhecimentos adquiridos, a consolidação de hábitos financeiros saudáveis e o impacto efetivo na tomada de decisões econômicas ao longo da vida.

No campo das formações continuadas e práticas pedagógicas, sugerem-se pesquisas que desenvolvam, implementem e avaliem programas de formação continuada para professores em diferentes disciplinas superando a fragmentação dos conteúdos voltados ao ensino da educação financeira, considerando as necessidades de cada área. Investigar o uso de tecnologias educacionais, inteligência artificial, gamificação, simuladores financeiros e outras metodologias ativas no ensino da educação financeira, avaliando sua eficiência e os fatores que contribuem para o envolvimento dos estudantes. Produção de materiais didáticos que considerem as especificidades regionais, culturais e socioeconômicos dos estudantes, bem como a criação de recursos acessíveis para estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais.

Para estudos que avaliem o impacto de programas e políticas de educação financeira implementadas em diferentes entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), analisar indicadores como redução do endividamento, aumento da poupança, melhoria na pontuação do crédito e bem-estar financeiro e estudos comparativos na implementação da educação financeira no Brasil com experiências internacionais bem sucedidas como Austrália, Reino Unido, Japão e Chile, identificando elementos que possam ser adaptados ao contexto brasileiro.

Para futuras pesquisas, recomenda-se que investiguem estratégias que envolvam as famílias no processo de educação financeira escolar, considerando os diferentes contextos socioeconômicos e a possibilidade de formação de uma cultura financeira compartilhada entre escola, família e comunidade.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. *Matemática financeira e suas aplicações*. 15. Ed. São Paulo: atlas, 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF*. Brasília: BCB, 2018.
- Banco central do brasil. *Cidadania financeira: panorama e ações do banco central*. Brasília: bcb, 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Pesquisa nacional de educação financeira*. Brasília: BCB/ANBIMA, 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Pesquisa nacional de inclusão financeira*. Brasília: BCB, 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27839*.
- BRASIL. Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2010*.
- BRASIL, Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio. 2016*.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Bse Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Pesquisa nacional sobre formação docente*. Brasília: MEC, 2022.
- CAMPOS, Celso Ribeiro et al. *Metodologias ativas no ensino da educação financeira: um estudo com professores*. *Educação Matemática em Revista, Brasília, v. 25, n. 68, p. 112-128, 2020*.
- COSTA, Ana Paula. *Desigualdades raciais e educação financeira no Brasil*. In: SANTOS, Maria. *Educação financeira e inclusão social*. São Paulo: Cortez, 2023. p. 85-102.
- CRESWELL, Jonh W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Tradução de Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

D'AMORIN, José Carlos. **Educação financeira na escola: uma abordagem interdisciplinar**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011.

Educação financeira: muito além dos números. *Revista Brasileira de Educação Financeira*. Brasília, v. 2, n. 1, p. 12-28, 2015.

D'AQUINO, Cássia; CERBASI, Gustavo. *Educação financeira: como educar seu filho*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IEZZI, Gelson et al. *Matemática: ciência e aplicações*. 10. Ed. São Paulo: atual, 2022.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo escolar 2022: módulo especial sobre recursos didáticos*. Brasília: INEP, 2022.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Pesquisa nacional sobre implementação de educação financeira*. Brasília, INEP, 2023.

KLEIN, Sandra. **Cidadania econômica e educação financeira**. São Paulo: Atlas, 2021.

LUSARDI, Annamaria, MITCHELL, Olívia S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, Nashville, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. – 5. ed. -3. reimp. – São Paulo: Atlas, 2009.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Luiz; SOUSA, Ana. Educação financeira nos anos iniciais: impactos na formação de hábitos. *Revista de Educação*, Campinas, v. 26, n. 1, p. 88-104, 2021.

NASCIMENTO JUNIOR, Antônio. Educação financeira na BNCC: avanços e desafios. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 106, n. 1, p. 45-62, 2025.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *PISA 2015: assessment and analytical framework*. Paris: OCDE Publishing, 2016.

OCDE. *PISA 2022 results (volume iv): financial literacy*. Paris: oecd publishing, 2024.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICA. PISA 2018: resultados do Brasil. Brasília: INEP, 2020.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. PISA 2022: financial literacy assessment. Paris: OCDE Publishing, 2024.

OLIVEIRA, Carlos et al. Práticas pedagógicas em educação financeira: percepções docentes. *Revista de Educação Financeira*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 145-162, 2022.

PEREIRA, Marcos Aparecido. Pesquisa-ação ou estudo de caso. *Revista FACISA ON-LINE*, v. 12, n. 2, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unicathedral.edu.br/index.php/revistafacisa/article/view/888>. Acesso em: 21 abr. 2026.

SANTOS, João; SILVA, Maria. Implementação da educação financeira nas escolas brasileiras: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 98, p. 112-130, 2020.

SANTOS, João. Educação financeira com direito social: caminhos para a equidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 42-59, 2022.

Educação financeira e justiça social, Cortez, 2023.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SERASA EXPERIAN. Mapa da inadimplência e negociação de dívidas no Brasil. São Paulo: Serasa, nov. 2025.

SILVA, Ana; TEIXEIRA, Paulo. Educação financeira e endividamento familiar: uma análise empírica. *Revista Economia*, Brasília, v. 38, n. 2, p. 245-262, 2020.

SILVA, Carla Camargo Cassol da; MENTGES, Manuir José. A pesquisa-ação como agente transformador na área da educação. *Revista Eventos Pedagógicos*, v. 14, n. 1, p. 54–69, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/10764>. Acesso em: 21 abr. 2026.

SILVA, Maria. Educação financeira na infância: construindo hábitos saudáveis. São Paulo: Moderna, 2018.

SILVA, Maria. Exclusão financeira e cidadania no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, p. 42-58, 2019.

SILVA, Marcos et al. Financial literacy and basic education: global perspectives. *International Journal of Educational Research*, Amsterdam, v. 118, n. 1, p. 1-15, 2023.

VIEIRA, Ricardo; CAVALCANTE, Lúcia. Consumo e crédito na sociedade contemporânea: impactos na formação dos jovens. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 1-18, 2020.

APÊNDICES**APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICA INICIAL (PRÉ-TESTE)**

1. Idade

2. Sexo
 Masculino Feminino

3. Você mora com
 Pais Responsáveis _____

4. Você sabe o que significa “educação financeira”?
 sim não

5. Você entende sobre “consumo consciente” ?
 sim não

6. Você sabe a diferença entre receitas e despesas ?
 sim não

7. Você costuma anotar o que gasta ?
 sim não

8. Você já ouviu falar em “planejamento financeiro” ?
 sim não

9. Você sabe o que é poupança ?
 sim não

10. Você sabe o que são juros ?
 sim não

11. Você sabe o que é reserva de emergência ?
 sim não

12. Quando uma compra é feita no cartão de crédito em parcelas, o que pode acontecer ?
() Pode pagar mais caro () Ficar mais barato () É igual () não sei
13. Você já aprendeu sobre dinheiro, consumo ou economia em alguma disciplina escolar ?
() sim. Qual _____ () não.
14. Em sua opinião, a escola deve ensinar sobre educação financeira ?
() sim () não. Justifique _____
15. Que tipo de atividade ajudaria você a aprender mais sobre finanças ?
() jogos () Aulas () Palestras () Conversas () Outros

APÊNDICE 2 – ATIVIDADE DA OFICINA 1 DO GRUPO 1.

Oficina 1 – O valor do dinheiro e o poder dos juros.

Investimento

Grupo 1: (Utilizando juros simples).

A atividade proposta para o grupo 1 consiste em calcular quanto terá, se investir R\$ 5.000,00 por mês, em regime de juros simples com taxa de juros 15% ao mês por um período de 6 meses (Faça os cálculos mês a mês).

n(tempo)	Capital	Cálculo dos Juros	Juros	Montante

Quanto receberá no final dos 6 (seis) meses?

R –

Juros Ganhos no período de 6 (seis) meses?

R –

Conclusão?

R –

APÊNDICE 3 – ATIVIDADE DA OFICINA 1 DO GRUPO 2

Oficina 1 – O valor do dinheiro e o poder dos juros.

Investimento

Grupo 2: (Utilizando juros compostos).

A atividade proposta para o grupo 2 consiste em um investimento realizado a juros compostos, calcular quanto terá, se investir R\$ 5.000,00 com taxa de juros 15 % ao mês por um período de 6 meses (Faça os cálculos mês a mês).

n(tempo)	Capital	Cálculo dos Juros	Juros	Montante

Quanto receberá no final dos 6 (seis) meses?

R –

Juros Ganhos no período de 6 (seis) meses?

R –

Conclusão?

R –

APÊNDICE 4 – ATIVIDADE DA OFICINA 1 DO GRUPO 3
Oficina 1 – O valor do dinheiro e o poder dos juros.

Dívida

Grupo 3: (Utilizando juros simples)

A atividade do grupo 3 consiste em calcular quanto irá pagar de juros, se uma dívida de R\$ 3.000,00 no cartão de crédito no regime de juros simples com taxa de juros 15% ao mês, não for paga no período de 6 meses.

n(tempo)	Capital	Cálculo dos Juros	Juros	Montante

O valor da dívida no período de 6 (seis) meses?

R –

O valor dos juros acumulados no período de 6 (seis) meses?

R –

Conclusão?

R –

APÊNDICE 5 – ATIVIDADE DA OFICINA 1 DO GRUPO 4

Oficina 1 – O valor do dinheiro e o poder dos juros.

Dívida

Grupo 4: (Utilizando juros compostos)

A atividade do grupo 4 consiste em calcular quanto irá pagar de juros, se uma dívida de R\$ 3.000,00 no cartão de crédito no regime de juros compostos com taxa de juros de 15% ao mês, não for paga no período de 6 meses.

n(tempo)	Capital	Cálculo dos Juros	Juros	Montante

O valor da dívida no período de 6 (seis) meses?

R –

O valor dos juros acumulados no período de 6 (seis) meses?

R –

Conclusão?

R –

APÊNDICE 6 – ATIVIDADE DA OFICINA 2 DO GRUPO 1**Oficina 2 – Meu Orçamento, Minhas Escolhas.****Grupo 1**

Itens	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai		
Salário da mãe		
Renda extra (freelance)		
Total das receitas		
Aluguel		
Contas de consumo (água, luz, internet, etc)		
Alimentação		
Transporte		
Educação (mensalidade e material escolar)		
Lazer e entretenimento		
Plano de saúde		
Outras despesas		
Total de despesas		
Saldo no final do mês		

APÊNDICE 7 – ATIVIDADE DA OFICINA 2 DO GRUPO 2**Oficina 2 – Meu Orçamento, Minhas Escolhas.****Grupo 2**

Itens	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai		
Salário da mãe		
Renda extra (freelance)		
Total das receitas		
Aluguel		
Contas de consumo (água, luz, internet, etc)		
Alimentação		
Transporte		
Educação (mensalidade e material escolar)		
Lazer e entretenimento		
Plano de saúde		
Outras despesas		
Total de despesas		
Saldo no final do mês		

APÊNDICE 8 – ATIVIDADE DA OFICINA 2 DO GRUPO 3**Oficina 2 – Meu Orçamento, Minhas Escolhas.****Grupo 3**

Itens	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai		
Salário da mãe		
Renda extra (freelance)		
Total das receitas		
Aluguel		
Contas de consumo (água, luz, internet, etc)		
Alimentação		
Transporte		
Educação (mensalidade e material escolar)		
Lazer e entretenimento		
Plano de saúde		
Outras despesas		
Total de despesas		
Saldo no final do mês		

APÊNDICE 9 – ATIVIDADE DA OFICINA 2 DO GRUPO 4**Oficina 2 – Meu Orçamento, Minhas Escolhas.****Grupo 4**

Itens	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai		
Salário da mãe		
Renda extra (freelance)		
Total das receitas		
Aluguel		
Contas de consumo (água, luz, internet, etc)		
Alimentação		
Transporte		
Educação (mensalidade e material escolar)		
Lazer e entretenimento		
Plano de saúde		
Outras despesas		
Total de despesas		
Saldo no final do mês		

APÊNDICE 10 – CIRCUITO OLÍMPICO (JOGO DAS RECEITAS E DESPESAS)**Oficina 3 – Atividade do grupo 1**

Nome da receita ou da despesa (R\$)	Valor da receita (R\$)	Valor da despesa (R\$)	Saldo (R\$ 5.000,00)
Total			

APÊNDICE 11 – CIRCUITO OLÍMPICO (JOGO DAS RECEITAS E DESPESAS)**Oficina 3 – Atividade do grupo 2**

Nome da receita ou da despesa (R\$)	Valor da receita (R\$)	Valor da despesa (R\$)	Saldo (R\$ 5.000,00)
Total			

APÊNDICE 12 – CIRCUITO OLÍMPICO (JOGO DAS RECEITAS E DESPESAS)**Oficina 3 – Atividade do grupo 3**

Nome da receita ou da despesa (R\$)	Valor da receita (R\$)	Valor da despesa (R\$)	Saldo (R\$ 5.000,00)
Total			

APÊNDICE 13 – CIRCUITO OLÍMPICO (JOGO DAS RECEITAS E DESPESAS)**Oficina 3 – Atividade do grupo 4**

Nome da receita ou da despesa (R\$)	Valor da receita (R\$)	Valor da despesa (R\$)	Saldo (R\$ 5.000,00)
Total			

APÊNDICE 14 – ATIVIDADE DA OFICINA 4 DO GRUPO 1

Oficina 4 – A importância da reserva de emergência em uma situação de desemprego.

Grupo 1

Fez uma atividade de simulação de reserva de emergência para uma família A com um custo de vida mensal de R\$ 4.500,00 e uma reserva de emergência de R\$ 20.000,00.

Mês	Saldo inicial (R\$)	Saque (R\$)	Saldo final (R\$)
0			
1			
2			
3			
4			
Total			

APÊNDICE 15 – ATIVIDADE DA OFICINA 4 DO GRUPO 2

Oficina 4 – A importância da reserva de emergência em uma situação de desemprego.

Grupo 2

Fez uma atividade de simulação de reserva de emergência para uma família B com um custo de vida mensal de R\$ 6.500,00 e uma reserva de emergência de R\$ 26.000,00.

Mês	Saldo inicial (R\$)	Saque (R\$)	Saldo final (R\$)
0			
1			
2			
3			
4			
Total			

APÊNDICE 16 – ATIVIDADE DA OFICINA 4 DO GRUPO 3

Oficina 4 – A importância da reserva de emergência em uma situação de desemprego.

GRUPO 3

Fez uma atividade de simulação de reserva de emergência para uma família C com um custo de vida mensal de R\$ 3.500,00 e uma reserva de emergência de R\$ 15.000,00.

Mês	Saldo inicial (R\$)	Saque (R\$)	Saldo final (R\$)
0			
1			
2			
3			
4			
Total			

APÊNDICE 17 – ATIVIDADE DA OFICINA 4 DO GRUPO 4

Oficina 4 – A importância da reserva de emergência em uma situação de desemprego.

GRUPO 4

Fez uma atividade de simulação de reserva de emergência para uma família D com um custo de vida mensal de R\$ 5.000,00 e uma reserva de emergência de R\$ 18.000,00.

Mês	Saldo inicial (R\$)	Saque (R\$)	Saldo final (R\$)
0			
1			
2			
3			
4			
Total			

APÊNDICE 18 – QUIZ DE PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE RESERVA DE EMERGÊNCIA

1. O que é uma reserva de emergência?
 - a) Um dinheiro guardado para a realização de sonhos, como compra de um carro ou uma viagem.
 - b) Um valor investido em ações de alto risco para gerar retorno rápido.
 - c) Uma quantia de dinheiro acessível e segura destinada a cobrir imprevistos financeiros (perda de emprego, problemas de saúde, consertos urgentes).
 - d) O saldo mínimo exigido pelo banco para abertura de uma conta corrente.

2. Qual é a principal finalidade da reserva de emergência?
 - a) Aumentar o patrimônio através de juros compostos.
 - b) Servir de garantia para financiar um imóvel.
 - c) Evitar o endividamento em momentos de crise, funcionando como um “colchão financeiro”.
 - d) Pagar contas do dia a dia, como supermercado e lazer.

3. Em relação à liquidez, como deve ser o investimento da reserva de emergência?
 - a) Baixa liquidez, para evitar a tentação de gastar o dinheiro.
 - b) Liquidez no vencimento, ou seja, o dinheiro só pode ser resgatado no fim do prazo contratado.
 - c) Alta liquidez, permitindo o resgate rápido (na hora ou em até 1 dia útil) sem burocracia.
 - d) Liquidez zero, pois o dinheiro deve ficar guardado em casa.

4. Qual a recomendação geral dos especialistas sobre o valor total da reserva da reserva de emergência?
 - a) O equivalente a 1 (um) salário mínimo.
 - b) O equivalente a 1 (um) ou 2 (dois) meses de gastos fixos.
 - c) O equivalente a 4 a 12 meses do custo de vida ou renda mensal.
 - d) Um valor fixo de R\$ 50.000,00 para todos.

5. Para um trabalhador autônomo (sem renda fixa mensal), qual seria a faixa mais prudente para a reserva de emergência?

- a) 1 mês de despesas.
 - b) 3 meses de despesas.
 - c) 6 a 12 meses de despesas.
 - d) Não precisa de reserva de emergência, pois pode trabalhar mais para cobrir imprevistos.
6. Qual das opções abaixo é mais indicado para alocar a reserva de emergência?
- a) Criptomoedas.
 - b) Tesouro direto (Tesouro Selic) ou fundos DI com liquidez diária.
 - c) Ações de empresas pagadoras de dividendos.
 - d) Letra de câmbio (LC) com prazo de carência de 3 anos.
7. Por que a poupança é um local popular, mas não o mais recomendado para colocar a reserva de emergência?
- a) Porque o dinheiro da poupança pode ser roubado pelo banco.
 - b) Porque o rendimento da poupança geralmente é baixo e pode perder para a inflação, embora tenha liquidez.
 - c) Porque só pode sacar dinheiro em agências físicas.
 - d) Porque o valor mínimo para depósito é muito alto.
8. Situação hipotética: você perdeu emprego. A reserva de emergência deve ser usada para:
- a) Manter o padrão de vida integralmente, sem cortar nenhum gasto.
 - b) Pagar as contas essenciais (aluguel, comida, água, luz) enquanto se busca uma nova fonte de renda.
 - c) Fazer um curso caro no exterior para melhorar o currículo.
 - d) Investir na bolsa de valores, já que está em baixa.
9. O que não se deve fazer com a reserva de emergência?
- a) Mantê-la separada da conta corrente para não gastar por engano.
 - b) Revisar o valor periodicamente (a cada 6 meses ou 1 ano) para ver se ainda é suficiente.
 - c) Usá-la para comprar um produto em promoção na Black Friday.
 - d) Mantê-la em um investimento seguro e de liquidez diária.

10. Depois de usar um valor da reserva de emergência para cobrir uma emergência real, qual deve ser o próximo passo?
- a) Esquecer o assunto, pois a emergência já passou.
 - b) Pedir um empréstimo para completar a reserva.
 - c) Assim que a situação se estabilizar priorizar o reabastecimento da reserva até o valor ideal.
 - d) Transferir todo o dinheiro restante para a poupança e começar de novo.

APÊNDICE 19 – ATIVIDADE DA OFICINA 5 DO GRUPO 1**Oficina 5 – O uso consciente do cartão de crédito.****Grupo 1**

O grupo 1 realizou a atividade em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 500,00 e fez somente um pagamento mínimo de R\$ 100,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses após a compra fazendo os cálculos mês a mês.

Mês	Cálculo dos juros	Juros (R\$)	Dívida (saldo devedor)
1			
2			
3			
4			

APÊNDICE 20 – ATIVIDADE DA OFICINA 5 DO GRUPO 2**Oficina 5 – O uso consciente do cartão de crédito.****Grupo 2**

O grupo 2 realizou a atividade em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 1.000,00 e fez somente um pagamento mínimo de R\$ 400,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses fazendo os cálculos mês a mês.

Mês	Cálculo dos juros	Juros (R\$)	Dívida (saldo devedor)
1			
2			
3			
4			

APÊNDICE 21 – ATIVIDADE DA OFICINA 5 DO GRUPO 3**Oficina 5 – O uso consciente do cartão de crédito.****Grupo 3**

O grupo 3 realizou a atividade em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 700,00 com um pagamento mínimo de R\$ 300,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses fazendo os cálculos mês a mês.

Mês	Cálculo dos juros	Juros (R\$)	Dívida (saldo devedor)
1			
2			
3			
4			

APÊNDICE 22 – ATIVIDADE DA OFICINA 5 DO GRUPO 4**Oficina 5 – O uso consciente do cartão de crédito.****Grupo 4**

O grupo 4 realizou a atividade em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 2.000,00 e fez somente um pagamento mínimo de R\$ 800,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses fazendo os cálculos mês a mês.

Mês	Cálculo dos juros	Juros (R\$)	Dívida (saldo devedor)
1			
2			
3			
4			

APÊNDICE 23 – APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO FINAL (PÓS-TESTE)

1. Idade

2. Sexo
 Masculino Feminino

3. Você mora com
 Pais Responsáveis _____

4. Você sabe o que significa “educação financeira”?
 sim não

5. Você entende sobre “consumo consciente” ?
 sim não

6. Você sabe a diferença entre receitas e despesas ?
 sim não

7. Você costuma anotar o que gasta ?
 sim não

8. Você já ouviu falar em “planejamento financeiro” ?
 sim não

9. Você sabe o que é poupança ?
 sim não

10. Você sabe o que são juros ?
 sim não

11. Você sabe o que é reserva de emergência ?
 sim não

12. Quando uma compra é feita no cartão de crédito em parcelas, o que pode acontecer ?
() Pode pagar mais caro () Ficar mais barato () É igual () não sei
13. Você já aprendeu sobre dinheiro, consumo ou economia em alguma disciplina escolar ?
() sim. Qual _____ () não.
14. Em sua opinião, a escola deve ensinar sobre educação financeira ?
() sim () não. Justifique _____
15. Que tipo de atividade ajudaria você a aprender mais sobre finanças ?
() jogos () Aulas () Palestras () Conversas () Outros

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Prezado (a)!

Este termo de consentimento se direciona aos senhores pais ou senhores responsáveis pelo (a) aluno (a) _____ no sentido de consentir a participação do (a) aluno (a) na pesquisa intitulada **INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA AO CURRÍCULO ESCOLAR**: uma abordagem contextualizada para estudantes do ensino básico, desenvolvida no **Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT)** do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Floriano. A pesquisa é desenvolvida pelo mestrando **Joselyto Barros de Aguiar** tendo por orientador o Prof. Dr. Roberto Arruda Lima Soares e para fins de desenvolvimento de dissertação de mestrado.

A pesquisa ocorrerá na Escola Municipal Temístocles Carneiro Teixeira, localizada na Avenida Getúlio Vargas S/N, Bairro São Bento, no Município de Pastos Bons – MA, com os (as) alunos (as) de uma turma do nono ano do ensino fundamental anos finais. Ressalta-se que todos os custos envolvidos na pesquisa serão arcados pelo pesquisador. Os nomes dos pais e dos (as) alunos (as), assim como identificações pessoais e/ou profissionais não serão utilizadas ou identificadas nos textos iniciais e nem finais da pesquisa. Serão coletadas imagens dos (as) alunos (as) (as imagens que proporcionarem identificação serão borradas), registros escritos dos (as) alunos (as), anotações, respostas de questionários, áudios de gravações, não permitindo reconhecimento dos sujeitos envolvidos. A pesquisa é livre de quaisquer compensações financeiras e não gerará algum ganho ou gasto para os envolvidos.

É assegurado o direito de se manter informado (a) sobre os resultados parciais e finais, os quais poderão ser publicados em eventos ou periódicos científicos, mantendo-se o anonimato dos (as) participantes. Assegura-se também a liberdade de retirada do consentimento e do assentimento em qualquer etapa da pesquisa, sem prejuízo à continuidade do atendimento pela instituição em que a pesquisa ocorre e que o (a) aluno (a) estuda. Para tanto, poderá solicitar a retirada da participação de seu (sua) pessoa menor de idade, entrando em contato com a equipe de pesquisa através dos dados informados abaixo.

Você aceita a participação de livre consentimento nessa pesquisa?

SIM () NÃO ()

Dados da pesquisa:

Título: INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA AO CURRÍCULO ESCOLAR: uma abordagem contextualizada para estudantes do ensino básico.

Objetivo: Analisar de que forma a integração da educação financeira ao currículo escolar, por meio de uma abordagem interdisciplinar, pode contribuir para o desenvolvimento de competências financeiras nos estudantes do ensino básico, permitindo uma formação crítica, consciente e alinhada às demandas da vida no dia a dia.

Duração de participantes dos alunos sujeitos a pesquisa: O estudo todo terá uma estimativa de 24 horas/aulas e serão organizados em três etapas principais, com o objetivo de assegurar a consistência e a confiabilidade das informações obtidas. A primeira etapa será feita uma preparação dos instrumentos de coleta de dados, que incluem questionário diagnóstico, roteiros de entrevistas semiestruturadas, jogos sobre educação financeira e ficha de observações e terá uma estimativa de realização de 4 horas/aulas. Na segunda etapa será feita a aplicação dos instrumentos de coleta de dados citados na primeira etapa com uma estimativa de realização de 16 horas/aulas e a terceira etapa envolverá a organização e validação dos dados coletados com uma estimativa de realização de 4 horas/aulas.

Equipe de pesquisa:

Orientador: Prof. Dr. Roberto Arruda Lima Soares.

Prof. Mestrando: Joselyto Barros de Aguiar.

DECLARAÇÃO

Eu, _____,

responsável pelo aluno (a) _____,

declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido desta pesquisa para participação desde aulas e atividades teóricas e práticas para coleta de dados na pesquisa de mestrado intitulada de “Integração da Educação Financeira ao Currículo Escolar: uma abordagem interdisciplinar para estudantes do ensino básico, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), do mestrando Joselyto Barros de Aguiar.

Assinatura do Responsável

DECLARAÇÃO

Eu, _____, tendo a participação consentida por responsável, declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participação das aulas e atividades teórica e práticas para coletas de dados na pesquisa de mestrado intitulada de “Integração da Educação Financeira ao Currículo Escolar: uma abordagem interdisciplinar para estudantes do ensino básico, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), do mestrando Joselyto Barros de Aguiar.

Assinatura do Aluno Participante

ANEXO 2 – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TALE)**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA AO CURRÍCULO ESCOLAR**: uma abordagem contextualizada para estudantes do ensino básico, coordenada pelo pesquisador Joselyto Barros de Aguiar, (XX) 9XXX-XXXX. Seus pais permitiram que você participe.

Queremos analisar de que forma a integração da educação financeira ao currículo escolar, por meio de uma abordagem interdisciplinar, pode contribuir para o desenvolvimento de competências financeiras nos estudantes do ensino básico, permitindo uma formação crítica, consciente e alinhada às demandas da vida no dia a dia.

Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. Os estudantes que irão participar desta pesquisa têm de 14 a 15 anos de idade.

A pesquisa será feita na Escola XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, onde os estudantes irão trabalhar com oficinas pedagógicas sobre educação financeira. Para isso, será usado materiais escolares, que serão considerados seguros, mas é possível ocorrer algum risco. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones que tem no começo do texto. Mas há coisas boas que podem acontecer como: compreender conceitos sobre planejamento pessoal e familiar, o uso consciente do dinheiro, saber diferenciar receitas e despesas, o uso da poupança, o uso consciente do cartão de crédito, o uso da reserva de emergência em situações de desemprego ou imprevistos financeiros e o uso de planilhas para fazer o controle de receitas e despesas.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar os adolescentes que participaram.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Eu, _____, aceito participar da pesquisa **INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA AO CURRÍCULO ESCOLAR**: uma abordagem contextualizada para estudantes do ensino básico.

Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer.

Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim.

Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com meus responsáveis.

Recebi uma via deste termo de assentimento. A outra via ficará com o pesquisador responsável Joselyto Barros de Aguiar. Li o documento e concordo em participar da pesquisa.

Rubrica do pesquisador

Rubrica do participante menor

Este termo é assinado em duas vias, sendo uma do (a) Sr. (a) e a outra para o pesquisador.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: **INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA AO CURRÍCULO ESCOLAR**: uma abordagem contextualizada para estudantes do ensino básico

_____ Nome do participante menor	Data: ____/____/____
_____ Assinatura do participante menor	

Eu, Joselyto Barros de Aguiar, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

<p>_____</p> <p>Assinatura e carimbo do Pesquisador</p>	<p>Data: ____/____/____</p>
---	-----------------------------

ANEXO 3 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Eu, **XXXXXXXXXXXXXXXX**, Diretor da Escola **XXXXXXXXXX**, localizada na **XXXXXXXXXXXX**, Bairro **XXXXXX**, Município de **XXXXXXX**, autorizo a realização do estudo, **INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA AO CURRÍCULO ESCOLAR**: uma abordagem contextualizada para estudantes do ensino básico, a ser conduzida pelos pesquisadores relacionados abaixo. Fui informado pelo responsável do estudo, o mestrando **Joselyto Barros de Aguiar**, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual representamos. O objetivo principal é analisar de que forma a integração da educação financeira ao currículo escolar, por meio de uma abordagem interdisciplinar, pode contribuir para o desenvolvimento de competências financeiras nos estudantes de ensino básico, permitindo uma formação crítica, consciente e alinhada às demandas da vida no dia a dia.

O estudo terá 24 horas/aulas e serão organizadas em três etapas principais, com o objetivo de assegurar a consistência e a confiabilidade das informações obtidas. A primeira etapa será feita uma preparação dos instrumentos de coleta de dados, que incluem questionários diagnósticos, roteiros de entrevistas semiestruturadas, jogos sobre educação financeira e ficha de observações e terá uma estimativa de 16 horas/aulas e a terceira etapa envolverá a organização e validação dos dados coletados com uma estimativa de 4 horas/aulas.

Declaro ainda que, os pesquisadores devem estar cientes e sujeitos ao regulamento da instituição para acesso a ambientes, profissionais, pacientes e banco de dados (considerando o que apregoa a Lei Geral de Proteção de Dados no tocante a dados pessoais e dados pessoais sensíveis), além da observação das regras de biossegurança. Até o término da pesquisa, sob pena da retirada da autorização, sem aviso prévio.

Declaro ainda ter lido, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12 e a CNS 510/16 – Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde e suas complementares, que tratam da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente trabalho de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nelas recrutados, possibilitando condições mínimas necessárias para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Cidade – Estado, 06 de outubro de 2025.

Diretor

Lista Nominal dos Pesquisadores:

Orientador: Prof. Dr. Roberto Arruda Lima Soares.

Mestrando: Joselyto Barros de Aguiar.

ANEXO 4 – PRODUTO EDUCACIONAL



PROFMAT



FICHA TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

TÍTULO DO E-BOOK: Educação Financeira na Prática: Aprendizagem Significativa por Meio das Oficinas Pedagógicas.

ORIGEM:

Trabalho de dissertação, do programa Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) – Instituto Federal do Piauí, intitulado: **INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA AO CURRÍCULO ESCOLAR**: uma abordagem contextualizada para estudantes do ensino básico

AUTORES

JOSELYTO BARROS DE AGUIAR
ROBERTO ARRUDA LIMA SOARES

INSTITUIÇÃO:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Floriano.

ÁREA:

Matemática / Educação Matemática

PÚBLICO-ALVO:

Professores de Matemática da Educação Básica, especialmente do Ensino Fundamental II, com possibilidade de adaptação para o Ensino Médio.

OBJETIVO:

Apresentar uma proposta didática baseada no ensino da educação financeira a partir de oficinas pedagógicas, visando promover uma aprendizagem significativa, contextualizada e investigativa no Ensino Fundamental II, conforme desenvolvido na dissertação.

FORMATO:

e-Book digital (PDF), estruturado como guia pedagógico com sequência didática, atividades práticas, orientações ao professor e recursos visuais.

Ano:

2026

Palavras-chave:

Educação Financeira. Ensino Básico. Cidadania. Desigualdades Sociais.

APRESENTAÇÃO

Seja bem-vindo(a) a este guia prático e reflexivo sobre o Ensino de Educação Financeira. Este e-book nasce da necessidade urgente de transformar a sala de aula de Matemática em um espaço de investigação, descoberta e conexão com a realidade.

Percebeu-se a necessidade de aprofundar a compreensão sobre como a educação financeira vem sendo integrada ao currículo escolar e de que maneira uma abordagem contextualizada pode contribuir para torná-la relevante para os estudantes do ensino básico. Este produto educacional propõe uma ruptura com esse modelo tradicional, oferecendo roteiros pedagógicos que colocam o estudante no centro do processo, estimulando o protagonismo e o raciocínio crítico.

As Sequências Didáticas apresentadas, foram testadas e validadas em sala de aula, estruturada para levar o aluno da intuição à formalização matemática por meio de:

Oficinas Práticas:

- Uso de jogos.
- Experimentos Reais: Aplicação em sala de aulas de juros simples, compostos, cálculos financeiros de rendimentos, etc.
- Tecnologia Educacional: Roteiros para o uso do software planilha Excel, permitindo a visualização dinâmica de gráficos.
- Conexão Curricular: Alinhamento direto com as competências da BNCC e foco na melhoria de desempenho.

A metodologia aqui apresentada não é apenas teórica, em sua aplicação prática, observou-se avanços significativos:

Engajamento Discente: Relatos de alunos que passaram a ver a Matemática como "mais leve e fácil" através da prática.

Melhoria de Desempenho: Um salto expressivo nos índices de acertos em habilidades críticas.

Este material foi pensado para professores de Matemática que buscam inovar em suas práticas, coordenadores pedagógicos interessados em metodologias ativas e pesquisadores da área de Educação Matemática.

Convidamos você a explorar estas páginas e descobrir como a educação financeira pode ser a ponte que faltava para tornar o ensino de ações cotidianas significativas para seus alunos.

Ao longo deste material, você encontrará sugestões de aulas, atividades práticas, situações-problema e orientações pedagógicas que poderão ser aplicadas diretamente em sala de aula. Mais do que ensinar um conteúdo, este e-book convida você a transformar sua prática docente e proporcionar aos seus alunos uma nova forma de aprender.

SUMÁRIO

Capítulo 1 - Introdução: Importância da Educação Financeira contextualizada.....	11
Capítulo 2 - Fundamentos para uma prática inovadora.....	15
Capítulo 3 - A Sequência Didática Passo a Passo.....	17
Encontro 1 - Realização do pré-teste.....	21
Encontro 2 - O valor do dinheiro e o poder dos juros.....	23
Encontro 3 - Meu orçamento, minhas escolhas.....	28
Encontro 4 - Circuito Financeiro, jogo das despesas e receitas.....	32
Encontro 5 - Reserva de emergência em uma situação de desemprego.....	35
Encontro 6 - Uso consciente do cartão de crédito.....	39
Encontro 7 - Diagnóstico pós-teste.....	44
Capítulo 4 - Resultados e Evidências.....	48

Capítulo 5 - Conclusão e Recomendações.....	50
Agradecimentos.....	52
Autores.....	54
Referências.....	55
Apêndices - Materiais.....	57

Capítulo 1 - Introdução: Importância da Educação Financeira contextualizada

A educação financeira no Brasil apresenta um percurso histórico recente quando comparada a outras áreas do conhecimento incorporadas ao sistema educacional. Durante grande parte do século XX, os conteúdos relacionados ao uso do dinheiro, poupança, consumo e planejamento financeiro estiveram restritos ao âmbito familiar ou a iniciativas pontuais, sem integração sistemática ao currículo escolar formal (D'Amorin, 2011).

Até a década de 1990, o tema era pouco discutido no contexto educacional brasileiro, apesar das constantes crises econômicas, da inflação elevada e das mudanças no sistema monetário nacional. Nesse período, o ensino de matemática financeira nas escolas concentrava-se majoritariamente em cálculos abstratos,

desvinculados das práticas sociais e do cotidiano dos estudantes, o que dificultava a formação de uma consciência crítica sobre o consumo e a gestão de recursos (Savoia; Saito; Santana, 2007).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), abriu-se espaço para a discussão de temas transversais e para a contextualização dos conteúdos escolares. Ainda que a educação financeira não fosse explicitamente mencionada na legislação, a LDB incentivou práticas pedagógicas voltadas à formação integral do estudante, criando condições para inclusão de temas relacionados à cidadania econômica e social (BRASIL, 1996).

Um marco importante na consolidação da educação financeira no Brasil ocorreu a partir dos anos 2000, especialmente com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto nº 7.397/2010. A ENEF surgiu como uma política pública voltada à promoção da educação financeira e previdenciária, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da cidadania, a tomada de decisões

financeiras conscientes e a sustentabilidade do sistema financeiro nacional (BRASIL, 2010). Essa iniciativa representou um avanço significativo ao reconhecer oficialmente a relevância da educação financeira como instrumento de inclusão social e desenvolvimento econômico.

No âmbito educacional, o tema passou a ganhar maior visibilidade com a implementação de projetos-piloto em escolas públicas e privadas, articulando conteúdos de matemática, ciências humanas e linguagens. Segundo Savoia, Saito e Santana (2007), essas experiências reforçaram a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, capaz de relacionar conceitos financeiros com aspectos sociais, culturais e éticos do consumo.

A consolidação da educação financeira no currículo escolar brasileiro ocorreu de forma mais clara com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, onde estabeleceu-se um tema contemporâneo transversal, a ser trabalhado de

maneira integrada às diferentes áreas do conhecimento, especialmente no ensino fundamental.

Nesse contexto, compreender como administrar finanças deixa de ser um mero domínio de técnicas matemáticas e passa a ser concebida como um processo educativo mais amplo, voltado à formação de cidadãos conscientes, capazes de analisar criticamente o sistema econômico, o endividamento, o consumo excessivo e a desigualdade social (Lusardi; Mitchell, 2014).

Capítulo 2 - Fundamentos para uma prática inovadora

Repensar o ensino da Matemática, especialmente nos anos finais da Educação Básica, exige a adoção de abordagens que transcendam a simples transmissão de conteúdos. Nesse contexto, a aplicação de metodologias inovadoras promove uma participação mais ativa dos alunos, colocando-os como protagonistas do seu processo educativo, a contextualização de situações vivenciadas em sua rotina familiar, pode alavancar a percepção para um senso mais crítico e pautado em soluções reais que irão auxiliar suas demandas financeiras.

A Educação Financeira é uma importante ferramenta para contextualizar os conteúdos matemáticos com a realidade cotidiana dos alunos em vários espaços sociais. Nesse processo, a Matemática deixa de ser percebida como um conjunto

de regras abstratas e passa a assumir um papel funcional e significativo. Situações como o crescimento de uma dívida, investimento, receitas e despesas mensais, e uso do cartão de crédito, podem ser exploradas como contextos de aprendizagem, nos quais o estudante é convidado a investigar, levantar hipóteses e construir soluções.

Assim, a Educação Financeira não apenas facilita a compreensão dos conceitos, mas também contribui para o desenvolvimento de competências essenciais, como a interpretação, a argumentação e a tomada de decisões.

Capítulo 3 - A Sequência Didática Passo a Passo

Neste capítulo, apresentaremos a metodologia utilizada para desenvolver o e-book. Descreveremos as estratégias que nos permitiram analisar a seguinte questão norteadora: de que forma a inclusão da educação financeira no currículo do ensino básico pode contribuir para o desenvolvimento de competências que desenvolvam a autonomia, a consciência crítica e a responsabilidade dos alunos na gestão de recursos financeiros e na tomada de decisões econômicas cotidianas?

Em essência, mostraremos como a pesquisa foi executada, garantindo que os resultados encontrados respondam de maneira sólida e transparente ao problema central do estudo.

O cenário desta pesquisa foi em uma escola da rede pública de Ensino Básico, localizada na zona urbana de um município Maranhense, caracterizada por diversidade sociocultural e desafios relacionados ao acesso igualitário à educação.

A turma que participou da pesquisa foi composta por 23 estudantes do nono ano do Ensino Fundamental II, com idades entre 14 e 15 anos. Vale ressaltar que, entre os estudantes, teve uma relação historicamente fragilizada com a matemática, principalmente pós-pandemia, marcada por retrospectivos processos de ensino tradicionais, sem recursos tecnológicos e de ensino não contextualizados. Nesse contexto, a proposta de uma sequência didática sobre educação financeira contextualizada, visou quebrar os paradigmas e valorizar ações pedagógicas que fomentem uma aprendizagem significativa para os alunos, através de situações reais que despertaram a curiosidade e a motivação em estudar matemática.

A realidade social e cultural dos estudantes, bem como suas vivências cotidianas, foram elementos centrais considerados na construção das atividades. Compreender o cenário da pesquisa, portanto, não apenas possibilita interpretar de forma mais adequada os dados coletados, como também reforça a importância de se pensar o ensino de matemática a partir da realidade concreta dos sujeitos envolvidos, respeitando seus contextos e promovendo oportunidades reais de aprendizagem e liberdade.

Para coletar os dados, foram feitos o uso de observações, questionários, uso de materiais concretos e virtuais, construção de gráficos e tabelas, registros de atividades com a produção dos estudantes, uso de fotografias, garantido o anonimato dos envolvidos na pesquisa.

Foram ministradas 14 h/a, incluído pré-testes; aulas e aplicações e pós-testes, para garantir a coleta de dados foram realizados 7 encontros, onde cada

etapa teve objetivos específicos para serem alcançados, incluindo os procedimentos.

Encontro 1 - Realização do pré-teste

Esse encontro teve uma duração de 2h/a, foi realizado um pré-teste, com o objetivo identificar os conhecimentos prévios e as principais dificuldades dos estudantes acerca do conceito de Educação Financeira e suas ramificações, mapeando lacunas de aprendizagem em questões objetivas antes da intervenção pedagógica.

Os procedimentos para a realização do pré-teste foram feitos da seguinte forma: Primeiramente, procedeu-se à elaboração do instrumento, composto por 15 questões objetivas. Na figura abaixo, vai mostrar exatamente a aplicação do pré-teste que foi aplicado em ambiente de sala de aula. (Apêndice1).

Tabela 1 – Conhecimento prévios dos estudantes no questionário diagnóstico inicial (Pré-teste).

Tema Avaliado	Sim	Não	% Sim	% Não
Sabe o que significa educação financeira?	8	15	35	65
Sabe o conceito de juros?	9	14	39	61
Sabe diferenciar receitas e despesas?	10	13	43	57
Sabe o que é reserva de emergência?	6	17	26	74
Sabe usar o cartão de crédito?	5	18	22	78
Sabe o que é planejamento financeiro?	9	14	39	61
Sabe sobre consumo consciente?	7	16	30	70
Sabe o que é poupança?	9	14	39	61

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Encontro 2 - O valor do dinheiro e o poder dos juros

Essa etapa foi contemplada por uma oficina, onde realizou-se simulações de aplicações financeiras como juros simples e compostos sobre investimentos e dívidas com valores diferentes, com o objetivo de compreender e diferenciar juros simples e juros compostos.

Materiais:

- Papel;
- Caneta;
- Notebook.

BNCC (Base Nacional Comum Curricular) 9º ano:

- **(EF09MA05):** Resolver problemas envolvendo porcentagens (taxas, juros, aplicações).

Metodologia

A atividade proposta para o grupo 1 e 2, consiste em calcular quanto terá, se investir R\$ 5.000,00 por mês, em regime de juros simples com taxa de juros 15 % ao mês por um período de 6 meses, onde um grupo aplica juros simples e outro grupo juros compostos. (Apêndice 2, 3, 4 e 5 respectivamente).

Tabela 2 – Cálculo dos juros simples e montante no período de seis meses de um investimento.

n (Tempo)	Capital	Cálculo dos juros	Juros	Montante
1	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	5.750,00
2	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	6.500,00
3	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	7.250,00
4	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	8.000,00
5	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	8.750,00
6	5.000,00	$J = 5.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	9.500,00

n (Tempo)	Capital	Cálculo dos juros	Juros	Montante

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Tabela 3 – Cálculo dos juros compostos e montante no período de seis meses de um investimento.

n (Tempo)	Capital	Cálculo dos juros	Juros	Montante
1	5.000,00	$J = 5000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	750,00	5.750,00
2	5.750,00	$J = 5.750,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	862,50	6.612,50
3	6.612,50	$J = 6.612,50 \cdot 0,15 \cdot 1$	991,87	7.604,37
4	7.604,37	$J = 7.604,37 \cdot 0,15 \cdot 1$	1.140,65	8.745,02
5	8.745,02	$J = 8.745,02 \cdot 0,15 \cdot 1$	1.311,75	10.056,77
6	10.056,77	$J = 10.056,77 \cdot 0,15 \cdot 1$	1.508,51	11.565,28

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

A atividade proposta ao grupo 3 e 4, consiste em calcular quanto irá pagar de juros, se uma dívida de R\$ 3.000,00 no cartão de crédito no regime de juros simples e compostos com taxa de juros 15% ao mês, não for paga no período de 6 meses.

Tabela 4– Cálculo dos juros simples e montante no período de seis meses de uma dívida.

n (Tempo)	Capital	Cálculo dos juros	Juros	Montante
1	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	3.450,00
2	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	3.900,00
3	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	4.350,00
4	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	4.800,00
5	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	5.250,00
6	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	5.700,00

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Tabela 5 - Cálculo dos juros compostos e montante no período de seis meses de uma dívida.

n (Tempo)	Capital (R\$)	Cálculo dos juros	Juros	Montante
1	3.000,00	$J = 3.000,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	450,00	3.450,00
2	3.450,00	$J = 3.450,00 \cdot 0,15 \cdot 1$	517,50	3.967,50
3	3.967,50	$J = 3.967,50 \cdot 0,15 \cdot 1$	595,12	4.562,62
4	4.562,62	$J = 4.562,62 \cdot 0,15 \cdot 1$	684,39	5.247,01
5	5.247,01	$J = 5.247,01 \cdot 0,15 \cdot 1$	787,05	6.034,06
6	6.034,06	$J = 6.034,06 \cdot 0,15 \cdot 1$	905,11	6.939,17

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

O professor atuará como mediador, orientando as ações e promovendo a reflexão sobre os conceitos trabalhados. A metodologia valoriza:

Aprendizagem ativa;

Manipulação de materiais concretos;

Investigação matemática;

Resultados esperados:

Compreensão de juros simples e compostos;

Aprendizagem significativa;

Maior engajamento dos estudantes.

Diferencial da Atividade

Aprendizagem concreta e visual;

Integração entre teoria e prática.

Encontro 3 - Meu orçamento, minhas escolhas

O objetivo dessa oficina é compreender o conceito de orçamento pessoal, familiar, desenvolver hábitos de planejamento financeiro, saber diferenciar uma receita de uma despesa e aplicar esses conceitos no orçamento real, com isso analisar como o desequilíbrio entre receitas e despesas afeta o planejamento financeiro. Os resultados esperados é a construção de uma planilha em forma de quadro de receitas e despesa, fazer com que os estudantes tenham uma reflexão sobre hábitos de consumo consciente e saber os conceitos de receitas, despesas, saldo e equilíbrio financeiro.

Materiais:

- Papel;

- Caneta;
- Notebook.

BNCC (Base Nacional Comum Curricular) 9º ano:

- **(EF09MA05):** Resolver problemas envolvendo porcentagens (taxas, juros, aplicações).

Metodologia

A atividade consiste em construir uma planilha de um orçamento real em forma de quadro com receitas e despesas, em seguida, fazer uma análise do orçamento real observando se as receitas são maiores que as despesas. Essa atividade pode ser realizada individualmente também, com o intuito de fortalecer a compreensão e organização financeira familiar de cada aluno. (Apêndice 6).

Quadro 1 – Atividade sobre orçamento real do grupo 1

Item	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai	3.500,00	Receita

Salário da mãe	2.000,00	Receita
Renda extra (freelancer)	600,00	Receita
Total de Receitas	+ 6.100,00	
Aluguel	700,00	Despesas fixa
Contas de consumo (água, luz e internet)	550,00	Despesas fixa
Alimentação	1.200,00	Despesas variável
Transporte	300,00	Despesas variável
Educação (mensalidade e material escolar)	700,00	Despesas fixa
Lazer e entretenimento	400,00	Despesa variável
Plano de saúde	500,00	Despesa fixa
Outras despesas	450,00	Despesas variável
Total de despesas	- 4.800,00	
Saldo no final do mês	1.300,00	Poupança

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2025.

Resultados esperados

Proporcionar aos estudantes ferramentas de organização financeira e assim poderem refletir sobre hábitos de consumo consciente e saber os conceitos de receitas, despesas, saldo e equilíbrio financeiro.

Diferencial da Atividade

- Aprendizagem concreta e visual;
- Integração entre teoria e prática.

Encontro 4 - Circuito Financeiro, jogo das despesas e receitas

Nessa etapa será realizado um jogo de receitas e despesas, onde um dado é lançado para selecionar uma carta, se no lançamento caísse um número par, o grupo retirava uma carta azul de receita e se fosse um número ímpar, o grupo retirava uma carta preta de despesa. No início do jogo cada grupo entra com um saldo no valor já definido de R\$ 5.000,00 e será vencedor quem conseguisse o maior saldo positivo no circuito financeiro que contemplava seis jogadas de dado para cada grupo.

Materiais:

- Papel;
- Caneta;

- Notebook;
- Dados;
- Fichas coloridas.

BNCC (Base Nacional Comum Curricular) 9º ano:

- **(EF09MA05):** Resolver problemas envolvendo porcentagens (taxas, juros, aplicações).

Metodologia

No início do jogo cada grupo entra com um saldo positivo no valor de R\$ 5.000,00 e o vencedor será o grupo que obtiver o maior saldo positivo no circuito que consiste em 6 (seis) passagem do dado para cada grupo.

Resultados esperados

- Diferenciar receitas;
- Despesas fixas;
- Despesas variáveis;
- Despesas essenciais e não essenciais;
- Saldo positivo e negativo;
- Planejamento financeiro.

Diferencial da Atividade

- Aprendizagem concreta e visual;
- Integração entre teoria e prática.

Encontro 5 - Reserva de emergência em uma situação de desemprego

Nessa oficina tratou-se de um conceito da educação financeira que é a reserva de emergência que visa guardar um determinado valor em dinheiro para suprir despesas inesperadas em situações de desemprego por um determinado período de tempo, este fundo evita que a pessoa recorra a empréstimos, a cartão de crédito ou outras dívidas para lidar com imprevistos financeiros e é recomendado que essa reserva de emergência cubra gastos em um período de 3 a 6 meses do seu custo de vida.

A construção da reserva de emergência é feita através de seu custo de vida durante o mês e deve ser guardada em um local seguro com alta liquidez, ou seja, facilidade de saque e baixo risco como por exemplos, uma conta digital, tesouro direto e CDBs.

Materiais:

- Papel;
- Caneta;
- Notebook.

BNCC (Base Nacional Comum Curricular) 9º ano:

- **(EF09MA05):** Resolver problemas envolvendo porcentagens (taxas, juros, aplicações).

Metodologia

Essa atividade contempla uma oficina sobre “Reserva de emergência em uma situação de desemprego”, onde estudantes se dividem em 4 (quatro) grupos e cada grupo recebe um determinado valor de reserva de emergência e depois devem fazer uma análise se o valor daria para suprir imprevistos financeiros por um período de 3 a 6

meses dos custos de vida de uma determinada família. Abaixo a tabela dos resultados do grupo 1, cada grupo recebeu um valor diferente.

O grupo 1 fez uma atividade (Apêndice 14) de simulação de reserva de emergência para uma família A com um custo de vida mensal de R\$ 4.500,00 e uma reserva de emergência de R\$ 20.000,00 como mostra (Tabela 8).

Tabela 6 – Simulação de uma aplicação da reserva de emergência da família A.

Mês	Saldo inicial (R\$)	Saque (R\$)	Saldo final (R\$)
0	20.000,00	–	20.000,00
1	20.000,00	4.500,00	15.500,00
2	15.500,00	4.500,00	11.000,00
3	11.000,00	4.500,00	6.500,00
4	6.500,00	4.500,00	2.000,00

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Desenvolveu-se um quiz de perguntas e respostas objetivas para ser aplicado individualmente a cada membro dos grupos sobre reserva de emergência em educação financeira e através dos acertos do quiz elaborar um gráfico de setor com a porcentagem

de quem acertou menos de 5 (cinco) perguntas, quem acertou 5 (cinco) perguntas, quem acertou 7 (sete) perguntas e quem acertou mais que 7 (sete) perguntas.

Resultados esperados

Proporcionar aos estudantes a compreensão sobre emergências financeiras que podem acontecer ao longo da vida.

Diferencial da Atividade

- Aprendizagem concreta e visual;
- Integração entre teoria e prática.

Encontro 6 - Uso consciente do cartão de crédito

O cartão de crédito é um meio de pagamento eletrônico em que um banco ou uma instituição financeira concede um limite em dinheiro para o cliente gastar com a expectativa de que a fatura seja paga integralmente no ato do vencimento. Quando isso não ocorre, irão incidir juros que estão entre os mais altos do mercado financeiro no Brasil, isto é, o seu uso inadequado pode causar o endividamento.

Materiais:

- Papel;
- Caneta;

- Notebook.

BNCC (Base Nacional Comum Curricular) 9º ano:

- **(EF09MA05):** Resolver problemas envolvendo porcentagens (taxas, juros, aplicações).

Metodologia

Antes de realizar a atividade, algumas observações foram feitas sobre o crédito rotativo, pois quando o cliente não paga a quantia total da fatura, o saldo devedor entra no chamado crédito rotativo e, sobre essa quantia incide os juros rotativo no mês seguinte e além dos juros, também podem incidir imposto sobre operações financeiras (IOF), mas para simplificar os cálculos com a turma do nono ano do ensino fundamental II, vamos considerar apenas os juros.

A proposta dessa oficina é dividir os estudantes em quatro grupos e cada grupo realizar uma atividade com uma determinada situação fictícia.

O grupo 1 realiza a atividade, em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 500,00 e fez somente um pagamento mínimo de R\$ 100,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses após a compra fazendo os cálculos mês a mês.

O grupo 2 realiza a atividade em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 1.000,00 e fez somente um pagamento mínimo de R\$ 400,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses após a compra fazendo os cálculos mês a mês.

O grupo 3 realiza a atividade em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 700,00 e fez somente um pagamento mínimo de R\$ 300,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses fazendo os cálculos mês a mês.

O grupo 4 realiza a atividade em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 2.000,00 e fez somente um pagamento mínimo de R\$ 800,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses fazendo os cálculos mês a mês.

Todos os grupos fazem os cálculos dos juros e da dívida (saldo devedor) mês a mês como mostra e elaboram uma tabela com os resultados, como o exemplo abaixo. (Apêndice 19).

Tabela 6 – Atividade sobre o uso consciente do cartão de crédito do grupo 3.

Mês	Cálculo dos juros (R\$)	Juros (R\$)	Dívida (Saldo devedor)
1	—	—	400,00
2	J = 10 % de 400,00 = 40,00	40,00	440,00
3	J = 10 % de 440,00 = 44,00	44,00	484,00
4	J = 10 % de 484,00 = 48,40	48,40	532,40

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Resultados esperados

Espera-se que ao concluir essa atividade, os estudantes sejam capazes de compreender o funcionamento do cartão de crédito (fatura, limite, parcelamento e juros), diferenciar crédito rotativo e parcelamento, identificar riscos do não pagamento integral da fatura, calcular o impacto dos juros do rotativo, saber as vantagens e desvantagens do uso do cartão de crédito e dar dicas práticas para a utilização do cartão de crédito.

Encontro 7 - Diagnóstico pós-teste

Após a aplicação das oficinas pedagógicas, aplicou-se um questionário diagnóstico final (pós-teste) (Apêndice 23), para verificar o nível de aprendizado dos estudantes e com isso fazer uma comparação com os resultados obtidos no questionário inicial (pré-teste).

Tabela 8 – Resultados do questionário diagnóstico final (pós-teste)

Tema Avaliado	Sim	Não	% Sim	% Não
Sabe o que significa educação financeira?	18	5	78	22
Sabe o conceito de juros?	16	7	70	30
Sabe diferenciar receitas e despesas?	20	3	87	13
Sabe o que é reserva de emergência?	19	4	83	17
Sabe usar o cartão de crédito?	14	9	61	39
Sabe o que é planejamento financeiro?	15	8	65	35
Sabe sobre consumo consciente?	17	6	74	26
Sabe o que é poupança?	19	4	83	17

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2026.

Ao comparar o questionário diagnóstico inicial (pré-teste), e o novo questionário diagnóstico (pós-teste) observou-se um aumento significativo no aprendizado dos estudantes em todos os temas avaliados como mostra (Tabela 9).

Tabela 9 – Comparação entre os questionários diagnósticos de pré-teste e pós-teste.

Tema Avaliado	Pré-teste (%)	Pós-teste (%)	Varição (%)
Sabe o que significa educação financeira?	35	78	43
Sabe o conceito de juros?	39	70	31
Sabe diferenciar receitas e despesas?	43	87	44
Sabe o que é reserva de emergência?	26	83	57
Sabe usar o cartão de crédito?	22	61	39
Sabe o que é planejamento financeiro?	39	65	26
Sabe sobre consumo consciente?	30	74	44
Sabe o que é poupança?	39	83	54

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2026.

Ao verificar os dados da Tabela 8, percebe-se um percentual de aumento do aprendizado correspondente aos temas avaliados e ao conceito e aplicação de reserva de emergência, um menor percentual sobre o conceito de planejamento financeiro, mas no geral a compreensão dos conceitos e aplicação sobre os temas avaliados sobre

educação financeira na pesquisa foi satisfatório após a aplicação do novo questionário diagnóstico (pós-teste).

Para encerrar essa rodada de atividades, foi realizada uma entrevista com alguns estudantes de cada grupo após a aplicação do novo questionário diagnóstico (pós-teste), conforme mostra (Quadro 2).

Quadro 2 – Depoimentos dos estudantes após a aplicação das oficinas pedagógicas.

Estudantes	Entrevistas (depoimento)	Grupo
C.A	“após as oficinas sobre educação financeira comecei a fazer uma planilha de meus gastos de forma mensal para controlar meu dinheiro”.	1
I.L	“Agora meus pais diminuíram as compras no cartão de crédito porque os juros são altos”.	1
L.M	“Não sabia que existia os juros rotativo quando atrasamos o pagamento da fatura do cartão de crédito”.	2
S.H	“A oficina que mais gostei foi a do uso consciente do cartão de crédito porque aprendi conceitos que não sabia que existia”.	2

M.W	“A educação financeira deveria ser uma disciplina obrigatória no ensino básico porque ensina muitos temas que usamos no dia a dia”.	3
L.F	“Primeira vez que ouvi falar sobre reserva de emergência, não tinha ideia do que é isso”.	3
R. L	“As oficinas proporcionaram aprendizados de temas que usamos no dia a dia e que antes não tínhamos conhecimento.”	4
I.P	“Aprendi a economizar meu dinheiro e comprar somente aquilo que realmente preciso”.	4

Fonte: Elaborado pelos Autor, 2026.

Capítulo 4 - Resultados e Evidências

Avanço e Desempenho

Melhora significativa nas médias do pós-teste em relação ao diagnóstico inicial, evidenciando a eficácia da intervenção didática.

Compreensão Conceitual

Estudantes demonstraram maior domínio sobre os conceitos de Educação Financeira.

Interpretação de Dados

Avanço na leitura e construção de gráficos e tabelas, facilitando a visualização dos resultados obtidos.

Articulação Financeira

Melhor capacidade de relacionar situações financeiras nos mais variados cenários, conectando teoria e prática.

Engajamento Estudantil

A metodologia ativa gerou maior participação e interesse nas aulas, com os alunos assumindo uma postura investigativa.

Capítulo 5 - Conclusão e Recomendações

Os resultados obtidos a partir dos questionários diagnósticos e das intervenções pedagógicas demonstraram avanços no aprendizado dos estudantes, evidenciando o impacto positivo das práticas desenvolvidas no fortalecimento das competências financeiras e na ampliação da consciência cidadã. Nesse sentido, a pesquisa reafirma que a educação financeira vai além da aprendizagem de conceitos matemáticos ou econômicos, abrangendo dimensões sociais, éticas e culturais fundamentais para a formação integral dos indivíduos.

Destaca-se que a consolidação da educação financeira no ensino básico requer o fortalecimento de políticas públicas educacionais que garantam sua efetiva implementação, como as propostas pela Estratégia Nacional de Educação Financeira e pela Base Nacional Comum Curricular. Entretanto, tais diretrizes precisam ser

acompanhadas de ações concretas, como investimento na formação docente, produção de materiais pedagógicos contextualizados. Assim, conclui-se que a educação financeira constitui um elemento fundamental para a promoção da cidadania e da justiça social, sendo indispensável para a formação de indivíduos mais preparados para enfrentar os desafios econômicos e sociais do século XXI.

Recomenda-se a ampliação para diferentes etapas de ensino como por exemplo nos anos iniciais do ensino fundamental e ao ensino médio, permitindo comparar as especificidades metodológicas e os impactos formativos em cada etapa de escolarização básica. Aprofundar os estudos em diferentes contextos socioeconômicos e geográficos, ou seja, a pesquisa poderá ser realizada em escolas localizadas em áreas rurais, comunidades periféricas em diferentes regiões do país e em instituições privadas, a fim de compreender como as desigualdades estruturais e as especificidades regionais influenciam a implementação e os resultados da educação financeira.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ter andado junto comigo nessa caminhada difícil e ter dado forças e sabedoria para não desistir nos momentos de desânimo que existiram ao longo dessa jornada. Aos meus pais Maria da Conceição e João Elias que nos momentos difíceis sempre falavam palavras de motivação e apoio para nunca desistir e que tudo iria dar certo. Aos meus irmãos Taciana, Betânia e em especial meu irmão Maurício que me ajudou muito na minha graduação.

Aos meus amigos que considero como irmãos Francisco de Assis, Marcos Gomes, Rogério Efraim, Alexandre Magno, Aleandro, Eduardo, Rubens Alves e Netanias, que sempre incentivaram com palavras de motivação e minha amiga Onelia pelo apoio lá em Floriano.

Aos meus professores do mestrado que sempre incentivaram a não desistir e que tudo iria dar certo no final da jornada e em especial o meu orientador Prof. Dr. Roberto

Arruda Lima Soares, que registro minha gratidão por sempre está disponível para contribuir com suas orientações para moldar e melhorar esse trabalho de pesquisa.

Aos meus amigos de mestrado Lays, Janiel, Marcos Vivian, Neto Ribeiro, Marquinhos, Niltomar, Vanessa, Genilson, Marlus e Davi – minha eterna gratidão pelo apoio nos momentos triste, pela motivação para não desistir, pela amizade fraterna e pelas brincadeiras também que foi uma das marcas da nossa turma que vai deixar saudade dos nossos encontros nos finais de semana em Floriano – PI.

Agradeço à CAPES, pelo fomento, através da bolsa de estudo que ajudou muito nessa caminhada para custear as despesas de alimentação e hospedagem em outro estado onde resido e que foi importante para a realização desse trabalho de pesquisa e com isso fortalecendo a pesquisa e a educação básica no Brasil.

Autores

JOSELYTO BARROS DE AGUIAR

Possui graduação em licenciatura em matemática pelo Centro Universitário Estácio de Sá (2019), especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade FAVENI (2024) e atualmente é professor efetivo da SEMED – Pastos Bons – MA. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática.

ROBERTO ARRUDA LIMA SOARES

Possui graduação e especialização em matemática pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado e doutorado em ciências e engenharia de materiais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professor titular do Instituto Federal do Piauí. Trabalha com pesquisa nas áreas de materiais cerâmicos e modelagem matemática.

Referências

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27839.

BRASIL. Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2010.

D'AMORIN, José Carlos. Educação financeira na escola: uma abordagem interdisciplinar. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011.

LUSARDI, Annamaria, MITCHELL, Olívia S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, Nashville, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

Apêndices – Materiais

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICA INICIAL (PRÉ-TESTE)

1. Idade
2. Sexo
 Masculino Feminino
3. Você mora com
 Pais Responsáveis _____
4. Você sabe o que significa “educação financeira”?
 sim não
5. Você entende sobre “consumo consciente” ?
 sim não
6. Você sabe a diferença entre receitas e despesas ?
 sim não
7. Você costuma anotar o que gasta ?
 sim não
8. Você já ouviu falar em “planejamento financeiro” ?
 sim não
9. Você sabe o que é poupança ?
 sim não
10. Você sabe o que são juros ?

sim não

11. Você sabe o que é reserva de emergência ?

sim não

12. Quando uma compra é feita no cartão de crédito em parcelas, o que pode acontecer ?

Pode pagar mais caro Ficar mais barato É igual não sei

13. Você já aprendeu sobre dinheiro, consumo ou economia em alguma disciplina escolar ?

sim. Qual _____ não.

14. Em sua opinião, a escola deve ensinar sobre educação financeira ?

sim não. Justifique _____

15. Que tipo de atividade ajudaria você a aprender mais sobre finanças ?

jogos Aulas Palestras Conversas Outros

APÊNDICE 2 – ATIVIDADE DA OFICINA 1 DO GRUPO 1.

Oficina 1 – O valor do dinheiro e o poder dos juros.

Investimento

Grupo 1: (Utilizando juros simples).

A atividade proposta para o grupo 1 consiste em calcular quanto terá, se investir R\$ 5.000,00 por mês, em regime de juros simples com taxa de juros 15 % ao mês por um período de 6 meses (Faça os cálculos mês a mês).

n(tempo)	Capital	Cálculo dos Juros	Juros	Montante

Quanto receberá no final dos 6 (seis) meses?

R –

Juros Ganhos no período de 6 (seis) meses?

R –

Conclusão?

R –

APÊNDICE 3 – ATIVIDADE DA OFICINA 1 DO GRUPO 2

Oficina 1 – O valor do dinheiro e o poder dos juros.

Investimento

Grupo 2: (Utilizando juros compostos).

A atividade proposta para o grupo 2 consiste em um investimento realizado a juros compostos, calcular quanto terá, se investir R\$ 5.000,00 com taxa de juros 15 % ao mês por um período de 6 meses (Faça os cálculos mês a mês).

n(tempo)	Capital	Cálculo dos Juros	Juros	Montante

Quanto receberá no final dos 6 (seis) meses?

R –

Juros Ganhos no período de 6 (seis) meses?

R –

Conclusão?

R –

APÊNDICE 4 – ATIVIDADE DA OFICINA 1 DO GRUPO 3

Oficina 1 – O valor do dinheiro e o poder dos juros.

Dívida

Grupo 3: (Utilizando juros simples)

A atividade do grupo 3 consiste em calcular quanto irá pagar de juros, se uma dívida de R\$ 3.000,00 no cartão de crédito no regime de juros simples com taxa de juros 15% ao mês, não for paga no período de 6 meses.

n(tempo)	Capital	Cálculo dos Juros	Juros	Montante

O valor da dívida no período de 6 (seis) meses?

R –

O valor dos juros acumulados no período de 6 (seis) meses?

R –

Conclusão?

R –

APÊNDICE 5 – ATIVIDADE DA OFICINA 1 DO GRUPO 4

Oficina 1 – O valor do dinheiro e o poder dos juros.

Dívida

Grupo 4: (Utilizando juros compostos)

A atividade do grupo 4 consiste em calcular quanto irá pagar de juros, se uma dívida de R\$ 3.000,00 no cartão de crédito no regime de juros compostos com taxa de juros de 15% ao mês, não for paga no período de 6 meses.

n(tempo)	Capital	Cálculo dos Juros	Juros	Montante

O valor da dívida no período de 6 (seis) meses?

R –

O valor dos juros acumulados no período de 6 (seis) meses?

R –

Conclusão?

R –

APÊNDICE 6 – ATIVIDADE DA OFICINA 2 DO GRUPO 1

Oficina 2 – Meu Orçamento, Minhas Escolhas.

Grupo 1

Itens	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai		
Salário da mãe		
Renda extra (freelance)		
Total das receitas		
Aluguel		
Contas de consumo (água, luz, internet, etc)		
Alimentação		
Transporte		
Educação (mensalidade e material escolar)		
Lazer e entretenimento		
Plano de saúde		
Outras despesas		
Total de despesas		
Saldo no final do mês		

APÊNDICE 7 – ATIVIDADE DA OFICINA 2 DO GRUPO 2

Oficina 2 – Meu Orçamento, Minhas Escolhas.

Grupo 2

Itens	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai		
Salário da mãe		
Renda extra (freelance)		
Total das receitas		
Aluguel		
Contas de consumo (água, luz, internet, etc)		
Alimentação		
Transporte		
Educação (mensalidade e material escolar)		
Lazer e entretenimento		
Plano de saúde		
Outras despesas		
Total de despesas		
Saldo no final do mês		

APÊNDICE 8 – ATIVIDADE DA OFICINA 2 DO GRUPO 3

Oficina 2 – Meu Orçamento, Minhas Escolhas.

Grupo 3

Itens	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai		
Salário da mãe		
Renda extra (freelance)		
Total das receitas		
Aluguel		
Contas de consumo (água, luz, internet, etc)		
Alimentação		
Transporte		
Educação (mensalidade e material escolar)		
Lazer e entretenimento		
Plano de saúde		
Outras despesas		
Total de despesas		
Saldo no final do mês		

APÊNDICE 9 – ATIVIDADE DA OFICINA 2 DO GRUPO 4**Oficina 2 – Meu Orçamento, Minhas Escolhas.****Grupo 4**

Itens	Valor (R\$)	Categoria
Salário do pai		
Salário da mãe		
Renda extra (freelance)		
Total das receitas		
Aluguel		
Contas de consumo (água, luz, internet, etc)		
Alimentação		
Transporte		
Educação (mensalidade e material escolar)		
Lazer e entretenimento		
Plano de saúde		
Outras despesas		
Total de despesas		
Saldo no final do mês		

APÊNDICE 10 – CIRCUITO OLÍMPICO (JOGO DAS RECEITAS E DESPESAS)**Oficina 3 – Atividade do grupo 1**

Nome da receita ou da despesa (R\$)	Valor da receita (R\$)	Valor da despesa (R\$)	Saldo (R\$ 5.000,00)
Total			

APÊNDICE 11 – CIRCUITO OLÍMPICO (JOGO DAS RECEITAS E DESPESAS)**Oficina 3 – Atividade do grupo 2**

Nome da receita ou da despesa (R\$)	Valor da receita (R\$)	Valor da despesa (R\$)	Saldo (R\$ 5.000,00)
Total			

APÊNDICE 12 – CIRCUITO OLÍMPICO (JOGO DAS RECEITAS E DESPESAS)**Oficina 3 – Atividade do grupo 3**

Nome da receita ou da despesa (R\$)	Valor da receita (R\$)	Valor da despesa (R\$)	Saldo (R\$ 5.000,00)
Total			

APÊNDICE 13 – CIRCUITO OLÍMPICO (JOGO DAS RECEITAS E DESPESAS)**Oficina 3 – Atividade do grupo 4**

Nome da receita ou da despesa (R\$)	Valor da receita (R\$)	Valor da despesa (R\$)	Saldo (R\$ 5.000,00)
Total			

APÊNDICE 14 – ATIVIDADE DA OFICINA 4 DO GRUPO 1

Oficina 4 – A importância da reserva de emergência em uma situação de desemprego.

Grupo 1

Fez uma atividade de simulação de reserva de emergência para uma família A com um custo de vida mensal de R\$ 4.500,00 e uma reserva de emergência de R\$ 20.000,00.

Mês	Saldo inicial (R\$)	Saque (R\$)	Saldo final (R\$)
0			
1			
2			
3			
4			
Total			

APÊNDICE 15 – ATIVIDADE DA OFICINA 4 DO GRUPO 2

Oficina 4 – A importância da reserva de emergência em uma situação de desemprego.

Grupo 2

Fez uma atividade de simulação de reserva de emergência para uma família B com um custo de vida mensal de R\$ 6.500,00 e uma reserva de emergência de R\$ 26.000,00.

Mês	Saldo inicial (R\$)	Saque (R\$)	Saldo final (R\$)
0			
1			
2			
3			
4			
Total			

APÊNDICE 16 – ATIVIDADE DA OFICINA 4 DO GRUPO 3

Oficina 4 – A importância da reserva de emergência em uma situação de desemprego.

GRUPO 3

Fez uma atividade de simulação de reserva de emergência para uma família C com um custo de vida mensal de R\$ 3.500,00 e uma reserva de emergência de R\$ 15.000,00.

Mês	Saldo inicial (R\$)	Saque (R\$)	Saldo final (R\$)
0			
1			
2			
3			
4			
Total			

APÊNDICE 17 – ATIVIDADE DA OFICINA 4 DO GRUPO 4

Oficina 4 – A importância da reserva de emergência em uma situação de desemprego.

GRUPO 4

Fez uma atividade de simulação de reserva de emergência para uma família D com um custo de vida mensal de R\$ 5.000,00 e uma reserva de emergência de R\$ 18.000,00.

Mês	Saldo inicial (R\$)	Saque (R\$)	Saldo final (R\$)
0			
1			
2			
3			
4			
Total			

APÊNDICE 18 – QUIZ DE PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE RESERVA DE EMERGÊNCIA

1. O que é uma reserva de emergência?
 - a) Um dinheiro guardado para a realização de sonhos, como compra de um carro ou uma viagem.
 - b) Um valor investido em ações de alto risco para gerar retorno rápido.
 - c) Uma quantia de dinheiro acessível e segura destinada a cobrir imprevistos financeiros (perda de emprego, problemas de saúde, consertos urgentes).
 - d) O saldo mínimo exigido pelo banco para abertura de uma conta corrente.

2. Qual é a principal finalidade da reserva de emergência?
 - a) Aumentar o patrimônio através de juros compostos.
 - b) Servir de garantia para financiar um imóvel.
 - c) Evitar o endividamento em momentos de crise, funcionando como um “colchão financeiro”.
 - d) Pagar contas do dia a dia, como supermercado e lazer.

3. Em relação à liquidez, como deve ser o investimento da reserva de emergência?
 - a) Baixa liquidez, para evitar a tentação de gastar o dinheiro.
 - b) Liquidez no vencimento, ou seja, o dinheiro só pode ser resgatado no fim do prazo contratado.
 - c) Alta liquidez, permitindo o resgate rápido (na hora ou em até 1 dia útil) sem burocracia.
 - d) Liquidez zero, pois o dinheiro deve ficar guardado em casa.

4. Qual a recomendação geral dos especialistas sobre o valor total da reserva da reserva de emergência?
 - a) O equivalente a 1 (um) salário mínimo.

- b) O equivalente a 1 (um) ou 2 (dois) meses de gastos fixos.
 - c) O equivalente a 4 a 12 meses do custo de vida ou renda mensal.
 - d) Um valor fixo de R\$ 50.000,00 para todos.
5. Para um trabalhador autônomo (sem renda fixa mensal), qual seria a faixa mais prudente para a reserva de emergência?
- a) 1 mês de despesas.
 - b) 3 meses de despesas.
 - c) 6 a 12 meses de despesas.
 - d) Não precisa de reserva de emergência, pois pode trabalhar mais para cobrir imprevistos.
6. Qual das opções abaixo é mais indicado para alocar a reserva de emergência?
- a) Criptomoedas.
 - b) Tesouro direto (Tesouro Selic) ou fundos DI com liquidez diária.
 - c) Ações de empresas pagadoras de dividendos.
 - d) Letra de câmbio (LC) com prazo de carência de 3 anos.
7. Por que a poupança é um local popular, mas não o mais recomendado para colocar a reserva de emergência?
- a) Porque o dinheiro da poupança pode ser roubado pelo banco.
 - b) Porque o rendimento da poupança geralmente é baixo e pode perder para a inflação, embora tenha liquidez.
 - c) Porque só pode sacar dinheiro em agências físicas.
 - d) Porque o valor mínimo para depósito é muito alto.

8. Situação hipotética: você perdeu emprego. A reserva de emergência deve ser usada para:
- a) Manter o padrão de vida integralmente, sem cortar nenhum gasto.
 - b) Pagar as contas essenciais (aluguel, comida, água, luz) enquanto se busca uma nova fonte de renda.
 - c) Fazer um curso caro no exterior para melhorar o currículo.
 - d) Investir na bolsa de valores, já que está em baixa.
9. O que não se deve fazer com a reserva de emergência?
- a) Mantê-la separada da conta corrente para não gastar por engano.
 - b) Revisar o valor periodicamente (a cada 6 meses ou 1 ano) para ver se ainda é suficiente.
 - c) Usá-la para comprar um produto em promoção na Black Friday.
 - d) Mantê-la em um investimento seguro e de liquidez diária.
10. Depois de usar um valor da reserva de emergência para cobrir uma emergência real, qual deve ser o próximo passo?
- a) Esquecer o assunto, pois a emergência já passou.
 - b) Pedir um empréstimo para completar a reserva.
 - c) Assim que a situação se estabilizar priorizar o reabastecimento da reserva até o valor ideal.
 - d) Transferir todo o dinheiro restante para a poupança e começar de novo.

APÊNDICE 19 – ATIVIDADE DA OFICINA 5 DO GRUPO 1**Oficina 5 – O uso consciente do cartão de crédito.****Grupo 1**

O grupo 1 realizou a atividade em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 500,00 e fez somente um pagamento mínimo de R\$ 100,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses após a compra fazendo os cálculos mês a mês.

Mês	Cálculo dos juros	Juros (R\$)	Dívida (saldo devedor)
1			
2			
3			
4			

APÊNDICE 20 – ATIVIDADE DA OFICINA 5 DO GRUPO 2**Oficina 5 – O uso consciente do cartão de crédito.****Grupo 2**

O grupo 2 realizou a atividade em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 1.000,00 e fez somente um pagamento mínimo de R\$ 400,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses fazendo os cálculos mês a mês.

Mês	Cálculo dos juros	Juros (R\$)	Dívida (saldo devedor)
1			
2			
3			
4			

APÊNDICE 21 – ATIVIDADE DA OFICINA 5 DO GRUPO 3**Oficina 5 – O uso consciente do cartão de crédito.****Grupo 3**

O grupo 3 realizou a atividade em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 700,00 com um pagamento mínimo de R\$ 300,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses fazendo os cálculos mês a mês.

Mês	Cálculo dos juros	Juros (R\$)	Dívida (saldo devedor)
1			
2			
3			
4			

APÊNDICE 22 – ATIVIDADE DA OFICINA 5 DO GRUPO 4**Oficina 5 – O uso consciente do cartão de crédito.****Grupo 4**

O grupo 4 realizou a atividade em que a compra no cartão de crédito foi de R\$ 2.000,00 e fez somente um pagamento mínimo de R\$ 800,00 e juros mensal de 10 % sobre o saldo devedor. Qual o valor da dívida em quatro meses fazendo os cálculos mês a mês.

Mês	Cálculo dos juros	Juros (R\$)	Dívida (saldo devedor)
1			
2			
3			
4			

APÊNDICE 23 – APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO FINAL (PÓS-TESTE)

1. Idade

2. Sexo

Masculino Feminino

3. Você mora com

Pais Responsáveis _____

4. Você sabe o que significa “educação financeira”?

sim não

5. Você entende sobre “consumo consciente” ?

sim não

6. Você sabe a diferença entre receitas e despesas ?

sim não

7. Você costuma anotar o que gasta ?

sim não

8. Você já ouviu falar em “planejamento financeiro” ?

sim não

9. Você sabe o que é poupança ?

sim não

10. Você sabe o que são juros ?

sim não

11. Você sabe o que é reserva de emergência ?

sim não

12. Quando uma compra é feita no cartão de crédito em parcelas, o que pode acontecer ?

Pode pagar mais caro Ficar mais barato É igual não sei

13. Você já aprendeu sobre dinheiro, consumo ou economia em alguma disciplina escolar ?

sim. Qual _____ não.

14. Em sua opinião, a escola deve ensinar sobre educação financeira ?

sim não. Justifique _____

15. Que tipo de atividade ajudaria você a aprender mais sobre finanças ?

jogos Aulas Palestras Conversas Outros